



EDUCAÇÃO ESPECIAL

AMANDA GLADYZ BLASQUEZ FIGUEROA
ELAINE FERNANDA DORNELAS DE SOUZA
JHONATAN PHELIPE PEIXOTO
SÔNIA MARIA DE CAMPOS SILVA
VÂNIA DE FÁTIMA MATIAS DE SOUZA

ORGANIZADOR

CAMILA YUKARI KAWAMURA



**ACESSE AQUI ESTE
MATERIAL DIGITAL!**

EXPEDIENTE

Coordenador(a) de Conteúdo

Ana Clarisse Alencar Barbosa

Projeto Gráfico e Capa

Arthur Cantareli Silva

Editoração

Daiane Victória Maass

Design Educacional

Amanda Peçanha

Revisão Textual

Janicéia Pereira

Ilustração

Eduardo Aparecido Alves, Wellington Vainer e Andre Luis Azevedo da Silva

Fotos

Shutterstock e Envato

FICHA CATALOGRÁFICA

C397 Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Núcleo de Educação a Distância. **FIGUEROA**, Amanda Gladyz Blasquez; **SOUZA**, Elaine Fernanda Dornelas de; **PEIXOTO**, Jhonatan Phelipe; **SILVA**, Sônia Maria de Campos; **SOUZA**, Vânia de Fátima Matias de.

Educação Especial / Amanda Gladyz Blasquez Figueroa, Elaine Fernanda Dornelas de Souza, Jhonatan Phelipe Peixoto, Sônia Maria de Campos Silva, Vânia de Fátima Matias de Souza; organizador: Camila Yukari Kawamura. – Florianópolis, SC: Arquê, 2023.

268 p.

ISBN papel 978-65-6083-480-4

ISBN digital 978-65-6083-482-8

"Graduação - EaD".

1. Educação 2. Especial 3. EaD. I. Título.

CDD - 371.9

Biblioteca: Leila Regina do Nascimento - CRB- 9/1722.

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Impresso por:

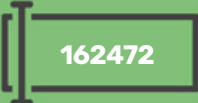
AVALIE ESTE LIVRO!



CRIAR MOMENTOS DE APRENDIZAGENS INESQUECÍVEIS É O NOSSO OBJETIVO E POR ISSO, **GOSTARÍAMOS DE SABER COMO FOI SUA EXPERIÊNCIA.**

Conta para nós! leva menos de 2 minutos Vamos lá?!

DIGITE O CÓDIGO

 162472

 Aa

RESPONDA A PESQUISA









RECURSOS DE IMERSÃO



PENSANDO JUNTOS

Este item corresponde a uma proposta de reflexão que pode ser apresentada por meio de uma frase, um trecho breve ou uma pergunta.



APROFUNDANDO

Utilizado para temas, assuntos ou conceitos avançados, levando ao aprofundamento do que está sendo trabalhado naquele momento do texto.

PRODUTOS AUDIOVISUAIS

Os elementos abaixo possuem recursos audiovisuais. Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.



PLAY NO CONHECIMENTO

Professores especialistas e convidados, ampliando as discussões sobre os temas por meio de fantásticos podcasts.



EU INDICO

Utilizado para agregar um conteúdo externo.



EM FOCO

Utilizado para aprofundar o conhecimento em conteúdos relevantes utilizando uma linguagem audiovisual.



ZOOM NO CONHECIMENTO

Utilizado para desmistificar pontos que possam gerar confusão sobre o tema. Após o texto trazer a explicação, essa interlocução pode trazer pontos adicionais que contribuam para que o estudante não fique com dúvidas sobre o tema.



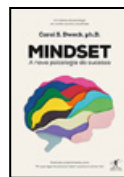
INDICAÇÃO DE FILME

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de filmes que se conectam com o tema do conteúdo.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Uma dose extra de conhecimento é sempre bem-vinda. Aqui você terá indicações de livros que agregarão muito na sua vida profissional.



SUMÁRIO

7

UNIDADE 1

TRILHANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	8
PARADIGMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	38
DA LEGISLAÇÃO À FORMAÇÃO INICIAL: BUSCANDO ROMPER O PARADIGMA DO CAPACITISMO	64

89

UNIDADE 2

AVANÇOS E DESAFIOS: POLÍTICAS INCLUSIVAS INTERNACIONAIS E A ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.	90
TEORIAS PEDAGÓGICAS: POR ONDE NAVEGAMOS.	130
A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	158

189

UNIDADE 3

ENFRENTANDO DESAFIOS: A EDUCAÇÃO NA ERA DAS MUDANÇAS.	190
PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RECURSOS PEDAGÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR	214
OS IMPACTOS DA MEDICALIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	244

unidade





TEMA DE APRENDIZAGEM 1

TRILHANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

MINHAS METAS

- Compreender o significado de educação especial.
- Conhecer a evolução histórica da educação especial no Brasil, a partir de fatos históricos e políticas educacionais.
- Analisar as diferentes abordagens e perspectivas da definição de deficiência.
- Compreender a importância da educação especial para a legitimação da inclusão no ambiente escolar e na sociedade.
- Desenvolver o olhar em relação às crianças com deficiência na perspectiva da educação especial no Brasil.

INICIE SUA JORNADA

Neste tema, você terá acesso à **trajetória da educação especial no Brasil** e como esta modalidade de ensino se transformou de acordo com o contexto histórico, assim como o olhar para a deficiência e os direitos conquistados pelo público-alvo da educação especial no espaço escolar, por meio das políticas educacionais.

Há muito tempo, o nosso sistema educacional vem apresentando a necessidade de mudanças para atender a todos os alunos e garantir que atinjam o seu pleno desenvolvimento. No entanto, historicamente, pessoas com deficiência não eram vistas como providas de capacidade para aprender, tampouco produzir. Desse modo, esse grupo permanecia sob o olhar do assistencialismo, que considera determinadas questões de forma pontual e momentânea, e não de enfrentamento da causa em si, seguindo segregados do convívio social.

Como educadores, para compreendermos a inclusão, é necessário entender o contexto escolar como um universo da diversidade e das diferenças de corpos, experiências e tipos de aprendizagem, ou seja, um lugar composto por indivíduos com sentidos históricos e culturais. É preciso encontrar caminhos para romper paradigmas, estigmas e provocarmos, juntos, mudanças na percepção do outro e para com o outro.

A escola representa um fragmento da sociedade e, muitas vezes, é o primeiro espaço que a criança frequenta fora de seu núcleo familiar. Desse modo, desempenha um papel essencial na construção de um mundo mais inclusivo, onde haja a oportunidade de aprender o respeito às diferenças e desenvolver habilidades sociais, como empatia e tolerância, capacitando estudantes a se tornarem agentes de mudança positiva.

A oferta de uma educação inclusiva e acolhedora demanda, também, recursos adequados para estudantes com deficiência e permite a plena participação em atividades escolares, incluindo o esporte. A ampliação dessas práticas permitirá o descobrimento de novos talentos, como é o caso dos paratletas, que representam o Brasil nas Paraolimpíadas.

VAMOS RECORDAR?

Depois de ouvir o nosso podcast, vamos dar continuidade sobre o poder da mudança de paradigmas na inclusão, desvendando as potencialidades com o *Documentário Paratletas* – prepare-se para se emocionar. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Como sabemos, a educação especial teve a história constituída por um processo de identidade resultante de uma percepção trazida do século XVI da área da saúde. É possível observar a potencialização de uma fase de segregação, alicerçada na crença de que a pessoa que estiver fora dos padrões sociais e médicos de normalidade deveria ser mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado (asilos e manicômios), apoiando-se no discurso de que esse afastamento se faria necessário, inclusive, para proteger a sociedade dos “anormais”, uma vez que pessoas com deficiência eram consideradas ineducáveis.

INDICAÇÃO DE FILME

Vermelho como o Céu.

Sinopse: é um filme italiano baseado em fatos, que conta a história de Miro, um menino que vive com a família, mas, após um acidente, perde a visão e precisa se mudar para uma escola voltada ao atendimento de pessoas com deficiência visual. A história se passa na década de 1970, quando não era comum a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Apesar das dificuldades com o sistema rígido, Miro descobre uma gravadora desativada na escola e passa a criar histórias por meio do som, mostrando a todos que não há limites para sua criatividade e sua imaginação.

Refletindo sobre a história: o filme é uma fonte de importante reflexão, pois aborda temas como superação, inclusão, discriminação e a importância da arte.



É importante conferirmos um pouco da trajetória da educação especial no Brasil, a partir do século XVIII.

Período Imperial

- 1854: Instituto Imperial dos Meninos Cegos – Rio de Janeiro:
 - José Alvarez de Azevedo: primeiro professor cego e disseminador do braile no Brasil.
 - D. Pedro II intermediou a vinda do modelo europeu para o país.
 - Atual Instituto Benjamin Constant (IBC).
- 1857: Instituto Imperial dos Surdos-Mudos – Rio de Janeiro:
 - D. Pedro II intermediou a vinda do modelo europeu para o país, após a proposta de um professor francês surdo.
 - Atual Instituto Nacional de Educação para Surdos.
- 1874: Hospital Juliano Moreira – Bahia:
 - Primeiro hospital psiquiátrico voltado ao atendimento do público com deficiência intelectual.
 - Era conhecido como “Hospício dos Alienados” ou “Asylo João de Deus”.
 - O hospital recebeu este nome após o falecimento do médico psiquiatra, que morreu em 1933.
- 1887: Escola México – Rio de Janeiro.
 - Escola regular que ofertava atendimento a pessoas com deficiência física, visual ou intelectual.

Período Republicano

- 1932: Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais:
 - Fundada pela psicóloga e educadora russa Helena Antipoff.
- 1954: APAE – Rio de Janeiro:
 - Fundada pelo casal Beatrice e George Bemis, cujo filho tinha síndrome de Down.
 - Voltado ao atendimento médico-terapêutico de pessoas com deficiência intelectual.
- 1961: promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN):

- Promulgação da LDBEN (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961): aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino.
- 1974: Centro Nacional de Educação Especial (CENESP):
 - Ministério da Educação (MEC) cria o CENESP.
 - Responsável pela administração da educação especial no país.
 - Visão integracionista.
 - Pouca responsabilização do Estado.
 - Permanência das “políticas especiais”, e não do acesso universal à escola.

Jannuzzi (1992) explica que, no início da história da educação especial do Brasil, duas vertentes foram predominantes para que a educação especial se efetivasse:



[...] vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...]. Vertente psicopedagógica: que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...] (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Com base em Jannuzzi (2004), a partir da década de 1930, houve uma mudança significativa na abordagem das questões relacionadas à deficiência no Brasil. A sociedade começou a se conscientizar sobre a importância de oferecer apoio para pessoas com deficiência, levando ao surgimento de grupos organizados que se dedicavam a esse tema.

O governo também reconheceu a necessidade de atender às especificidades dos alunos com deficiência e implementou ações para lhes proporcionar melhores condições educacionais, o que incluiu a criação de escolas próximas a hospitais e escolas regulares, buscando integrar os alunos com deficiência ao sistema educacional convencional.

Além das iniciativas governamentais, outras entidades filantrópicas especializadas foram fundadas com o objetivo de fornecer diversos tipos de atendimento para pessoas com deficiência. Clínicas, institutos psicopedagógicos e outras

instituições de reabilitação foram estabelecidos, oferecendo serviços variados para atender às necessidades específicas desse público, embora a maioria dessas instituições fosse de natureza privada.

Essa transformação representou um avanço significativo na história da educação especial no Brasil, proporcionando maior inclusão e acesso a serviços adequados para as pessoas com deficiência, antes marginalizadas e excluídas da sociedade.

Essa realidade da educação brasileira perdurou até por volta dos anos 1970, pois, mesmo com a publicação da Lei nº 4.024/1961, a estrutura e a organização da educação básica não apresentaram alterações, uma vez que esta permaneceu idêntica às indicações que constavam na Reforma Capanema de 1942. A novidade trazida pela legislação se deu somente em relação ao rompimento da rigidez da estrutura educacional direcionada à pessoa com deficiência, já que começou a possibilitar a flexibilidade na passagem de um nível para outro. Mesmo de forma muito sutil, segundo Kassir (1999), a lei levantou uma tímida possibilidade da educação formal à pessoa com deficiência.

O **Conselho Federal de Educação**, em agosto de 1972, deliberou o entendimento de que a “educação de excepcionais” deveria ser compreendida como educação escolar. Infelizmente, o cenário legal das políticas com foco nas pessoas com deficiência seguiu negligenciando a promoção da educação escolar e priorizando a abordagem assistencialista.

Essa questão está ligada à visão segregacionista da diversidade apresentada na constituição da sociedade. Evidencia-se que, até por volta dos anos 1980, mesmo trazendo consigo os resquícios impregnados de uma sociedade estereotipada, inicia-se a necessidade de inclusão escolar. A ação centralizadora tem origem nas iniciativas promovidas por agências multilaterais, tendo, como foco, o movimento global de combate à exclusão social.



De acordo com Mendes (2006), a reforma iniciada na década de 1980, conhecida como “movimento pela excelência na escola”, buscou minimizar, nos problemas educacionais, mecanismos de controle por meio de testes padronizados de desempenho, a fim de reforçar um padrão que não considerava a diversidade.

A Educação Inclusiva teve sua origem nos Estados Unidos, resultante dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade, por meio do reconhecimento e da valorização da diversidade e do multiculturalismo.

A Educação Inclusiva teve sua origem nos Estados Unidos



APROFUNDANDO

A inclusão diz respeito a um movimento social, educacional e político que busca garantir os princípios básicos de direito de todas as pessoas, independentemente das necessidades, das carências ou das diferenças. A ação central do movimento, que objetiva as inclusões social e escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, reitera a valorização e a necessidade de que todos os sujeitos devam, de maneira consciente e responsável, aceitar e respeitar a todos na diversidade, nas limitações e nas potencialidades. Afinal, somos todos diferentes!

Esse fato possibilitou a ampliação da discussão no campo das políticas para as pessoas com deficiência, de modo que, de acordo com Mazzotta (1980), na década de 1980, marca o início da superação da visão assistencialista e da perspectiva de benevolência.

Esse fato teve, como marcos, algumas ações, como a implementação do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Nele, foram defendidos os desdobramentos que culminaram na elaboração de dois planos: o Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes, em 1981, e o Plano Nacional da Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1985.

Em consequência desse movimento da sociedade em busca da legitimidade dos direitos da pessoa com deficiência, o ano de 1990 foi palco do Congresso de Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia.



O “propósito da erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental tornaram-se objetivos e compromissos oficiais do poder público perante a comunidade internacional” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 36).

No Brasil, no início dos anos 1990, a empregabilidade do termo “educação inclusiva” passa a ecoar nas políticas semelhantes como “inclusão”. No entanto, apesar dos avanços em relação à perspectiva da educação especial inclusiva nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, na prática, até o início dos anos 2000, a educação especial estava concentrada no “terceiro setor” e nas “parcerias” com a sociedade civil, no filantrópico e no “não governamental” (SILVA, 2003, p. 45). Mendes (2006) afirma que o Brasil, influenciado pelos movimentos de reforma no sistema educacional, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, modifica as estruturas normativas para o processo da inserção da educação inclusiva a partir da regulamentação e da inserção na Resolução CNE/CP nº 1/2001.

Esse movimento trouxe impacto nas Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, expõe a determinação legal de que, nos currículos dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior de formação docente, é obrigatória uma organização que atenda à diversidade, ao expor os conhecimentos referentes às diferentes especificidades dos estudantes com alguma necessidade educacional específica.

A DEFICIÊNCIA

Para a compreensão efetiva da educação especial, é preciso aprofundar a discussão sobre o conceito da deficiência, a fim de romper construções sociais negativas que afetem as pessoas com deficiência, por meio de estereótipos e percepções errôneas acerca da capacidade das pessoas com deficiência.

É de suma importância compreender o conceito de deficiência para que possamos olhar e perceber o indivíduo a partir das potencialidades dele. Você já deve ter percebido que, na escola, a criança precisa interagir, isto é, socializar-se para aprender. Entendemos que, para tratar da temática “deficiência”, precisamos compreender os conceitos de “deficiência”, “incapacidade” e “desvantagem”.

Classificação da conceituação de deficiência de acordo com a OMS:

DEFICIÊNCIA

perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Inclui-se a ocorrência de uma anomalia, um defeito ou uma perda de um membro, um órgão, um tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (OMS, 1993).

INCAPACIDADE

restrição resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e nos comportamentos essenciais à vida diária (OMS, 1993).

DESVANTAGEM

prejuízo para o indivíduo resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com idade, sexo, fatores sociais e culturais caracterizados e por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência (OMS, 1993).

MODELO SOCIAL

atribui as desvantagens individuais e coletivas das pessoas com deficiência, principalmente a discriminação institucional.

MODELO MÉDICO

ênfata a deficiência, considerando a pessoa incapacitada como um problema.

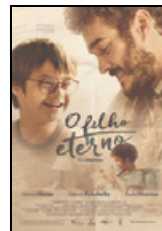


INDICAÇÃO DE FILME

O Filho Eterno

Sinopse: o casal Roberto (Marcos Veras) e Cláudia (Débora Falabella) aguarda ansiosamente pela chegada do primeiro bebê. Roberto, que é escritor, vê a chegada do filho com esperança e como um ponto de partida para uma mudança completa de vida. Entretanto, toda a áurea de alegria dos pais é transformada em incerteza e medo com a descoberta de que o bebê, Fabrício, tem síndrome de Down. A insatisfação e a vergonha tomam conta do pai, que terá de enfrentar muitos desafios para encontrar o verdadeiro significado da paternidade.

Refletindo sobre a história: ao assistirmos ao filme, constatamos a necessidade de olhar para a pessoa com deficiência para além dos estereótipos e dos preconceitos que a sociedade, muitas vezes, impõe. Em *O filho eterno*, conseguimos perceber o papel da família e a importância da mudança de perspectiva em relação à pessoa com deficiência, valorizando as potencialidades dela. Portanto, apresenta uma importante reflexão sobre como é necessário estarmos disponíveis para aprender e, principalmente, a conviver com a diversidade.



Você sabe a terminologia correta a ser usada? Esse é um assunto que devemos nos atentar, ou seja, precisamos nos adequar às mudanças da nomenclatura. Acompanhe a evolução das terminologias a seguir.



Usar ou não usar termos técnicos corretamente **não** é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências [...] (SASSAKI, 2016, p. 1).

EXCEPCIONAIS

Lei de Proteção aos Excepcionais (Lei nº 3.198/1957) – na década de 1950, a legislação brasileira utilizava o termo “excepcionais” para se referir às pessoas com deficiência (BRASIL, 1957).

DEFICIENTES MENTAIS

Lei de Amparo aos Deficientes Mentais (Lei nº 6.494/1977) – na década de 1970, utilizava-se o termo “deficientes mentais” para se referir a pessoas com deficiência intelectual (BRASIL, 1977).

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Constituição Federal de 1988 – cita o termo “Portador de deficiência”, mas reconhece e assegura igualdade e os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) – a legislação brasileira atual adotou “pessoa com deficiência” como forma de promover a inclusão e enfatizar o respeito à dignidade e aos direitos desse público (BRASIL, 2015).



APROFUNDANDO

A psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, fundadora da primeira Sociedade Pestalozzi, em 1932, foi quem trouxe ao país e passou a utilizar o termo “excepcional”, para substituir termos com conotações negativas, para se referir ao público da educação especial, na época.

Segundo Mantoan (2003), a partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começou-se a escrever e a falar, pela primeira vez, a expressão “pessoa deficiente”. Em seguida, por volta da metade da década de 1990, passou-se a usar a expressão “pessoa com deficiência”, que permanece até a atualidade, pois é uma forma de promover uma visão mais inclusiva e centrada na pessoa, respeitando a individualidade e a autonomia.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Afinal, quem são as pessoas com deficiência?



ZOOM NO CONHECIMENTO

“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).



Portanto, agora que você já entendeu a importância do respeito à individualidade, atente-se à terminologia adequada nas explicações a seguir.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Designação genérica que substitui os termos “deficiente(s)”, “portador(es) de deficiência”, “especial(is)”, “aleijado”, “incapacitado(s)”, “inválido(s)”, “defeituoso(s)” etc. O termo “pessoa” propõe a compreensão do sujeito a partir do seu caráter humano em lugar da restrição ao prisma da deficiência. Assim, deve-se falar/escrever pessoa com deficiência visual/física/intelectual/auditiva etc.

PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA

Refere-se a pessoas que não apresentam nenhuma deficiência, em lugar da inapropriada expressão “pessoa normal”. Alguns materiais empregam, também, a expressão menos comum “pessoa com desenvolvimento típico”.

ESCOLA/CLASSE COMUM/REGULAR

Designa espaços do sistema de ensino frequentados por alunos com e sem deficiência, distinguindo-os dos espaços específicos para o atendimento a alunos com deficiência. Não devem ser empregadas as expressões “escola/classe normal”.

SURDO, PESSOA SURDA

Pessoa que tem comprometimento auditivo e que se identifica com a cultura surda. Obs.: o surdo é capaz de produzir sons orais. Portanto, não é mudo, sendo a expressão “surdo-mudo” inadequada.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Diz respeito ao comprometimento auditivo e aos seus níveis. Diz-se, também, que a pessoa com deficiência auditiva é aquela que não se identifica com a cultura surda e deseja ser ouvinte.

OUVINTE

No contexto da surdez, indica a pessoa que não tem essa deficiência.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Designa, genericamente, a pessoa que tem alguma deficiência dessa natureza, em lugar das expressões “deficiência mental”, “deficiente mental”, “excepcional”, “doente mental”, “retardado mental”, “mongol”, “mongoloide”, entre outros.

DEFICIÊNCIA VISUAL

Expressão genérica que engloba os comprometimentos visuais, desde a presença de resíduo visual aproveitável até a completa ausência de visão.

CEGO/PESSOA CEGA

Refere-se à pessoa com acentuado comprometimento visual, que compreende desde a total ausência de visão até a percepção de vultos e luminosidade. Alguns consideram os termos “cego/cega” pejorativos. Há pessoas com a deficiência que pensam do mesmo modo e, em relação a elas, esses termos não devem ser usados. Todavia, atualmente, muitas pessoas cegas, instituições que atuam no apoio a essas pessoas e a literatura específica empregam esses termos largamente, considerando que apenas indicam a característica das pessoas que vivem a cegueira.

PESSOA COM BAIXA VISÃO

Diz respeito a pessoas com deficiência visual que apresentam resíduo visual aproveitável em diversas situações, mas que não pode ser otimizado ao nível da visão típica com lentes nem cirurgias. Há algum tempo, essa especificidade era denominada de “visão subnormal”, mas, atualmente, a expressão empregada é “baixa visão”.

VIDENTE

No contexto da deficiência visual, refere-se à pessoa que não tem essa deficiência.

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Designa a combinação de mais de uma deficiência associada.

SURDOCEGO

Diz respeito à pessoa que apresenta, ao mesmo tempo, a cegueira e a surdez.
Obs.: a deficiência é denominada de surdocegueira, e não surdez-cegueira.

DEFICIÊNCIAS FÍSICAS

Abrange, genericamente, todas as deficiências dessa natureza, não incluindo deficiências sensoriais ou intelectuais.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Designação genérica relativa à pessoa que apresenta alguma deficiência dessa natureza. São completamente inapropriadas expressões como “aleijado(s)” ou “inválido(s)”. Algumas nomenclaturas utilizadas para referir especificidades dentro da deficiência física são cadeirantes, metetantes, pessoas com paralisia cerebral, pessoas com paralisia/paraplegia/tetraplegia/paraparesia/hemiparesia etc.





PENSANDO JUNTOS

Você percebeu que o termo “pessoa” sempre antecede o nome da deficiência? Anteriormente, a deficiência era a principal referência desse grupo. Atualmente, sabemos que a deficiência é apenas uma parte que compõe esses indivíduos.

Ao realizar a reflexão acerca do olhar para o outro a partir da pessoa, e não das fragilidades dela, trazemos, como foco, a necessidade de repensar a inclusão da pessoa com deficiência a partir das potencialidades, a fim de compartilhar momentos e situações respeitando a diversidade e as limitações de cada pessoa. Isso significa desenvolver, no grupo, o respeito, a tolerância e, principalmente, o princípio da sociedade justa e igualitária.



EU INDICO

Sabendo que, em breve, você será nosso educador e fará muitas ações em prol da educação inclusiva, assista à animação da história de um porco espinho que busca pertencer a um grupo, mas, por conta de suas características físicas, essa relação é dificultada. Observe a leveza da inclusão com simples adaptações. Essa animação traz a possibilidade de olhar o outro para além da necessidade de ser diferente ou incluído. Além disso, já possui audiodescrição. Assista e, depois, conte aos seus colegas a sua experiência, as sensações e os sentimentos causados. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

A INCLUSÃO ESCOLAR

A escola é um espaço social vivido pela pessoa com e sem deficiência. Conhecer, reconhecer e respeitar a diversidade do outro são os princípios da ação inclusiva. Valorizar o outro na potencialidade dele é uma ação que se mostra valiosa e essencial para o processo formativo da pessoa.

A escola é um espaço social vivido pela pessoa com e sem deficiência

A inclusão escolar da pessoa com deficiência, que estabelece a educação como um direito humano básico e o fundamento de uma sociedade justa e democrática, sustentou-se, majoritariamente, a partir dos anos 1990, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1998) passou a estabelecer a implementação de políticas educacionais que pudessem apoiar e acolher a diversidade entre todos os estudantes. Assim, a universalização da educação tornou-se um compromisso a ser assumido pelas políticas e pelas práticas educacionais, independentemente de elas serem direcionadas às pessoas com deficiência ou não.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) aponta que é de responsabilidade do poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar” um **“sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”**.

**EU INDICO**

“Vida Mais Livre” é uma plataforma on-line que oferece informações, notícias e conteúdos relacionados à inclusão, à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência. No site, você encontrará uma variedade de materiais, como artigos, vídeos, entrevistas, eventos e legislações pertinentes, abrangendo uma ampla gama de assuntos relacionados ao desenvolvimento e à inclusão na sociedade. Além disso, disponibiliza informações sobre programas governamentais, iniciativas de inclusão, tecnologias assistivas, oportunidades de emprego, esportes adaptados e muito mais. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Atualmente, também contamos com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), atuante desde 1999 e integrante da estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, que foi “[...] criado para acompanhar e avaliar

o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social [...]” (BRASIL, 2020, on-line).

As discussões, feitas no campo das políticas educacionais centradas na educação especial, geram inquietações constantes relacionadas às necessidades de atendimento, adequação e preparação, tanto física quanto humana, com o intuito de receber esses estudantes, promovendo uma educação igualitária. Por isso, quando falamos em conhecer o contexto escolar e o aluno, não focamos apenas dentro dos muros da escola, mas da comunidade afora e de que forma a sua realidade se encaixa nos indicadores sociais.

Um dado relevante a ser considerado, indicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata que:



A PNS 2019 estimou em 17,3 milhões o número de pessoas de 2 anos ou mais de idade (8,4% dessa população) com pelo menos uma das deficiências investigadas. Dessas pessoas, 14,4 milhões encontravam-se em domicílios urbanos e 2,9 milhões em domicílios rurais (IBGE, 2021, p. 29).

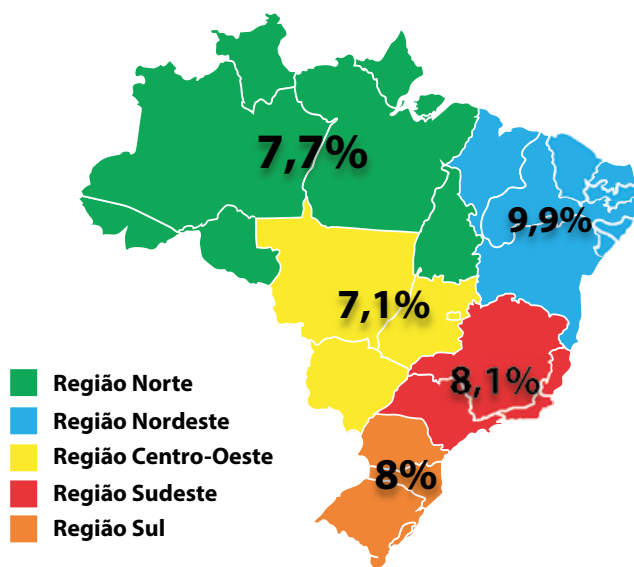


Figura 1 - Mapa do Brasil
Fonte: os autores.

Descrição da Imagem: em um fundo branco, há o mapa do Brasil dividido por regiões, as quais estão representadas por cores: em verde, a região Norte; em azul, a região Nordeste; em amarelo, a região Centro-Oeste; em vermelho, a região Sudeste; e, em laranja, para a região Sul. Fim da descrição.

O maior percentual de pessoas com deficiência era do Nordeste (9,9%), região onde todos os estados tiveram percentuais acima da média nacional. Os percentuais nas demais regiões foram: Sudeste (8,1%), Sul (8%), Norte (7,7%) e Centro-Oeste (7,1%) (IBGE, 2021).

Os resultados da PNS de 2019 mostraram distinções expressivas entre o nível de instrução das pessoas com 18 anos ou mais de idade com deficiência e o das sem deficiência. “Enquanto 67,6% da população com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 30,9% para as pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas [...]” (IBGE, 2021, p. 32).

É importante que você, futuro professor, esteja atualizado sobre esses dados, pois são esses números que ajudam a nortear as políticas públicas, que, por sua vez, impactam diretamente no seu cotidiano e nas práticas pedagógicas.

**EU INDICO**

Quer saber mais sobre os dados exibidos? Explore-os na íntegra! Eles estão disponíveis na *Pesquisa Nacional de Saúde, 2019: Ciclos de Vida*, publicada em 2021. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

COMO FAZER?

Então, por onde devemos começar o diálogo com a nossa turma sobre a diferença? O primeiro passo é dialogar com a turma sobre o olhar para a diferença e para a diversidade. É preciso romper os julgamentos e os estereótipos, o que tem sido uma luta constante em nossa trajetória.

Você deve ter presenciado situações ou acompanhado, pelas mídias e pelas redes sociais, que, mesmo com esses avanços, ainda são evidentes algumas situações postas em relação à pessoa com deficiência, incluindo as:



[...] questões relacionadas ao preconceito e discriminação, principalmente no que diz respeito à inclusão na sociedade e no mundo do trabalho, pois ainda há a visão de que este segmento populacional não é capaz de realizar todas as atividades que outras pessoas sem deficiência realizam e a falta de apoio e vínculo familiar acaba por tornar-se um agravante nesta questão (TIMM; JANCZURA, 2017, p. 3).

A aplicabilidade e o desenvolvimento devem considerar a diversidade dos contextos e as necessidades estruturais e culturais, a fim de que todos os estudantes tenham as especificidades atendidas.

Ao trazermos a discussão sobre a educação inclusiva, entendida como necessária para o desenvolvimento da formação humana do sujeito e tendo, como foco, a troca das experiências, dos saberes e dos conhecimentos, de forma a produzir relações sociopolíticas e culturais, ainda encontramos resignação e contraposição para o “aceitar” das diferenças e da diversidade em sala de aula.

É evidente que os argumentos, por vezes, se sustentam na prerrogativa da escassez de conhecimentos específicos ao trabalho pedagógico com estudantes que necessitam de ações para além do habitual, ou seja, do ensino tradicional.



**PENSANDO JUNTOS**

Esse cenário nos leva a buscar caminhos, encontrar ações educativas e práticas pedagógicas diversificadas e repensar a estruturação e a organização curricular, porque, ao buscarmos uma educação realmente inclusiva, temos que gerir as nossas aulas com respeito à diversidade, conhecendo os indicadores e as normativas apontadas nos documentos legais das políticas educacionais. No entanto, somente a nossa prática pode promover a inclusão entre os nossos estudantes.

Agora que você já conhece a história de lutas e conquistas das pessoas com deficiência, queremos saber de você, futuro professor: durante a sua trajetória escolar, quantas pessoas com deficiência fizeram parte do seu cotidiano, você se recorda? Hoje, na sua vida adulta, você costuma se relacionar com pessoas com deficiência?

NOVOS DESAFIOS

Em suma, é importante se apropriar dos porquês que a história nos conta para a compreensão do momento atual. No entanto, é no presente e no futuro que devemos direcionar nossos esforços sobre o “como fazer”, a fim de promover melhorias significativas.

A inclusão não acontece por meio da obrigatoriedade. É importante ter clareza de que é um processo não linear. Ao contrário, acontece quando possibilitamos, nas nossas aulas, situações de interação, socialização, convivência e ações didático-pedagógicas que levem os alunos a se colocarem no lugar uns dos outros. Vivenciar uma situação de



diversidade pode sensibilizar o outro a perceber quais as realidades e dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência. Assim, gradativamente, possibilitaremos que nossos alunos passem a respeitar a diversidade e a olhar para as potencialidades da pessoa na sua diferença, sem a interferência direta do adulto.

Estudante, entenda que essa é uma reflexão necessária tanto no ambiente educacional quanto nos ambientes familiar e social, uma vez que, diante do aligeiramento do cumprimento daquilo que é estabelecido na legislação, a pessoa com deficiência, em geral, acaba sendo prejudicada.

Esperamos que você, enquanto futuro profissional da educação, compreenda que repensar a estrutura conjuntural, dada pela educação, se relaciona à apropriação das considerações acerca do outro na diversidade da sociedade vigente.



VAMOS PRATICAR

1. Acolher a diversidade de indivíduos e contar com professores preparados para a escola inclusiva são dois dos grandes desafios da educação na atualidade. Diante desse desafio, entende-se a urgência e a necessidade de romper com os velhos paradigmas de uma educação padronizada e com a visão homogênea de alunos classificados segundo padrões de normalidade, ou seja, romper com o modelo de educação que segrega e exclui aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela sociedade.

Sabemos que as mudanças sociais também modificam as práticas no contexto escolar. Devido a isso, é necessário romper velhos paradigmas para atender à diversidade nas escolas. Disserte sobre como isso pode contribuir para atender à diversidade e preparar professores para práticas inclusivas nas escolas.

2. A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Refleta sobre o conceito de escola inclusiva e disserte sobre os benefícios para a formação do aluno, para além das diferenças das pessoas com deficiência.

3. A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa, também, pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem, expressa-se, voluntária ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência.

As terminologias se modificam de acordo com o contexto histórico e são carregadas de significados sociais. É correto afirmar que a terminologia atual é:

- a) Deficiente.
- b) Portador de necessidade especial.
- c) Portador com deficiência.
- d) Pessoa com deficiência.
- e) Pessoa especial.

VAMOS PRATICAR

4. A inclusão escolar tem início, na educação infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global da criança. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos 3 anos de idade, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. Desse modo, na modalidade de educação de jovens e adultos e de educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Tais ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos, e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Fonte: BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

Diante do texto da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008) sobre o atendimento educacional especializado na educação básica, avalie as afirmações:

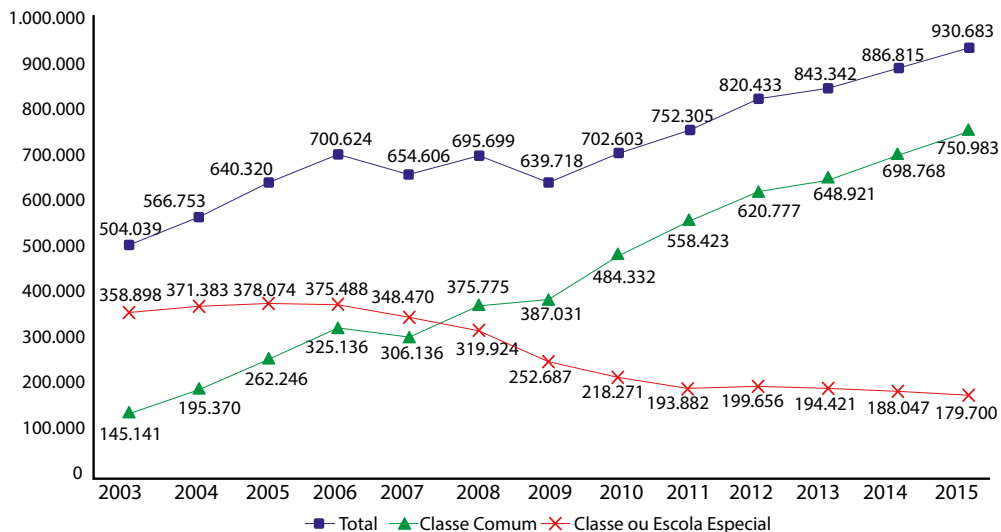
VAMOS PRATICAR

- I - O atendimento educacional especializado é obrigatório em todas as etapas e modalidades.
- II - O atendimento educacional especializado deve ser realizado no contraturno escolar na própria classe, na escola ou no centro especializado.
- III - O atendimento educacional especializado oferta adaptações diferentes para cada etapa de ensino.
- IV - O atendimento educacional especializado pode ser considerado substitutivo à classe comum em alguns casos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

5. O gráfico, apresentado na figura a seguir, demonstra a evolução do número de matrículas na educação regular básica em relação às escolas especiais no recorte temporal de 2003 a 2015.



Fonte: BAPTISTA, C. R. Política Pública, Educação Especial e Escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

De acordo com o gráfico, é correto afirmar que:

- I - O maior número de matrículas está concentrado nas classes e nas escolas especiais.
- II - O crescimento de matrículas acompanhou a evolução das políticas educacionais nesse período.
- III - O gráfico mostra apenas dados de matrículas, não sendo possível analisar condições de escolarização.
- IV - Houve uma queda entre 2007 e 2008, devido à discussão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na época.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957**. Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3198.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Revogada pela Lei nº 11.788, de 2008. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Brasília-DF, 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência** – Conade. [S. l.]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conade/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-conade>. Acesso em: 18 jul. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: Ciclos de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

IFPB – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Empregando adequadamente nomenclaturas no contexto da deficiência**. [S. l.]: IFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/empregando-adequadamente-nomenclaturas-no-contexto-da-deficiencia>. Acesso em: 18 jul. 2023.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 1992.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2017. Coleção Educação Contemporânea.

KASSAR, M. de C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil**: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999.

REFERÊNCIAS

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33, set./dez. 2006.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Tradução de Cássia Maria Buchalla. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf;sequence=111. Acesso em: 18 jul. 2023.

SASSAKI, R. K. Terminologia da deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SILVA, R. A. da. **A trajetória da educação especial brasileira**: das propostas

de segregação à proposta inclusiva: o olhar da cidade de Mairiporã. Monografia (Especialização em Educação Inclusiva na Deficiência Mental) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TIMM, J. R.; JANCZURA, R. O serviço social fortalecendo a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. **Revista Espacios**, [s. l.], v. 38, n. 58, p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n58/a17v38n58p01.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 18 jul. 2023.

1. Ao acolher a diversidade de indivíduos e abandonar a visão homogênea dos alunos classificados por padrões de normalidade, as escolas podem criar ambientes mais inclusivos e acolhedores para todos os estudantes.

Uma educação padronizada tende a excluir aqueles que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela sociedade, perpetuando a segregação e a exclusão. Ao romper com esse modelo, a escola pode reconhecer a singularidade de cada aluno, suas habilidades, seus interesses e suas necessidades específicas. Isso permite que os professores definam objetivos individuais, olhando para todos e adotando práticas pedagógicas mais flexíveis e adaptadas, o que irá promover uma aprendizagem significativa para todos.

Para atender à diversidade, é fundamental preparar os professores de maneira adequada. Os educadores precisam receber formação específica em educação inclusiva, que os capacite a reconhecer e atender às necessidades individuais de cada aluno. Isso inclui desenvolver estratégias pedagógicas diferenciadas, utilizar recursos e tecnologias assistivas, e promover uma cultura de respeito e empatia na sala de aula.

Além disso, é importante que os professores estejam dispostos a aprender com seus alunos, reconhecendo que cada um tem algo único a oferecer. A troca de conhecimentos e experiências enriquece o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais significativo e aberto ao diálogo.

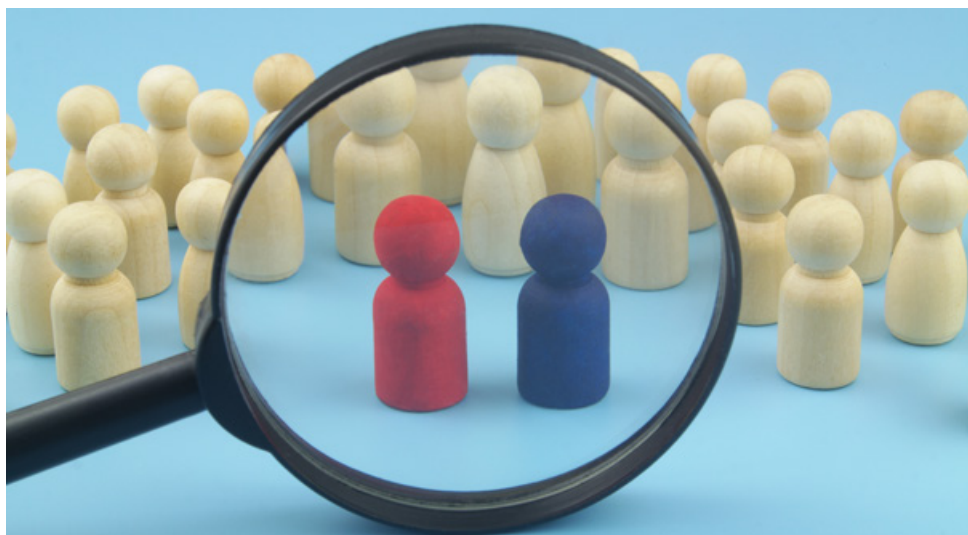
Ao romper com os velhos paradigmas e abraçar a diversidade, a escola se torna um espaço mais inclusivo, no qual todos os alunos têm a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. Isso não só beneficia os estudantes que antes eram excluídos, mas também enriquece a experiência educacional de todos, promovendo uma sociedade mais tolerante e diversa.

2. A educação inclusiva traz benefícios que vão além das diferenças das pessoas com deficiência, pois promove a formação integral do aluno, estimula a aprendizagem e promove uma convivência harmoniosa. Assim, a escola se torna um espaço de valorização das diferenças e da diversidade, em que cada estudante tem a oportunidade de desenvolver suas potencialidades e ampliar a visão de mundo frente ao contato com colegas que apresentam diferentes habilidades, realidades e origens, superando preconceitos e construindo relações de respeito.

A valorização da diversidade de indivíduos e estilos de aprendizagem estimula professores a buscar metodologias diversificadas e que atendam às necessidades individuais, favorecendo a formação de cidadãos tolerantes, conscientes e preparados para atuar em uma sociedade mais plural.

GABARITO

3. Opção D. A terminologia correta é “pessoa com deficiência”, pois reconhece a pessoa como indivíduo em primeiro lugar, colocando a deficiência apenas como uma característica, e não definindo-a como a identidade do indivíduo.
4. Opção D. As alternativas I, II e III estão corretas. O atendimento educacional especializado não é considerado substitutivo em relação à classe comum, mas um apoio complementar ou suplementar ao desenvolvimento dos alunos.
5. Opção E. A afirmativa I está incorreta, pois o maior número de matrículas, de acordo com o gráfico, está concentrado na educação básica.



TEMA DE APRENDIZAGEM 2

PARADIGMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

MINHAS METAS

- Compreender o papel da escola e a evolução histórica do modelo de sala de aula em relação à sociedade.
- Compreender e refletir sobre os conceitos de inclusão e integração da pessoa com deficiência em todos os espaços sociais.
- Conhecer políticas e ações implementadas pelo Ministério da Educação visando à inclusão escolar de alunos com deficiência.
- Refletir sobre os desafios e os benefícios da educação inclusiva e a importância da diversidade para a formação de todos.
- Reconhecer possibilidades de ação conjunta, para garantir condições adequadas de ensino e aprendizado a todos os estudantes.

INICIE SUA JORNADA

O modelo de sala de aula – aluno-professor – e a função da escola têm se configurado de forma diferente em cada tempo histórico, em razão das necessidades da própria sociedade. Hoje, almejamos uma escola que tenha, como centralidade, ser um “lugar” em que há pessoas que buscam as próprias potencialidades, respeitam as fragilidades e enaltecem o convívio com a diversidade.

Ao assumirmos nossas responsabilidades sociais, como profissionais da educação, precisamos refletir, constantemente, acerca dos processos de socialização e humanização das relações sociais no contexto da escola, que é um espaço de ampla diversidade.

Desse modo, devemos (re)visitar constantemente os caminhos percorridos e as possibilidades de trabalho pedagógico, navegando pelos passos e compassos da legalidade e da legitimidade presentes nesses espaços de formação humana. O professor ocupa um lugar de centralidade na garantia e na busca pela efetivação dos direitos legalmente instituídos, incluindo os da pessoa com deficiência.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

O QUE SE ESPERA?

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), entre as metas relacionadas à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, a educação especial tem atenção despendida. Ela é expressa na Meta 4, cujo objetivo é “universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, **preferencialmente na rede regular de ensino** [...]” (BRASIL, 2014, grifo nosso).

No entanto, segundo o “Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022”, no que tange ao acesso à educação básica em classes comuns para o público-alvo da Meta 4, os dados mostram que:



[...] se manteve o crescimento das matrículas em relação ao último relatório, alcançando-se 93,5% das matrículas do público-alvo em 2021. No que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE), o percentual, no mesmo ano, era menor: 46,2% das matrículas do referido grupo (BRASIL, 2022, p. 14).

Estamos envolvidos nas lutas e nos movimentos em prol da inclusão da pessoa com deficiência. Considerando as nossas obrigações como professores que prezam por uma educação de qualidade, precisamos nos atentar às metas estabelecidas pelo PNE (2014-2024), no que se refere à educação especial, para que possamos concretizar a inclusão desses estudantes. No documento, encontra-se o “Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola” (BRASIL, 2022, p. 21), cuja meta é de 100% de cobertura até 2024.

Assim, é necessário conhecer a realidade escolar e saber como estão ocorrendo os processos de inclusão e garantia de acesso e permanência e sucesso da pessoa com deficiência na escola.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Quais são as principais dificuldades encontradas para que a inclusão seja um processo realmente significativo a todos os estudantes e demais envolvidos com as pessoas com deficiência?

A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular de ensino promove, à pessoa com deficiência e a todos os envolvidos, o desenvolvimento do respeito, da tolerância e da empatia, mas, acima de tudo, proporciona o convívio com a diversidade, a fim de que todos os envolvidos possam entender que a sociedade é composta por pessoas diversas, que possuem suas particularidades e individualidades e, independentemente das necessidades, das condições de vida ou das limitações, é preciso garantir os direitos delas, o que inclui a educação, a saúde, a moradia e todos os fatores que lhes possibilitam o reconhecimento como cidadão da nossa sociedade.

PROMOVENDO A INCLUSÃO EFETIVA: COMPREENDENDO CONCEITOS-CHAVE

Os conhecimentos relativos ao trabalho com a diferença e a diversidade podem gerar resistência, que, por vezes, decorre da resistência, a qual, por vezes, pode decorrer por parte de profissionais que ainda não se sentem seguros, aptos ou, até mesmo, desconhecem as possibilidades do trabalho pedagógico voltado para

a diversidade, o que abrange espaços físicos, como salas adequadas e banheiros e cadeiras adaptadas, e outros aspectos físicos essenciais para a permanência de qualidade do aluno com deficiência na sala de aula. Quanto às dificuldades humanas, encontra-se a formação continuada do professor e de todos os agentes da escola que trabalham, direta ou indiretamente, com a pessoa com deficiência.

Primeiramente, é preciso ter conhecimentos sobre os conceitos de “inclusão” e “integração”.

INCLUSÃO

É um termo que envolve a convivência de diversidades. As diferenças são próprias do indivíduo, enquanto a ação coletiva e o trabalho em conjunto promovem a ampliação da formação humana de todos os envolvidos. Para além desse fato, a inclusão abarca uma ação, um movimento que considera e respeita a diversidade, além de abranger o princípio da equidade como garantia para a igualdade de direitos humanos (LEITE; BORELLI; MARTINS, 2013).

INTEGRAÇÃO

Pode ser definida, segundo Rodrigues (2008), como um processo que pressupõe uma participação tutelada. O aluno deve se adaptar ou se adequar ao ambiente da escola. Isso significa que, em consonância com os princípios da integração, é o estudante que precisa se esforçar para se adequar e permanecer no ensino regular.

Segundo Glat e Blanco (2007), o repensar da integração e da inclusão da pessoa com deficiência na escola e na sociedade se expande a partir dos anos de 1980. Esse crescimento provoca movimentos que buscam romper com os paradigmas da inclusão, buscando promover mudanças nas políticas públicas, nos objetivos e na qualidade dos serviços de atendimento às pessoas.



[...] muitos têm sido os que entendem a situação atual como resultado exclusivo de suas próprias ações ou de contemporâneos seus. Em razão disso, é extremamente valioso clarificar alguns momentos da evolução das atitudes sociais e sua materialização (MAZZOTTA, 2005, p. 15).

As escolas “[...] constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8-9). A educação inclusiva se sustenta na diversidade dos contextos das políticas voltadas para a educação especial.

A educação inclusiva é fundamentada na valorização da diversidade e requer uma análise contextualizada das políticas relacionadas à educação especial. É essencial considerar o contexto específico em que estamos discutindo e entender plenamente quem são os sujeitos envolvidos nesse processo. Isso implica reconhecer as necessidades e as capacidades individuais dos alunos, bem como os desafios e as oportunidades presentes em cada ambiente educacional. Ao adotar uma abordagem sensível e consciente do contexto, podemos promover uma educação inclusiva que atenda, de forma efetiva, às demandas e às aspirações de todos os estudantes.

É importante enfatizar que a educação especial é reconhecida como uma modalidade da educação que se dedica ao atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas: “alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 9), oferecendo suportes, recursos e estratégias para promover a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes. A educação inclusiva vai além, sendo uma perspectiva que busca garantir a participação plena e equitativa de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, dentro do ambiente escolar.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE

A partir das indicações da Declaração de Salamanca, dos movimentos e das lutas pelos direitos de acesso e condições de permanência da pessoa com deficiência no ensino regular, há uma reconfiguração do ensino da educação especial. Logo, o trabalho docente, com foco na educação inclusiva, considera que o modo de pensar e de agir com o diferente e as relações de interculturalidade dependem da organização social como um todo, em íntima relação com as descobertas das diversas ciências, crenças e ideologias apreendidas pela complexidade da individualidade humana (JANNUZZI, 2004).

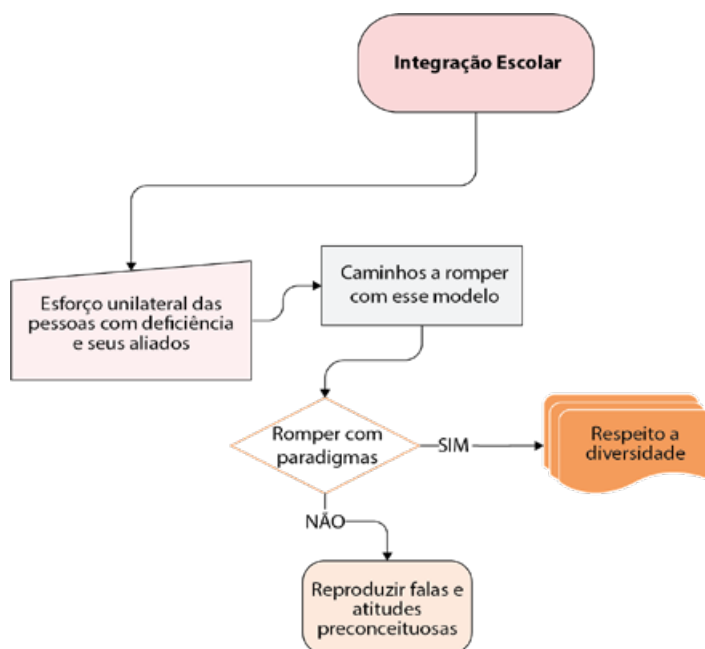


Figura 1 – Integração escolar / Fonte: a autora.

Descrição da imagem: a figura apresenta um fluxograma representando a integração escolar. No topo, há uma elipse com o termo "Integração Escolar". A partir dela, uma seta aponta para um retângulo com os dizeres "Esforço unilateral das pessoas com deficiência e dos aliados delas". No centro, há outro retângulo com a frase "Caminhos a serem rompidos com esse modelo", seguido por uma seta descendente que leva a um losango contendo o termo "Romper com paradigmas". Uma seta aponta para a direita, levando a outro retângulo com a expressão "Respeito à diversidade". Além disso, há outra seta descendente com a palavra "Não" no centro, culminando em um círculo com a frase "Não reproduzir falas e atitudes preconceituosas". Fim da descrição.

A Figura 1 exhibe alguns indicadores dos aspectos que englobam a integração escolar. Nessa análise, você consegue identificar os principais aspectos e, assim, pode buscar estratégias para romper a visão equivocada de que a responsabilização com o campo da aprendizagem cabe apenas à pessoa, de acordo com as necessidades dela. A partir disso, passamos a repensar as nossas ações com base nos pressupostos dos ideais inclusivos, a fim de rompermos esse paradigma e assumirmos o papel de corresponsabilização nesse processo.





INDICAÇÃO DE FILME

A pessoa é para o que nasce.

Sinopse: o documentário *A pessoa é para o que nasce* conta a história de três irmãs cegas que viveram como artistas de rua no Nordeste brasileiro. O documentário retrata desde o cotidiano do anonimato, o qual contava com a ajuda da família e da comunidade, a fim de que as meninas pudessem levar uma vida com dignidade, até o momento em que há uma reviravolta.

Refletindo sobre a história: ao assistir ao documentário, algumas reflexões são extremamente importantes – será que as dificuldades que as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas encontram estão relacionadas às questões culturais e sociais? O que é preciso fazer para romper essa visão secularizada de preconceitos? Qual ação pode ser feita no ambiente escolar e pode colaborar para que essa realidade possa ser modificada?



De acordo com a Declaração de Salamanca, são necessárias mudanças organizacionais, estruturais e sociais para que haja uma escola pautada na diversidade e no respeito às diferenças em busca da ampliação da formação humana de todos os estudantes.

Logo, segundo Dutra (2008, p. 28):



[...] a educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e supera o modelo de equidade formal, passando a incidir para eliminar as circunstâncias históricas da produção e exclusão dentro e fora da escola.



PENSANDO JUNTOS

Um paradigma se refere a “um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o comportamento e ações dos indivíduos” (MANTOAN, 2003, p. 11).

Como futuro profissional da educação, é preciso entender que não podemos reduzir a inclusão a uma crença errônea de que basta inserir as crianças, jovens e adultos público-alvo da educação especial em uma escola regular, que estarão efetivamente incluídos (MENDES, 2006).

Assumimos, então, que a educação inclusiva decorre muito mais das ações de legitimação que da mera aceitação do outro no mesmo espaço. **Incluir requer uma ação coletiva.** Portanto, defender uma educação inclusiva exige uma ação conjunta dos pais, da sociedade e de todos os agentes do ambiente escolar, a fim de garantir as condições necessárias para o ensino e o aprendizado da criança, independentemente da condição, da situação ou da necessidade dela.

A ação inclusiva demanda a busca pelo desenvolvimento de novas formas de pensar o processo de ensino-aprendizagem. Nele, as concepções teóricas e práticas devem ser acompanhadas por movimentos em que todos os envolvidos passem a compreender o processo educativo como uma ação significativa a todos, e não apenas como uma ação diferenciada para acolher as necessidades somente do público-alvo da educação especial.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE: REPENSANDO A ESTRUTURA ESCOLAR

Ofertar um ambiente escolar realmente inclusivo significa **romper com os preconceitos e as barreiras acerca de como olhamos para a pessoa com deficiência.** No entanto, reconhecemos que esse movimento em prol da inclusão não é uma ação simples, definida apenas por uma orientação legal, assim como temos no Estatuto da Pessoa com Deficiência ou na Política Nacional de Educação Especial. Isso significa que a inclusão escolar e social é um processo que deve envolver a sociedade, pois, segundo Sassaki (1997), **a inclusão é um ato cotidiano**, que abrange as ações que precisam acontecer dentro e fora da escola, para que, aos poucos, a **igualdade de condições**, a **valorização** do outro, a partir das **potencialidades** dele, e a abrangência e a incorporação de valores e comportamentos gradativamente no contexto educacional sejam parte integrante das práticas inclusivas.

É preciso buscar novas formas didático-pedagógicas e estratégias de ensino que considerem a diversidade dos processos de aprendizagem e revisitem a maneira como pensamos a sociedade e os valores e as atitudes produzidos no fazer educativo.

**EU INDICO**

Assista ao documento *Brincar para Todos* e conheça estratégias inovadoras para promover o desenvolvimento integral e a inclusão por meio do brincar na educação. Descubra como o poder do brincar pode estimular habilidades sociais, emocionais e cognitivas, além de fortalecer a interação entre crianças com e sem deficiência. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

As atividades didático-pedagógicas são reestruturadas para que o aluno possa compreender/assimilar os conteúdos, por meio de estratégias de ensino que o auxiliem no desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

Precisamos (re)pensar a nossa maneira de enfrentar a realidade da escola, com olhares inclusivos, porque “num contexto em que uma sociedade inclusiva passa a ser considerada um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção do estado democrático, a educação inclusiva começa a configurar-se como parte integrante e essencial desse processo” (MENDES, 2006, p. 389).



A inclusão social, portanto, é a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas (SASSAKI, 1997, p. 42).

Buscar um processo educativo, que promova o desenvolvimento das habilidades e das competências dos estudantes, tendo, como foco, a formação humana, as relações com o mundo do trabalho e o desenvolvimento da própria sociedade, é uma preocupação latente desde a Constituição Federal de 1988, que, no Art. 205, já deixava claro o fato de que “a educação é um direito de todos” (BRASIL, 1988).

Atualmente, a educação escolar brasileira se pauta na regulamentação legal, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que sustenta, no Art. 1, que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do traba-

lho e à prática social” (BRASIL, 1996). Essa lei enfatiza, ainda, no Art. 4, que o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Diante disso, a Resolução CPE/CNE nº 2/2019, que trata da formação inicial de professores, define, no Art. 4º, que:



As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

I – conhecimento profissional;

II – prática profissional; e

III – engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

I – dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;

II – demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;

III – reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e

IV – conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais (BRASIL, 2019, p. 46).

A escola que acolhe a diferença se torna a escola da diversidade, que problematiza as ações didático-pedagógicas, passando a enfatizar a mediação fomentada pela diferença. Ao ser pautada na formação humana, o coletivo passa a entender e a respeitar a relação entre o eu e o outro na constituição da identidade e da subjetividade do sujeito.

A mudança educativa deve ir além de reformas superficiais, como meras modificações nas estruturas e nos currículos. Ela deve abordar a necessidade de uma transformação mais profunda nas identidades individuais, reconhecendo a importância das representações e dos olhares direcionados ao outro. “Mas nenhuma palavra sobre as representações como olhares ao redor do outro. Nenhuma palavra sobre a necessidade de uma metamorfose nas nossas identidades. Nenhuma palavra sobre a vibração com o outro” (SKLIAR, 2003, p. 39-40).

A escola pautada na educação inclusiva se sustenta na redefinição do conceito de função da escola, do conhecimento, do ensino e da aprendizagem. Sabemos

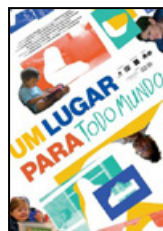
que essa não é uma tarefa fácil, afinal, toda “crise de paradigma é cercada de muita incerteza e insegurança, mas também de muita liberdade e ousadia, para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudança” (MANTOAN, 2003, p. 11).

INDICAÇÃO DE FILME

Um Lugar Para Todo Mundo.

Sinopse: O documentário *Um Lugar Para Todo Mundo* sobre T21 e educação inclusiva propõe que a sociedade entenda o valor de garantir o direito a uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças e que se una à caminhada para uma realidade em que nenhuma criança fique de fora da escola.

Refletindo sobre a história: o documentário busca enfatizar a realidade de como as ações são estabelecidas tanto no campo cultural quanto no campo social, evidenciando a importância de as pessoas terem uma luta coletiva, para garantir o direito ao respeito e à igualdade, quer seja na escola, quer seja fora dela. Você terá momentos de significação e aprendizado sobre como temos reagido perante a diversidade.





INDICAÇÃO DE LIVRO

As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.

Editora: Vozes

Autor: Bader Sawaia

Sinopse: uma análise psicossocial dos mecanismos de exclusão, investigando suas raízes históricas, estruturais e ideológicas. Com uma abordagem ética, o autor nos convida a refletir sobre as implicações morais e os dilemas éticos envolvidos na manutenção da desigualdade social.



Marcos Legais

A inclusão da pessoa com deficiência é uma luta histórica. Portanto, a garantia dos direitos, traduzidos e aplicados nas políticas educacionais com foco na educação especial, precisa ser constantemente visitada e reformulada, porque, em cada tempo histórico, a sociedade tem uma forma de pensar e perceber a pessoa com deficiência e o lugar dela na sociedade.

Como exemplo, é possível destacar o fato de que as primeiras leis para a educação especial se sustentam nos preceitos atrelados ao **caráter assistencialista**, quando a sociedade mantinha o entendimento de que as pessoas com deficiência tinham apenas as necessidades básicas de subsistência, ou seja, a saúde e a moradia, sendo o foco a deficiência, e não o que a pessoa pode realizar.

No século XXI, há a busca pela efetivação da inclusão escolar, o que abrange os contextos social e econômico, ou seja, toda a sociedade. Assim, a educação inclusiva amplia a concepção de participação de todos, tendo, como premissa basilar, o respeito à diversidade, ao transpor a cultura das práticas e das políticas vivenciadas nas escolas em uma abordagem humanística e democrática, que compreende todos os sujeitos e as respectivas singularidades (RODRIGUES, 2008).

Para entender melhor a organicidade e a institucionalização da inclusão no campo da educação básica, a partir das oportunidades a todos, veja, a seguir, alguns marcos legais que têm encaminhado às ações propositivas da inclusão no campo educacional que pautam os direitos das pessoas com deficiência em relação aos direitos educacionais.

LEGISLAÇÃO VIGENTE

- **1988 – Constituição Federal:**
 - Educação como um direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, promovendo igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas.
 - O documento garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).
- **1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 (atualizado em 2021):**
 - Art. 54, inciso III: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).
- **1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996:**
 - Define a Educação Especial como modalidade de educação escolar.
 - Art. 59: unidades de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).
- **2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI):**
 - Documento orientador.
 - Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais de todos os estudantes (BRASIL, 2008).
- **2012 – Política Nacional da Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012:**
 - Lei Berenice Piana.
 - Garante que a população com transtorno do espectro autista (TEA) passe a ser considerada oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, a educação que favoreça a aprendizagem dessas crianças.

- Caso seja comprovada a necessidade, os alunos inseridos nas classes regulares terão direito a acompanhamento especializado (BRASIL, 2012).
- **2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015:**
 - Constitui a educação como direito de toda pessoa com deficiência, em todo os níveis e aprendizado, visando a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades, segundo suas características, seus interesses e suas necessidades de aprendizagem.
 - Art. 27: a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e de suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, seus interesses e suas necessidades de aprendizagem.
 - É dever do Estado garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão aponta que é de responsabilidade do poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar e incentivar [...] [um] **sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida**” (BRASIL, 2015, grifo nosso).



EU INDICO

Nós acreditamos que todos merecem ter voz e ser protagonistas de suas próprias vidas. O movimento “Nada sobre nós sem nós” coloca, em prática, esse princípio fundamental, lutando pela participação ativa e igualitária das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade. Descubra mais sobre o movimento clicando no link, a seguir, e embarque em uma jornada de empoderamento e inclusão. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Esses conhecimentos são fundamentais para você, como professor, já que, na sala de aula, você tratará de diversos contextos e realidades.

**EU INDICO**

Você sabia que uma das responsabilidades do professor é conhecer a legislação que rege a modalidade de ensino e as demais ações agregadas a esse contexto? Quer saber mais sobre a Constituição Federal Brasileira, os artigos dela e as alterações sofridas ao longo das décadas? **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

As implementações no campo das políticas trouxeram importantes resultados para a inclusão escolar. Em 2020, o Ministério da Educação, ao publicar a Política Nacional de Educação Especial, projetou, como meta, trazer para a escola, no mínimo, 200 mil crianças, adolescentes e jovens do público da educação especial. Esse é o número de educandos entre 4 e 17 anos de idade que, em 2017, eram beneficiários do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) e se encontravam fora da escola (BRASIL, 2020).

Quando analisamos os dados do Ministério da Educação, publicados no censo de 2021, observamos que o número de estudantes do público-alvo da educação especial em escolas da educação básica chega a 1.250.967, ou seja, representa 2,6% dos estudantes da educação básica (BRASIL, 2021).

Ao conhecermos um pouco mais a realidade do ingresso dos estudantes público-alvo da educação especial na escola regular, encontramos dados significativos e que consolidam as ações e os programas em prol de uma educação inclusiva. Nos dados do Ministério da Educação, é afirmado que se chegou a 1,3 milhão de matrículas na educação especial no ano de 2021, o que é um aumento de 26,7% em relação a 2017. O senso ainda destacou que o maior número está no Ensino Fundamental, que concentra 68,7% das matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2017 e 2021, percebe-se que as matrículas de Ensino Médio são as que mais cresceram, com um acréscimo de 84,5% (BRASIL, 2021).

Essas informações nos permitem dimensionar as discussões voltadas aos resultados almejados junto ao público-alvo da educação especial no ensino regular e ao atendimento na educação básica, o que está em destaque no Plano Nacional

de Educação (PNE), sobretudo, na Meta 4, que exhibe as especificidades e os objetivos centrados no atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que passou de 51% em 2017 para 53,8% em 2021.

Ao nos referirmos à educação inclusiva, Miranda *et al.* (2013) reforçam a compreensão de que fazemos referência ao processo de inclusão das pessoas que apresentam deficiências ou necessidades educacionais específicas em escolas regulares.



INDICAÇÃO DE LIVRO

A lei da educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas.

Editora: Autores Associados

Autor: Dermeval Saviani

Sinopse: este livro é uma leitura essencial para todo professor, uma vez que traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A obra exhibe todas as modalidades e os níveis de ensino. Além da lei, o autor traz importantes comentários, analisando a trajetória e os significados social, político e pedagógico.

A leitura do livro permitirá que você entenda os caminhos da estruturação e da consolidação das estruturas organizacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de forma sintetizada e com uma linguagem de fácil compreensão. Será que a lei é cumprida na íntegra? Quais são as principais dificuldades para a efetivação dela na prática?



Ao considerar os processos de aprendizagem, não existe homogeneidade na sala de aula: todos nós somos diferentes, de acordo com as nossas particularidades.

NOVOS DESAFIOS

Por fim, nos apropriamos da compreensão de que a percepção de homem e de sociedade se altera de acordo com o conceito da sociedade acerca do papel de cada sujeito no contexto social e, portanto, do papel que a educação escolarizada apresenta em cada tempo histórico.

Entenda que todo o processo de implementação de uma política educacional ocorre, efetivamente e de forma legítima, quando temos uma escola pautada na perspectiva inclusiva, com respeito à diversidade. É importante salientar que ela deve estar centrada no pertencimento e no acolhimento, rompendo o paradigma da “mera” presença na sala de ensino regular. Uma educação escolar inclusiva requer o envolvimento da comunidade escolar, o repensar dos processos educativos e a reconfiguração do planejamento e dos processos de avaliação.

O olhar para as políticas incide na efetivação de ações pedagógicas adequadas e sustentadas na manutenção legal do amparo financeiro para a efetivação da educação inclusiva. As condições estruturais, humanas, operacionais e organizacionais precisam oportunizar o ingresso e a permanência dos estudantes, assegurando o sucesso educativo e formativo a todos envolvidos no contexto escolar.

Atuar na educação especial requer entender as normativas, as leis, as resoluções e, sobretudo, os aspectos que envolvem a educação inclusiva. Muitas vezes, deparamo-nos com inúmeras inseguranças em relação à realização de um trabalho didático-pedagógico inclusivo, especialmente quando temos uma sala de aula com uma diversidade de realidades. Para tanto, precisamos entender que o primeiro passo a ser dado é o de buscar o conhecimento, assim como estamos fazendo nesse momento.

Para avançarmos rumo a uma escola realmente inclusiva, precisamos ter uma compreensão teórica e conceitual acerca dos saberes e dos conhecimentos relativos ao que é a deficiência e ter em mente os direitos da pessoa com deficiência. Esse é um movimento que devemos fazer junto à escola, às famílias e a toda a sociedade, dado que a mudança só acontece quando mudamos a nossa atitude. Assim, conseguimos influenciar a comunidade em que estamos inseridos. Afinal, o trabalho docente é uma luta diária para romper preconceitos e paradigmas, além de conseguirmos a valorização do outro e o respeito à diversidade.

A partir desse contexto, você, enquanto futuro professor, precisa compreender que a inclusão no ambiente escolar não decorre apenas da obrigatoriedade e da imposição de uma determinada legislação, mas de discursos, práticas e ações efetivamente inclusivas, que proporcionem respeito, acolhimento e equidade ao outro, seja ele qual for.



VAMOS PRATICAR

1. O papel do professor, no contexto inclusivo, é fundamental para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes e metas para a promoção da educação inclusiva no Brasil, destacando a importância do professor como agente transformador e facilitador desse processo.

De acordo com o PNE, o professor deve ser um mediador do conhecimento, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a individualidade de cada estudante (BRASIL, 2014). Ele deve buscar formas de adaptação curricular, metodologias diferenciadas e estratégias de ensino que atendam às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Além disso, o professor, no contexto inclusivo, deve ter um olhar atento para identificar as barreiras e os obstáculos que podem dificultar a participação plena dos estudantes, buscando formas de superá-los. Ele deve promover a interação e o respeito mútuo entre os estudantes, estimulando a colaboração e a valorização das diferenças.

O PNE também destaca a importância da formação continuada dos professores para atuar de forma efetiva no contexto inclusivo, proporcionando-lhes conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para lidar com a diversidade e garantir a igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

Discorra sobre como o professor pode atuar no contexto inclusivo, de modo que sua prática seja mais diversa e equitativa, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE).

2. No início da história da educação especial, as primeiras leis e abordagens adotadas tinham um caráter assistencialista. Nesse período, as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes e eram segregadas da sociedade, sendo excluídas do sistema educacional regular. As políticas educacionais voltadas para essa população eram baseadas em um modelo de caridade e cuidado, sem considerar suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

VAMOS PRATICAR

No entanto, ao longo do tempo, houve uma transformação significativa nessa abordagem. A luta pelos direitos das pessoas com deficiência, o movimento inclusivo e a compreensão de que a educação é um direito de todos levaram a mudanças nas políticas educacionais.

Hoje, reconhecemos que a educação especial deve estar fundamentada no princípio da inclusão, buscando garantir que todas as crianças e jovens, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade. A legislação educacional evoluiu para estabelecer o direito à educação inclusiva e promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes (BRASIL, 2008).

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Refleta e disserte sobre a evolução dos direitos das pessoas com deficiência.

3. A educação especial e a educação inclusiva são complementares, mas apresentam abordagens distintas. Enquanto a educação especial foca nas necessidades individuais e adaptativas dos alunos, a educação inclusiva busca a transformação do ambiente educacional, promovendo a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

É correto o que se afirma em:

- a) A educação especial prioriza a igualdade de oportunidades, enquanto a educação inclusiva visa a atender exclusivamente alunos com deficiência.
- b) A educação especial busca a inclusão de todos os alunos, enquanto a educação inclusiva oferece suporte apenas para estudantes com dificuldades de aprendizagem.
- c) A educação especial é uma perspectiva que valoriza a diversidade, enquanto a educação inclusiva é uma modalidade de ensino para alunos com necessidades especiais.
- d) A educação especial é focada na adaptação curricular, enquanto a educação inclusiva propõe a transformação do ambiente educacional para acolher a diversidade.
- e) A educação especial promove a segregação dos alunos com deficiência, enquanto a educação inclusiva busca a integração total dos estudantes.

VAMOS PRATICAR

4. De acordo com Mantoan (2006), o conceito de paradigma envolve a compreensão de que os paradigmas são modelos de pensamento que moldam nossa maneira de enxergar e compreender o mundo. São estruturas mentais que influenciam nossas crenças, valores e ações. Para promover a inclusão e superar as barreiras sociais, é fundamental questionar os paradigmas estabelecidos, desconstruindo-os e reconstruindo novas perspectivas que valorizem a diversidade e garantam igualdade de oportunidades para todos os indivíduos.

Fonte: MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

De acordo com Mantoan (2006), qual é o conceito de paradigmas?

- a) São ideias preconcebidas e inflexíveis que limitam a visão e a ação das pessoas.
 - b) São modelos de pensamento flexíveis e abertos, que permitem a evolução e a transformação.
 - c) São crenças estáticas e imutáveis que não podem ser questionadas.
 - d) São abordagens ultrapassadas e obsoletas que devem ser descartadas.
 - e) São formas de pensar que não influenciam a maneira como agimos.
5. No contexto educacional inclusivo, dois paradigmas se destacam: o paradigma da integração e o paradigma da inclusão, cuja principal diferença está na forma como encaram a participação dos estudantes com deficiência. Enquanto o paradigma da inclusão busca a participação plena de todos os estudantes, o paradigma da integração pressupõe a participação ativa de todos os estudantes, mas considera a deficiência como um obstáculo à participação.

O paradigma da integração envolve a adaptação do ambiente educacional para acomodar os estudantes com deficiência, mas, muitas vezes, mantém uma visão de que a deficiência é um problema a ser superado.

VAMOS PRATICAR

Já o paradigma da inclusão valoriza a diversidade e busca a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Ele reconhece a deficiência como uma característica natural da diversidade humana e pressupõe que todos os estudantes devem ser plenamente incluídos em ambientes escolares regulares. Nesse modelo, são adotadas estratégias de adaptação curricular e apoio individualizado, de forma a garantir a participação ativa e o desenvolvimento pleno de cada estudante, independentemente de suas habilidades ou deficiências.

O paradigma da inclusão promove uma mudança de perspectiva, valorizando a participação de todos os estudantes e promovendo a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Qual a principal diferença entre os conceitos de inclusão e integração?

- I - A inclusão enfatiza a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades, enquanto a integração promove a exclusão dos alunos com deficiência.
- II - A inclusão pressupõe a participação ativa de todos os estudantes, enquanto a integração considera a deficiência como obstáculo à participação.
- III - A integração entende que a adaptação é responsabilidade do indivíduo, enquanto a inclusão propõe ambientes educacionais plurais.
- IV - A inclusão valoriza a homogeneidade dos estudantes, enquanto a integração promove a diversidade.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Glossário da educação especial**. Censo Escolar 2021. Brasília-DF: INEP, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022**. Brasília-DF: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BN-C-Formação). Brasília-DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- DUTRA, C. P. Política pública de educação especial. **Revista Aprendizagem**, Pinhais, n. 8, p. 24-28, set./out. 2008.
- GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. *In*: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007. p. 15-35.
- JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LEITE, L. P.; BORELLI, L. M.; MARTINS, S. E. S. de O. Currículo e deficiência: análise de publicações brasileiras no cenário da educação inclusiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 63-92, mar. 2013.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.
- MIRANDA, M. de J. C. *et al.* **Inclusão, educação infantil e formação de professores**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de educação inclusiva. **Inclusão**, Brasília, v. 4, n. 11, p. 33-40, jan./jun. 2008.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GABARITO

1. O papel do professor, no contexto inclusivo, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), vai além da transmissão de conhecimentos; ele deve ser um mediador, adaptando as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O professor deve promover a inclusão, valorizando a diversidade e garantindo a igualdade de oportunidades de aprendizagem. Além disso, a formação continuada é essencial para que o professor esteja preparado para lidar com a diversidade e promover a inclusão de forma efetiva.

2. No passado, as pessoas com deficiência eram excluídas do sistema educacional regular e eram submetidas a políticas educacionais que não consideravam suas necessidades e potenciais. A transição das primeiras leis da educação especial, com caráter assistencialista, para uma abordagem inclusiva é um marco importante na história da educação.

No entanto, ao longo do tempo, houve uma conscientização sobre a importância da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência. A partir desse contexto, as políticas educacionais foram reformuladas para garantir o acesso equitativo à educação e promover a participação plena dos estudantes com deficiência na escola.

Atualmente, compreendemos que a educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação especial deixou de ser um modelo segregado e passou a ser integrada ao sistema educacional regular, proporcionando suporte e adaptações necessárias para atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

3. Opção D. A educação especial é uma modalidade que oferece suportes específicos para alunos com deficiência, enquanto a educação inclusiva é uma perspectiva que visa à transformação do ambiente escolar, para garantir a participação plena de todos os estudantes, valorizando a diversidade e promovendo adaptações curriculares e pedagógicas para atender às necessidades individuais.
4. Opção B. Segundo Mantoan (2006), os paradigmas são formas de pensar que podem influenciar a maneira como enxergamos o mundo e agimos. São modelos de pensamento que podem ser questionados, desconstruídos e reconstruídos, possibilitando a evolução e a transformação das nossas ideias e práticas.
5. Opção B. No contexto educacional inclusivo, o paradigma da inclusão pressupõe a participação ativa de todos os estudantes, valorizando a diversidade e buscando a igualdade de oportunidades. A integração considera a deficiência como um obstáculo à participação, responsabilizando o indivíduo por sua deficiência, isentando profissionais e responsáveis por sua plena participação.



TEMA DE APRENDIZAGEM 3

DA LEGISLAÇÃO À FORMAÇÃO INICIAL: BUSCANDO ROMPER O PARADIGMA DO CAPACITISMO

MINHAS METAS

- Compreender a importância da qualificação e da formação contínua do professor para lidar com os desafios da educação inclusiva.
- Refletir sobre dificuldades e desafios enfrentados por professores, estudantes e famílias na promoção da inclusão escolar.
- Analisar a importância da colaboração entre professores da sala regular e dos serviços de apoio especializado para a promoção da inclusão.
- Refletir sobre o paradigma do capacitismo e sua influência na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.
- Reconhecer a necessidade de ressignificar a prática docente para uma educação inclusiva.

INICIE SUA JORNADA

O primeiro passo para a legitimação da educação inclusiva se dá por meio do processo formativo do professor, ou seja, abrange desde a formação inicial até a formação continuada. Assim, a formação de professores, para atuação na educação inclusiva, deve ocorrer a partir de uma perspectiva colaborativa e de responsabilização entre todos os protagonistas da educação. No entanto, sabemos que a identidade do professor é flexível e que, a partir das experiências e das vivências, tanto na formação inicial quanto durante a atuação, surgem novos olhares e formas de ser e agir como professor.

Quando nos referimos à educação inclusiva e ao trabalho pedagógico centrado na diversidade e no respeito ao outro, tomamos, como ponto de partida, as potencialidades da pessoa, e não as dificuldades dela.



A inclusão torna-se muito mais efetiva quando há uma parceria entre a família, a escola e a comunidade. Para tanto, você, eu e toda a sociedade precisamos buscar caminhos para que, juntos, tornemos a escola um exemplo de inclusão, igualdade e resiliência. Afinal, estamos lutando por uma escola que entenda as diferenças, acolha a diversidade e, acima de tudo, colabore com a formação humana dos estudantes, a fim de que tenhamos, no futuro, uma sociedade realmente justa e com igualdade de direitos a todos os cidadãos.

O movimento de luta e a busca pela igualdade de direitos sociais, infelizmente, nem sempre é uma realidade que se estabelece com frequência na sociedade. A partir dessas observações, refletiremos sobre as questões relativas à formação e ao papel do professor diante da inclusão da pessoa com deficiência na escola e dos direitos ao acesso à educação.

Será que olhamos apenas para o que a pessoa com deficiência pode fazer ou conseguimos possibilitar caminhos e experiências pedagógicas que proporcionem, ao estudante com deficiência e aqueles sem deficiência, uma educação pautada na equidade?

VAMOS RECORDAR?

Assista a este vídeo inspirador e embarque em uma jornada de reflexão profunda sobre os paradigmas da deficiência. Desafie-se a repensar, crescer e ser parte dessa transformação. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

DELIBERAÇÕES QUE ORIENTAM A PRÁTICA DOCENTE

A escola é um espaço de interlocução entre a realidade social vivida e as perspectivas de inovações, reconfigurações e avanços para a pessoa e a sociedade como um todo. Tratar da inclusão no ambiente escolar e na sala de aula significa afirmar que o professor está preparado para a diversidade de realidades em um mesmo espaço e tempo de atuação. Assim, o multiculturalismo e a pluralidade de saberes e conhecimentos devem ser o alicerce da ação profissional de todo professor.

A ação do professor, no cotidiano escolar, se efetiva com a consolidação da mudança, configurando-se como a engrenagem que serve de base para o movimento de transformação, visto que só é possível falar de inclusão porque, historicamente, as pessoas com deficiência ou aquelas que fogem do padrão de normalidade excluídas do convívio social, isto é, à margem dos próprios direitos sociais e legais. Desse modo, a inclusão se torna a efetivação de um movimento de lutas e reivindicações sociais que buscam a garantia dos direitos dos educandos com necessidades educacionais especiais ao acesso e à permanência na escola (GLAT; NOGUEIRA, 2003).



Convenção da Guatemala: em 1999, aconteceu a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (nomenclatura vigente durante a convenção), na Guatemala. Essa convenção resultou na promulgação do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, no Brasil. De acordo com o documento da Convenção da Guatemala, todas as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. Além disso, é afirmado que um ato de discriminação é qualquer forma de diferenciação, exclusão ou restrição que possa impedir ou anular os direitos humanos e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e reitera que todas as pessoas devem ser tratadas com igualdade de direitos de forma indistinta no campo da educação.

Carta do Terceiro Milênio: promulgada, em 1999, pela Assembleia Governativa da *Rehabilitation International*. Na Carta do Terceiro Milênio, foi reiterado que os direitos humanos de cada indivíduo, em qualquer sociedade, devem ser reconhecidos e protegidos.



EU INDICO

Conhecer as histórias das leis e das resoluções é um importante passo para entendermos as lutas e os movimentos que a sociedade tem feito em prol de uma educação igualitária e de qualidade a todas as pessoas com e sem deficiência. Assim, faça a leitura na íntegra da Carta do Terceiro Milênio, a fim de que você possa conhecer, com riqueza de detalhes, os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência mundialmente.

Na sequência, leia o Decreto nº 3.956/2001, originado a partir da Convenção de Guatemala. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Tanto a **Convenção de Guatemala** quanto a **Carta do Terceiro Milênio** são deliberações que reconfiguraram a ação educativa e todo o trabalho docente, seja na educação básica, seja em qualquer nível ou modalidade de ensino, pois, a partir da promulgação dos documentos supracitados, passou-se a ter o entendimento de que devemos considerar os estudantes de forma individualizada, dado que

cada um apresenta características e necessidades diferentes. Além disso, é sustentado que cada estudante precisa ser visto na sua diversidade, cultura e condições socioemocionais.

Perceber os estudantes na diversidade, respeitar os limites deles e incentivar o desenvolvimento das potencialidades deles são ações basilares e devem constar na prática cotidiana do professor, para que ele possa diferenciar e estabelecer os caminhos e os encaminhamentos do processo de ensino-aprendizagem ao público-alvo da educação especial. No entanto, essa não é uma realidade que acontece em todas as escolas.

Hoje, um dos grandes desafios que temos na realidade da escola está diretamente ligado ao direito de acesso, permanência e sucesso da pessoa com deficiência no ambiente regular de ensino.

Legalmente, a inclusão é posta como uma obrigatoriedade. No entanto, precisamos nos movimentar para que a inclusão não seja apenas uma proposta legal. Segundo Sanfelice (2006, p. 395), para que as políticas voltadas à educação especial, com foco em uma educação realmente inclusiva, aconteça, precisamos compreender a educação como um todo, ou seja, “dentro de uma lógica libertadora e humanizadora”, pois, do contrário, “tudo se reproduzirá e as políticas inclusivas não perderão seu caráter sempre paliativo”.

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA ESCOLA INCLUSIVA

O “**ser professor**” em uma escola inclusiva, de acordo com Jannuzzi (2006), é uma ação que está intimamente ligada ao **modo de pensar e de agir com o diferente**. A atuação do professor e os processos de ensinar e aprender dependem da organização social como um todo, em íntima relação com as descobertas das diversas ciências, crenças e ideologias apreendidas pela complexidade da individualidade humana.

Ser professor em uma escola inclusiva pressupõe ressignificar a prática docente, buscando caminhos que possam legitimar, na prática cotidiana, as normativas estabelecidas no contexto das políticas da educação especial. Sabemos que a inclusão escolar ocorre a partir de uma dinâmica social e do posicionamento adotado pela sociedade diante das problemáticas referentes, sobretudo, à diversidade e à diferença que a escola tem enfrentado.

Como primeiro passo para buscarmos alternativas para as questões citadas, precisamos nos **alicerçar nas leis e nas resoluções**, para que possamos entender os direitos e os deveres que nós, professores, temos ao ingressarmos na sala de aula. Diante do exposto, precisamos entender a compreensão de deficiência e de necessidades educacionais que a legislação brasileira apresenta.

Buscando a conceituação e/ou a definição do que a lei considera característica da pessoa com deficiência, recorreremos à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, elaborada em acordo com Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu Art. 2º, é definido que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2015), que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva do sujeito na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com Mantoan (2001), para pensarmos em uma educação realmente inclusiva, precisamos partir do pressuposto de que a inclusão decorre da ação do professor, da escola e de todos os envolvidos em buscar o aperfeiçoamento da educação. Além disso, depende de uma disponibilidade interna que não é comum a todos os professores.

O trabalho docente, no contexto da educação especial, se ampara na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 2/2001, a qual prevê a atuação colaborativa com o professor da sala de aula regular e com os serviços de apoio especializado nas salas de recursos. Nelas, o professor poderia realizar “a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos” (BRASIL, 2001a, p. 39).

A inclusão da pessoa com deficiência em uma escola regular depende das formações inicial e continuada e dos cursos de capacitação de professores, pois o papel do professor, no contexto da escola inclusiva, é essencial para que possa-

mos oportunizar o desenvolvimento de conhecimentos e a experimentação de práticas inovadoras durante as aulas.



EU INDICO

O Parecer CNE/CEB nº 17/2001 originou o documento “Recomendações aos Sistemas de Ensino”. Nele, era apresentada a configuração da necessidade e da urgência de elaboração de normas, pelos sistemas de ensino e educação, ao atendimento da significativa população que apresenta necessidades educacionais específicas. Ele também deixa evidente as relações necessárias ao professor que irá atuar na escola inclusiva. Você pode conferir o documento completo aqui. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

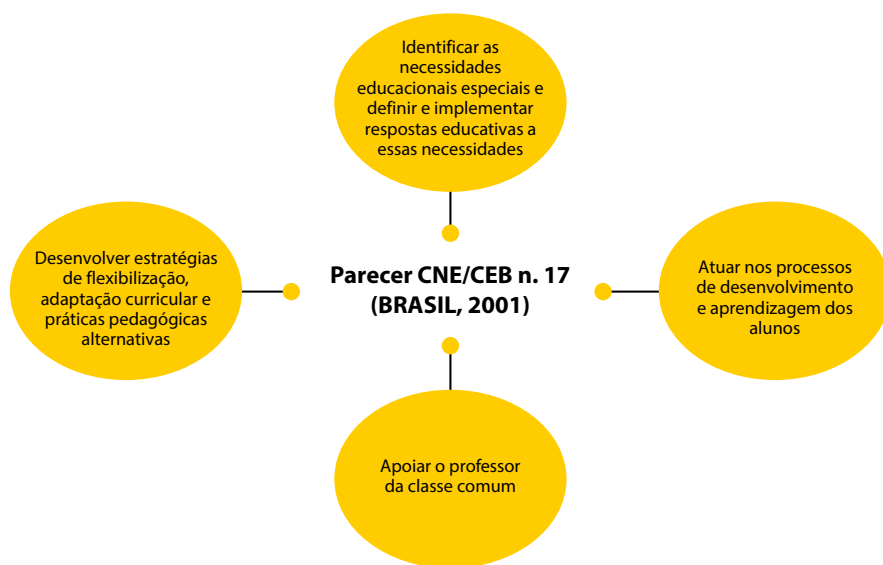


Figura 1 - Parecer CNE/CEB nº 17/2001 na prática

Fonte: adaptada de Brasil (2001c).

Descrição da Imagem: trata-se de uma figura do Parecer CNE/CEB nº 17, de 2001, e as respectivas diretrizes. Ao centro, os dizeres: “Parecer CNE/CEB nº 17/2001”. No entorno, conectados ao centro por uma linha, há quatro círculos em sentido horário, em que, no superior, consta os dizeres: “Identificar as necessidades educacionais especiais e definir e implementar respostas educativas a essas necessidades”; à direita: “Atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos”; abaixo: “Apoiar o professor da classe comum”; e à esquerda: “Desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas”.

**EU INDICO**

A leitura do artigo, a seguir, auxiliará nas reflexões acerca das ações de efetivação da inclusão no contexto escolar, uma vez que são apresentados dados sintetizados de como a realidade da inclusão no contexto escolar das escolas regulares tem efetivamente acontecido na educação básica. Ele indica que, em diferentes faixas etárias, há discrepâncias no acesso e na taxa de escolarização, alfabetização e analfabetismo entre a população com e sem deficiência. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não se limita aos alunos com deficiência e àqueles que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para Mantoan (1997), problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas da legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular.

Percebemos que toda escola inclusiva se centra em um processo de inclusão significativo no ambiente escolar. A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não se limita aos alunos com deficiência e àqueles que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 1997).

Diniz (2007) destaca a importância de adotar uma abordagem social da deficiência, em contraste com o modelo médico ou individualizado. A deficiência não deve ser vista como uma característica intrínseca da pessoa, mas como uma construção social que resulta de barreiras e preconceitos existentes na sociedade. A inclusão efetiva das pessoas com deficiência requer a superação dessas barreiras, promovendo a acessibilidade, a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

Adotar uma abordagem social da deficiência implica reconhecer que as barreiras presentes na sociedade também se manifestam no ambiente escolar. Essas barreiras podem ser físicas, como a falta de acessibilidade nos espaços e nas ins-

talações escolares, ou atitudinais, como a falta de conscientização e de valorização da diversidade por parte dos membros da comunidade escolar.

As políticas brasileiras com foco na educação objetivam oportunizar, de forma igualitária, uma educação de qualidade às pessoas com e sem deficiência, tecendo a necessidade de propiciar ações de equidade, qualidade e igualdade de direitos. Esse cenário reitera a consideração da diversidade, que busca viabilizar respostas didático-pedagógicas às necessidades temporais ou permanentes dos estudantes, que podem ocorrer tanto nas dimensões escolares quanto nos demais contextos sociais. Na escola, ao considerarmos as diversidades cultural e social, é possível desenvolver a formação humana de todos os envolvidos.

Você, enquanto professor da educação básica, precisa saber que, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), no Art. 28, inciso III, todo projeto pedagógico deve institucionalizar:



[...] o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

Na perspectiva da educação inclusiva, faz-se necessário romper com normas já estabelecidas, a fim de criar espaços mais inclusivos e acolhedores para todos os estudantes. Ao considerar a realidade uma construção social, compreende-se que as concepções tradicionais de razão e bom-senso podem ser limitadoras e excludentes para certos grupos de alunos.

[...] o maior desafio é sermos capazes de não ficar aprisionados nesse recinto que uns chamam de “razão”, outros de “bom-senso”. A realidade é uma construção social e é, frequentemente, demasiado real para ser verdadeira. Nós não temos sempre que levar tão a sério (COUTO, 2009, p. 53).

Os profissionais da educação inclusiva devem estar abertos a questionar essas concepções e buscar alternativas que valorizem a diversidade, a subjetividade e as múltiplas formas de conhecimento. A prática dos profissionais, nesse contex-

to, envolve a criação de ambientes inclusivos, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas e o reconhecimento da importância da escuta e do diálogo, para atender às necessidades e às potencialidades de cada aluno.

Para Mia Couto (2009, p. 54), “de pouco vale escrever ou ler se não nos deixarmos dissolver por outras identidades e não recordarmos em outros corpos, outras vozes”. Em outras palavras, não basta apresentarmos um discurso favorável à inclusão social e escolar da pessoa com deficiência quando continuamos, na prática cotidiana, invisibilizando o outro a partir da deficiência dele.



EU INDICO

O vídeo *Capacitismo: o sistema de ensino e a educação de pessoas com deficiência* aborda a deficiência, o capacitismo e a educação da pessoa com deficiência. Trata-se de uma ação do Governo Federal, após o lançamento da Política Nacional de Educação Especial. Neste vídeo, você encontrará o depoimento de famílias e profissionais, que explicam o capacitismo e as implicações dessa percepção junto à pessoa com deficiência, elucidando a necessidade de superação desse olhar. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

É preciso evidenciar e reconhecer que, mesmo após a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, ainda se faz necessário um posicionamento favorável à inclusão, em defesa dos direitos da pessoa com deficiência nos espaços escolares, de trabalho, enfim, da sociedade. Cada conquista é fruto dos movimentos sociais e das organizações das pessoas com deficiência, buscando colocar todas as pessoas em igualdade de condições.

Parceria entre Professor da Sala Regular e Professor Especialista

Com o intuito de encontrar entendimentos conceituais acerca da educação especial, recorreremos ao Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, no qual encontramos a expressão “Atendimento Educacional Especializado”, que se refere a um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos orga-



nizados institucionalmente”, prestado “de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008).

Nesse movimento, o **Governo Federal** implementou a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”, instituída por meio do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que contém 18 artigos, os quais estabelecem (BRASIL, 2020):

A Política Nacional de Educação Especial (Arts. 3º e 4º).

As instruções para a realização (Art. 6º) e as definições (Art. 2º).

Os serviços e os recursos da educação especial (Art. 7º).

Os profissionais envolvidos (Art. 8º).

O público da política (Art. 5º).

Os mecanismos de avaliação e monitoramento (Arts. 10 e 11).

As ações responsáveis pela implementação da Política Nacional de Educação Especial (Art. 9º).

A estrutura administrativa envolvida na consolidação da política pública em questão (Arts. 12 a 18).

Cada artigo apresenta as indicações das ações que devem ser realizadas pelas instituições para que haja a efetividade da inclusão da pessoa com deficiência dentro e fora da escola. Há, ainda, que evidenciar que o Decreto nº 10.502/2020 exibe a instalação e a implementação da “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.

**Equitativa, Inclusiva
e com Aprendizado
ao Longo da Vida**

Justificativa: O Decreto nº 10.502/2020 teve sua vigência suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.590, permanecendo válida por aproximadamente 60 dias. Posteriormente, em 2023, o Decreto nº 11.370 revogou oficialmente o Decreto nº 10.502/2020, restabelecendo como referência legal a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008.



INDICAÇÃO DE FILME

Extraordinário.

Sinopse: Auggie Pullman (Jacob Tremblay) é um garoto que nasceu com uma deformação facial, o que fez com que passasse por 27 cirurgias plásticas. Aos 10 anos de idade, pela primeira vez, ele irá frequentar uma escola regular, como qualquer outra criança. Lá, ele precisará lidar com a sensação constante de ser sempre observado e avaliado por todos a sua volta.

Comentário: o filme *Extraordinário* nos auxilia na reflexão sobre a importância da inclusão em diversos âmbitos da sociedade, mas, em especial, na educação, a partir da necessidade de observar o outro a partir das potencialidades, e não pela deficiência ou pela característica física dele.



CAPACITISMO: PRECONCEITOS INVISÍVEIS E CONSEQUÊNCIAS VISÍVEIS

A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado (SAVIANI, 1991), mas sempre levando em conta, a partir do saber elaborado, as situações e as condições de formação de um cidadão que considere as diferenças e respeite as limitações e as potencialidades do outro.

Uma ação necessária a um futuro professor, o paradigma visibilidade *versus* invisibilidade, ainda se apresenta como um aprisionamento conceitual que pode negligenciar os direitos da pessoa. Essa pessoa é, muitas vezes, observada e avaliada a partir do prisma do capacitismo, que considera apenas a pessoa com deficiência, abrangendo somente a condição corporal dela, e definindo-a como menos capaz.



Com frequência, possuir algum estigma é uma característica considerada negativa pelos outros indivíduos, pois denuncia a inadequação às normas e às exigências sociais de determinado ambiente. Por isso, a pessoa estigmatizada é considerada inferior, podendo sofrer ataques físicos ou verbais, motivados por sua característica divergente (MENDES; DENARI; COSTA, 2022, p. 4).

**a essência da
pessoa com ou sem
deficiência deve ser
a identidade dela**

Skliar (2003, p. 39) aponta a problemática sobre “chamar ao outro para uma relação escolar sem considerar as relações do outro com outros”. Nesse sentido, é importante compreender que a essência da pessoa com ou sem deficiência deve ser a identidade dela.

Segundo Araújo (2013), quando nos referimos à educação inclusiva, buscando romper com as questões explícitas do olhar para a pessoa com deficiência a partir do prisma do capacitismo, precisamos adotar o **modelo biopsicossocial**, em que consideramos a pessoa com deficiência a partir da articulação dos fatores sociais, biológicos e psicológicos, reconhecendo a complexidade da deficiência. Isso permite que ela seja percebida como resultado da interação de mecanismos interpessoais e ambientais. Nesse contexto, a busca pela viabilização dos direitos da pessoa com deficiência rompe os olhares acerca da deficiência vinculados exclusivamente pelo olhar do “capacitismo”.

Quando revisitamos a história, constatamos que os discursos religiosos, médicos, científicos, assistencialistas, integracionistas, inclusivos, de exclusão e segregação ainda estão presentes nas falas daqueles que desconhecem a realidade do cotidiano da pessoa com deficiência. O capacitismo na sociedade é um problema estrutural, sustentado pelo discurso ontológico da normalidade, que pode ser traduzido pela busca por uma sociedade hegemônica, sem diferenças e diversidades, ou seja, inexistente.

No capacitismo, são desconsideradas as condições de vida, as oportunidades e as condições econômica e ambiental da pessoa com deficiência. É determinado como o esperado de uma determinada tarefa. Isso significa que a visão do capacitismo limita o “pensar” a pessoa para além do que ela pode realizar, somente se a pessoa é ou não capaz de executar com performance ou de acordo.



O capacitismo está focalizado nas supostas “capacidades das pessoas sem deficiência” como referência para mostrar as supostas “limitações das pessoas com deficiência”. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas “pessoas capazes”, as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas “normais” (SASSAKI, 2014, p. 10).

Isso significa que nem sempre o capacitismo acontece de forma explícita. Pelo contrário, na maioria das vezes, ele reverbera apenas a naturalização de uma atitude e de um comportamento, perante a pessoa com deficiência, que está incutido nas atitudes adotadas como “normalizadas” no senso comum.

Tendo em vista que o capacitismo se caracteriza por atitudes que podem ser intencionais ou não e que, muitas vezes, estão internalizadas na sociedade, nós, professores, precisamos romper o **preconceito** estabelecido sobre a pessoa com deficiência ou qualquer outra diferença apresentada. É preciso ter, como pauta recorrente das aulas, a visibilidade acerca dos problemas enfrentados, seja em relação às políticas de acessibilidade, seja ao trato social e aos direitos como cidadão, que todos devemos ter.

O **Estatuto da Pessoa com Deficiência** reafirma os direitos de igualdade nos diversos lugares e convívios da sociedade. No Art. 3º, Parágrafo 4º, é afirmado que devemos garantir que não haja nenhum tipo de barreira à pessoa com deficiência, entendendo que essas barreiras podem ser:



[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

Portanto, é fundamental que os educadores assumam um papel ativo na desconstrução do capacitismo, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa, que valorize as potencialidades e as individualidades de cada aluno. Ao trabalharmos para eliminar as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, podemos contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou diferenças, possam exercer plenamente seus direitos e participar ativamente na construção de um mundo mais igualitário e acolhedor.

Diante da importância da educação inclusiva e do trabalho pedagógico centrado na diversidade e no respeito às limitações do outro, é fundamental compreender que a inclusão só se concretiza por meio de uma parceria entre a família, a escola e a comunidade. A ação do professor no ambiente escolar desempenha um papel fundamental nesse processo de transformação, garantindo que a inclusão seja mais do que uma proposta legal. Ao reconhecermos e superarmos os preconceitos e as barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência e outras diferenças, caminhamos em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

NOVOS DESAFIOS

Estamos buscando promover um lugar de pertencimento chamado “escola”, que possibilite a formação humana do outro, isto é, dos nossos estudantes, a partir de uma nova reconfiguração da história da própria sociedade, em que nós, professores, ocupamos um lugar essencial.

Trata-se de um lugar de pertencimento, que nos possibilita colaborar com o rompimento das barreiras e dos estigmas que inibem a pessoa com deficiência de uma vida digna na sociedade da qual faz parte. Incluir a pessoa com deficiência significa, para o nosso processo de formação profissional, sustentar-nos em uma identidade pessoal concebida a partir de conceitos, pensamentos e ideias

que resultam da luta e do movimento por uma sociedade justa e que promova a igualdade de direito a todos os nossos estudantes.

Faz-se necessário combater o estigma e a discriminação por meio da inclusão, construindo uma sociedade mais acolhedora, justa e que respeite a diversidade. A inclusão não apenas beneficia a pessoa com deficiência, mas também enriquece a formação profissional e a identidade pessoal de todos os envolvidos, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todos os estudantes.



Como professores, sabemos que a realidade da sala de aula da educação básica vai além daquilo que está prescrito no currículo e no planejamento, dado que contribuímos com a formação humana dos estudantes. Por isso, precisamos ser cuidadosos com as nossas falas, atitudes e comportamentos. Por vezes, acontece em razão dos conceitos advindos do senso comum sobre como olhamos e pensamos a pessoa com deficiência.

As ações docentes são, portanto, momentos para tirarmos a invisibilidade daquilo que, muitas vezes, a sociedade negligencia. Devemos trazer à tona as discussões e as reflexões sobre as necessidades sociais, econômicas e políticas dos estudantes e da comunidade em que eles estão inseridos.

Ao evidenciar a diversidade e a diferença no projeto político pedagógico da escola, temos alicerce legal para oportunizar a inclusão da diferença e da diversidade por meio de recursos didáticos, enaltecendo o que a própria palavra deficiência representa.

Como observamos em diversos estudos, o capacitismo, mesmo sendo um termo empregado de forma relativamente recente na sociedade, resulta de um processo histórico em que há a supervalorização da pessoa mediante o “rendimento” dela, isto é, daquilo que ela é capaz de produzir. Trata-se de uma busca pela normalização de um padrão de corpo e trabalho que possa gerar, de forma eficiente e eficaz, resultados chamados de “satisfatórios”. O contrário é tratado com indiferença, indignação.

A atuação do professor na sala de aula é construída por narrativas históricas e pessoais, mas que devem, prioritariamente, estar centradas não apenas em “quem somos”, mas no que “desejamos ser”. E você, quem deseja ser?

VAMOS PRATICAR

1. A formação do professor, no contexto inclusivo, desempenha um papel fundamental na garantia de uma educação de qualidade para estudantes com deficiência. A preparação adequada dos professores para lidar com a diversidade de necessidades e características dos alunos é essencial para promover a inclusão efetiva e proporcionar um ambiente educacional acolhedor e acessível.

Um dos principais benefícios da formação do professor no contexto inclusivo é a capacidade de criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e adaptado às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Os professores capacitados possuem conhecimentos pedagógicos e estratégias diferenciadas que os ajudam a planejar e implementar práticas educacionais inclusivas, atendendo às necessidades específicas dos alunos.

Além disso, a formação do professor no contexto inclusivo contribui para a promoção da igualdade de oportunidades e para o combate à discriminação. Os professores capacitados estão mais aptos a reconhecer as barreiras que podem existir no ambiente escolar e a adotar medidas para superá-las, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo aos recursos e às oportunidades educacionais.

Outro benefício importante da formação do professor no contexto inclusivo é o fortalecimento da autoestima e da confiança dos estudantes com deficiência. Quando os professores estão preparados para trabalhar de forma inclusiva, eles são capazes de reconhecer e valorizar as habilidades e os potenciais individuais dos alunos, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Por fim, a formação do professor no contexto inclusivo também contribui para o desenvolvimento profissional e pessoal do próprio educador. Aprender a lidar com a diversidade e a trabalhar de forma inclusiva amplia o repertório de práticas pedagógicas e proporciona um enriquecimento pessoal, além de promover a reflexão sobre a importância da inclusão e o papel do professor na construção de uma sociedade mais igualitária (UNESCO, 2017).

Fonte: UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Diretrizes para a formação inicial de professores para a educação inclusiva.** UNESCO, 2017.

Quais são os benefícios da formação do professor no contexto inclusivo para os estudantes com deficiência? Disserte brevemente.

VAMOS PRATICAR

2. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco na legislação brasileira e estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência. A lei tem, como princípios fundamentais, a igualdade de oportunidades, a não discriminação e o respeito à dignidade humana. Ela determina que os estabelecimentos de ensino devem assegurar a matrícula de alunos com deficiência, garantindo a inclusão educacional. Além disso, a lei abrange a acessibilidade em diversos aspectos, incluindo a acessibilidade nas comunicações e nas tecnologias assistivas. A Lei Brasileira de Inclusão também prevê medidas para a inclusão no mercado de trabalho, mas não estabelece cotas obrigatórias para a contratação de pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Fonte: BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 1 ago. 2023.

Considerando as garantias de direitos conquistadas pelas pessoas com deficiência apresentadas na Lei Brasileira de Inclusão, reflita e discorra sobre a história da luta das pessoas com deficiência por direitos e as barreiras a serem superadas.

3. A _____, adotada em 1999, estabeleceu diretrizes e princípios para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência. Já a _____, aprovada em 2000, reafirmou o compromisso dos países em promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Ambos os documentos contribuíram para orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas que visam à inclusão de alunos com deficiência e foram deliberações fundamentais para definir a prática do professor no contexto inclusivo.

De acordo com as lacunas do texto, quais foram as deliberações essenciais para definir a prática do professor no contexto inclusivo?

- a) Declaração Universal dos Direitos Humanos; Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- b) Convenção de Guatemala; Carta do Terceiro Milênio.
- c) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Declaração de Salamanca.
- d) Plano Nacional de Educação; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- e) Estatuto da Criança e do Adolescente; Programa Educação para Todos.

VAMOS PRATICAR

4. No contexto jurídico, lei e decreto são termos frequentemente utilizados, mas que possuem significados distintos e desempenham funções diferentes no sistema legal. Entender a diferença entre lei e decreto é essencial para uma compreensão mais ampla do ordenamento jurídico.

Uma lei é uma norma jurídica geral e abstrata, emanada pelo Poder Legislativo, que possui a função de estabelecer direitos, deveres, regras e princípios que devem ser seguidos por toda a sociedade. As leis são criadas por meio de um processo legislativo, passando por debates e votações no Congresso Nacional (no caso do Brasil), e são promulgadas pelo Poder Executivo. Elas têm um alcance mais amplo, aplicando-se a todos os cidadãos e instituições.

Por outro lado, um decreto é uma norma jurídica de caráter executivo, emanada pelo Poder Executivo, que possui a função de regulamentar uma lei já existente, detalhando e especificando as regras e procedimentos para a sua execução. Os decretos são elaborados pelo presidente da República ou pelos governadores (no caso de decretos estaduais) e têm um alcance mais restrito, aplicando-se apenas aos órgãos e às entidades da administração pública ou a determinados setores da sociedade.

Em resumo, a diferença fundamental entre lei e decreto reside no fato de que a lei é uma norma geral e abstrata, estabelecida pelo Poder Legislativo, enquanto o decreto é uma norma executiva, emitida pelo Poder Executivo, que regulamenta uma lei já existente.

Escolha a opção correta de acordo com o texto:

- a) A lei é uma norma jurídica estabelecida pelo Poder Legislativo e define: direitos, deveres, regras e princípios para toda a sociedade.
- b) O decreto é uma norma jurídica de caráter legislativo, que tem a função de regulamentar uma lei já existente, mas com pouca relevância.
- c) A lei possui um alcance amplo, aplicando-se a poucos cidadãos.
- d) O decreto tem um alcance amplo, aplicando-se apenas aos órgãos e às entidades da administração pública ou a determinados setores da sociedade.
- e) A lei é uma norma estabelecida pelo Poder Executivo e o decreto é estabelecido pelo poder Legislativo.

5. Com relação à formação de professores, “[...] vem ocorrendo todo um debate centrado na formulação de propostas para sua resolução. Uma parte da discussão tem se voltado para a questão da formação de professores. Trataremos aqui da proposta defendida por Bueno (1999a; 2001), segundo a qual o modelo inclusivo requereria a formação de dois tipos de professores” (PLETSCH, 2009, p. 151).

Fonte: PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLQGRR76Hc9dHqQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Quais são os dois tipos de professores que Bueno se refere?

- I - Professores inovadores.
- II - Professores práticos.
- III - Professores generalistas.
- IV - Professores especialistas.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 2, 1995.

ARAÚJO, E. S. CIF: uma discussão sobre linearidade no modelo biopsicossocial. **Revista Fisioterapia & Saúde Funcional**, v. 2, n. 1, p. 6-13, 2013.

BOBBIO, N. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília-DF: Presidência da República, 2001b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília-DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília-DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 17/2001**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2001c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília-DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro--2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REFERÊNCIAS

COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1963105/mod_resource/content/1/E%20Se%20Obama%20Fosse%20Africano_%20-%20Mia%20Couto.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

COUTO, M. **Venenos de Deus, remédios do Diabo**: as incuráveis vidas de Vila Cacimba. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Comunicações – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10, n. 1, jun. 2003.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MANTOAN, M. I. E. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? /n: MANTOAN, M. I. E. (org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; Senac, 1997. p. 119-127.

MANTOAN, M. T. E. Todas as crianças são bem-vindas à escola. **Revista Profissão Docente**, v. 1, n. 2, 2001.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E.; COSTA, M. P. R. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 16, e4825027, p. 1-20, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4825/1295>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação**, n. 21, 2006.

SASSAKI, R. K. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, ano XVII, n. 96, p. 10-12, jan./fev. 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Arthur está na escola: uma história de sucesso na inclusão escolar. **UNICEF Brasil**, 31 ago. 2016. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/arthur-esta-na-escola-uma-historia-de-sucesso-na-inclusao-escolar>. Acesso em: 25 nov. 2022.

1. A formação do professor no contexto inclusivo traz uma série de benefícios para os estudantes com deficiência. Ela permite a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, adaptado às necessidades individuais dos alunos. Além disso, a formação contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o fortalecimento da autoestima dos estudantes e o desenvolvimento profissional do educador.
2. A história da luta das pessoas com deficiência por direitos é marcada por desafios e a necessidade de superar diversas barreiras. Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas da sociedade, privadas de oportunidades educacionais, de acesso a serviços básicos e de participação plena na vida social e econômica.

Ao longo do tempo, movimentos sociais e organizações de pessoas com deficiência emergiram em várias partes do mundo, buscando a igualdade de direitos e a inclusão, sendo fundamentais para conscientizar a sociedade sobre a importância de superar estigmas e preconceitos, e para reivindicar políticas públicas que garantissem a plena participação das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida.

No Brasil, a luta pela inclusão das pessoas com deficiência também foi uma batalha árdua. Durante muito tempo, predominaram visões assistencialistas e segregadoras, que perpetuavam a exclusão dessas pessoas. No entanto, com a mobilização e a conscientização da sociedade, foram conquistados importantes avanços legislativos, culminando com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, em 2015.

Apesar dessas conquistas, ainda existem diversas barreiras a serem superadas. As barreiras físicas, arquitetônicas e de comunicação são obstáculos diários enfrentados pelas pessoas com deficiência. Além disso, persistem estigmas e preconceitos que dificultam sua plena inclusão na sociedade. A falta de acessibilidade nos espaços públicos, transporte, comunicação e tecnologia também limita sua participação efetiva em diferentes áreas da vida.

É fundamental que se continue avançando na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, promovendo a conscientização, a garantia de acessibilidade e a implementação de políticas inclusivas em todas as esferas da sociedade. A inclusão plena das pessoas com deficiência requer o rompimento de barreiras físicas e sociais, bem como a promoção de uma cultura de respeito, valorização e igualdade de oportunidades para todos. Somente assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa.

3. Opção B. A Convenção de Guatemala e a Carta do Terceiro Milênio foram, de fato, liberações essenciais para definir a prática do professor no contexto inclusivo. Esses documentos estabelecem diretrizes e princípios para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência, orientando políticas educacionais e práticas pedagógicas inclusivas.

GABARITO

4. Opção A. Enquanto a lei é uma norma geral e abstrata, estabelecida pelo Poder Legislativo, o decreto é uma norma executiva, emitida pelo Poder Executivo, para regulamentar uma lei já existente.

5. Opção C. De acordo com o autor citado, os dois tipos de professores são: os chamados generalistas, que seriam responsáveis pelas classes regulares e capacitados com um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversidade do alunado; e os professores especialistas, capacitados em diferentes necessidades educacionais especiais e responsáveis para oferecer o necessário suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular, visando à inclusão, ou para atuar diretamente com alunos em classes especiais, salas de recurso.



unidalle



TEMA DE APRENDIZAGEM 4

AVANÇOS E DESAFIOS: POLÍTICAS INCLUSIVAS INTERNACIONAIS E A ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

MINHAS METAS

- Refletir sobre os desafios e as dificuldades enfrentados na busca pela efetivação da inclusão da pessoa com deficiência em todos os espaços da sociedade.
- Compreender os movimentos políticos, econômicos e sociais que influenciam as reformas e os avanços na área da Educação Especial ao longo da história.
- Analisar a relação entre as políticas inclusivas e os organismos internacionais.
- Reconhecer a importância da formação de profissionais qualificados para o trabalho com a inclusão e a necessidade de investimentos nessa área.
- Refletir sobre questões que permeiam o acesso e a permanência de alunos com deficiência na escola regular.

INICIE SUA JORNADA

A diversidade das realidades enfrentadas pela pessoa com deficiência também abrange as questões que envolvem a acessibilidade e o direito à inclusão, à saúde, ao trabalho e ao lazer. Conhecer o movimento de inclusão e a luta pela igualdade de direitos das pessoas com deficiência, pois nosso objetivo não é torná-las iguais às das pessoas com deficiência, tem mobilizado as pessoas ao redor do mundo, que buscam combater a exclusão e a segregação da pessoa com deficiência.

A escola tem se efetivado como um lugar das relações e interações sociais, um espaço de pertencimento. Para garantir o direito de igualdade a todas as pessoas em sala de aula, devemos, como professores, conhecer as leis e compreender as necessidades das pessoas com e sem deficiência, priorizando as potencialidades humanas delas e rompendo paradigmas. Por isso, o professor ocupa um lugar central, visto que é o agente mediador, de ressignificação do ser, da transformação.

Dados oficiais têm apresentado avanços significativos, frutos de lutas e movimentos sociais que têm envolvido as famílias, a comunidade e a escola em prol dos direitos da pessoa com deficiência e da diferença e da diversidade que temos no universo da escola. Isso indica que a institucionalização oficial da educação especial tem ocorrido de forma gradativa no campo das políticas públicas, com foco na educação da pessoa com deficiência. A inclusão é um resultado de inúmeros movimentos nos campos social e político.

O debate sobre as políticas sociais que tratam da diversidade, da diferença e, em nosso caso, da inclusão da pessoa com deficiência na e fora da escola oscila entre as concepções de integração e inclusão nos meios social, cultural e econômico. Por consequência, envolve a ação direta de implementação e acompanhamento das políticas direcionadas a esse campo.

O direito ao acesso, à permanência e ao sucesso da pessoa com deficiência no ensino regular tem sido uma luta para que a inclusão se efetive em todos os espaços da sociedade sem que haja discriminação, segregação ou negligência dos direitos dela como cidadã. O intuito é desmitificar ou dirimir os estigmas do capacitismo e o olhar assistencialista. O estudo e a reflexão contínuos sobre o tema tornará possível a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e inclusiva.

VAMOS RECORDAR?

Vamos relembrar, por meio da jornada encantadora de Borbolinda: uma história de inclusão, inspirada em uma discente do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e contada de maneira lúdica, mas muito enriquecedora. Venha voar para explorar as possibilidades e os desafios da educação inclusiva com Borbolinda!

Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

A INCLUSÃO DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ser um profissional da educação requer, segundo Freire (1996), um propósito. Para tanto, é necessário pensar a própria formação.



A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo, por isso, é dialógico, e não polêmico (FREIRE, 1996, p. 42).

Um professor dialógico, que entende e se preocupa com as necessidades do outro, sendo inclusivo e entendendo a realidade dos estudantes, a partir da diversidade e da pluralidade de vivências na e fora do universo escolar, é o que as escolas da atualidade necessitam. Para que qualquer ação inclusiva na escola ocorra, é preciso realizar uma reestruturação das políticas educacionais.

Além disso, é necessária uma transformação no sistema educacional de ensino, rompendo os estereótipos e os paradigmas de estudantes que seguem um padrão de normalidade de aprendizado, ou seja, a luta pela efetivação do preceito “educação para todos”.

As políticas públicas se referem ao campo. O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa atitude e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (HÖFLING, 2001).

Para entender as especificidades das políticas, Lowi (1964) sustenta que é preciso compreender a seguinte organização estrutural:

POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS
as decisões são tomadas pelo governo. Desconsideram a questão dos recursos limitados. Assim, são gerados impactos mais individuais que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo.
POLÍTICAS REGULATÓRIAS
são mais visíveis ao público e envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse.
POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS
atingem um maior número de pessoas e impõem perdas concretas e em curto prazo para certos grupos sociais.
POLÍTICAS CONSTITUTIVAS
lidam com procedimentos

As políticas educacionais com foco na educação especial se encontram justapostas ao contexto e aos interesses nacionais e internacionais, já que observamos que, desde os anos 1990, especificamente, as relações estabelecidas no debate político, acerca das pessoas com deficiência, se consolidam na busca pela legitimação das necessidades e das reivindicações das pessoas em relação aos direitos delas enquanto cidadãs.

**busca pela
legitimação das
necessidades e das
reivindicações**

Historicamente, os movimentos da sociedade e das organizações internacionais evidenciaram uma grande possibilidade de mudança no paradigma de educação inclusiva na escola.

1990 – DECLARAÇÃO DE EDUCAÇÃO MUNDIAL PARA TODOS

Documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Afirma que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requerem atenção especial. Aponta a necessidade de medidas que garantam a igualdade de acesso à educação às pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educativo.

1994 – DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

Documento da Organização das Nações Unidas (ONU) resultante da Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, na Espanha. Apresenta princípios, políticas e práticas das necessidades educativas. Além disso, dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em educação especial.

1999 – CONVENÇÃO DA GUATEMALA

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. No Brasil, resultou no Decreto nº 3.956/2001.

2006 – CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Documento da ONU. Afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino.

2015 – DECLARAÇÃO DE INCHEON

Estabelece agenda conjunta por uma educação de qualidade e inclusiva.

2015 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresenta, entre outros, o objetivo de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Além disso, assevera que é necessário promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida a todos.

1961 – LEI N° 4.024/1961

Primeira vez que se tem uma política visando a fundamentar o atendimento educacional às pessoas com deficiência. Adotava-se o termo “excepcionais”.

1971 – LEI N° 5.692/1971

Determinava que os alunos com deficiências físicas ou mentais, com um atraso considerável, quanto à idade regular de matrícula, e os superdotados deveriam receber tratamento especial. Não promovia a inclusão na rede regular. Implementação de escola especial.

1988 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

No Art. 208, afirma que é dever do Estado garantir um atendimento educacional especializado àqueles que têm deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

1989 – LEI N° 7.853/1989

Determina a integração social das pessoas com deficiência.

1990 – LEI N° 8.069/1990

Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Determina o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

1994 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Propõe a “integração instrucional”.

1996 – LEI Nº 9.394/1996

Determina que o atendimento educacional deve ocorrer em classes, escolas ou serviços especializados.

2001 – LEI Nº 10.172/2001

Plano Nacional de Educação (PNE). Considera a educação especial uma modalidade da educação escolar. Garante vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência.

2001 – DECRETO Nº 3.956/2001

Define o termo “discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência”, que abrange toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência.

2001 – RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2001

Determina, aos sistemas de ensino, matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizar para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais específicas.

2002 – RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2002

A formação deve incluir os conhecimentos relativos às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos, incluídas as especificidades dos discentes com necessidades educacionais específicas.

2002 – LEI Nº 10.436/2002

Reconhece, como meio legal de comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

2006 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Apresenta, como uma das metas, a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

2007 – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)

Trata da questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

2007 – DECRETO N° 6.094/2007

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

2008 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil, para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2008c).

2008 – DECRETO N° 6.571/2008

Define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica como o conjunto de atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente. Esse conjunto é prestado de maneira complementar ou suplementar à formação dos discentes no ensino regular.

2009 – RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 4/2009

Estabelece que o AEE, na Educação Básica, precisa ser realizado no contraturno e preferencialmente nas chamadas “salas de recursos multifuncionais” das escolas regulares.

2011 – DECRETO Nº 7.611/2011

Determina que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis.

2012 – LEI Nº 12.764/2012

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Evidencia, na forma de meta, a universalização à população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de um sistema educacional inclusivo, o que abrange salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146/2015

Constituindo a educação como direito de toda pessoa com deficiência, em todos os níveis de aprendizado, visando a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades, segundo suas características, seus interesses e suas necessidades de aprendizagem.

2019 – DECRETO Nº 9.465/2019

Há a criação da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

2023 – DECRETO Nº 11.370/2023

Institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.

Ao analisar documentos internacionais e nacionais, você deve ter observado que decisões internacionais influenciaram a organização e a estruturação das políticas educacionais da educação brasileira, como uma ação conjunta na tentativa de amenizar as desigualdades. A diminuição do espaço temporal dos avanços na educação brasileira também pode ser notada à medida que deliberações internacionais são implementadas.

A Declaração de Salamanca, a partir dos próprios preceitos, influenciou, de forma significativa, o ordenamento de ações e encaminhamentos educativos para que a concepção de educação inclusiva passasse a ser adotada. Isso porque, segundo Bueno *et al.* (2006), a Declaração de Salamanca trouxe a afirmativa de que a educação inclusiva significava a ideia de “educação para todos”.

De acordo com a Declaração de Salamanca, a inclusão se assenta em quatro eixos fundamentais (UNESCO, 1994):

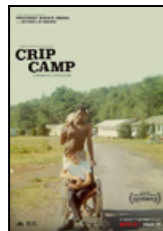
- É um direito fundamental.
- Obriga a repensar a diferença.
- Implica repensar a escola e o sistema educativo.
- Pode constituir um veículo de transformação da sociedade.



 INDICAÇÃO DE FILME
Crip Camp.

Sinopse: Crip Camp é um documentário cativante, que mergulha na história inspiradora do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência nos Estados Unidos. O filme começa nos anos 1970, quando um grupo de jovens com deficiência se reúne em um acampamento de verão chamado Camp Jened. Nesse ambiente inclusivo e acolhedor, os campistas encontram um senso de comunidade e liberdade que lhes permite abraçar sua identidade e lutar por uma sociedade mais justa. O documentário segue a trajetória desses jovens ao longo dos anos e traz reflexões sobre o trabalho que ainda precisa ser feito para garantir a inclusão total e a igualdade de oportunidades.

Comentário: o filme não apenas nos envolve com as histórias pessoais dos ativistas, mas também nos faz refletir sobre as barreiras que ainda existem em nossa sociedade. Ele nos mostra como a mudança real e duradoura pode ser alcançada quando pessoas marginalizadas se unem e lutam por seus direitos.



A política educacional brasileira se aproxima das prerrogativas internacionais, ao assumir a educação inclusiva como um conceito e um princípio, os quais devem ser disseminados em âmbito internacional. No âmbito das políticas de educação inclusiva, a principal necessidade se refere àquela de transformar o sistema educacional em sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2005).

Ao longo da história, a exclusão da pessoa com deficiência é um tema que se destaca e se faz presente diante das influências das demandas internacionais, pois se relaciona com a forma com que a sociedade convive com a diversidade e a diferença. Ao tratar da questão específica da exclusão da pessoa com deficiência, observa-se, no documento “Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência”, que é adotado o “modelo social” no lugar do “modelo médico” para definir e conceituar a pessoa com deficiência (UNESCO, 1995). Esse movimento incide na busca pela igualdade de oportunidades a todas as pessoas.

Sabemos que as políticas educacionais regulamentam e gerenciam a educação especial, buscando articular os processos de ensino-aprendizagem, considerando as relações estabelecidas na escola como uma possibilidade de desenvolvimento e de formação humana. Afinal, a escola tem uma função social atrelada à organização, à cultura e à gestão escolar.



INDICAÇÃO DE LIVRO

Educação inclusiva no Brasil: História, Gestão e Políticas.

Editora: Paco Editorial

Autor: Ivan Vale de Souza

Sinopse: além de promover uma reflexão acerca de como as políticas inclusivas acontecem na realidade brasileira, trazendo apontamentos do cotidiano escolar, busca sensibilizar o leitor sobre a necessidade de modificações e a importância da valorização da pessoa com deficiência no ambiente escolar. O livro apresenta uma leitura clara sobre a aplicabilidade das políticas educacionais e as implicações delas no trabalho escolar.

Comentário: neceperspis sam, nonesti onsequam, eosam-us,pa quatem incturi



De acordo com Hall (1998), as identidades se modelam em consonância com as representações sociais. Como somos seres plurais e vivemos coletivamente, isto é, em sociedade, a nossa identidade, que é a imagem que temos de nós mesmos e aquela que os outros têm a nosso respeito, vai se alterando, transformando-se à medida que acontecem interações com o sistema social, o grupo de pertencimento ou a comunidade.

A identidade da pessoa com deficiência também está atrelada à imagem que a sociedade tem em relação à deficiência. Isso significa que, por intermédio da legitimação da inclusão e do rompimento com o capacitismo, a pessoa com deficiência é valorizada na diferença e, enquanto pessoa, se sentirá valorizada e pertencente à sociedade na qual se encontra inserida, seja na escola, seja fora dela.

Ao tratarmos de uma escola inclusiva, estamos afirmando que o pensar educativo respeita a identidade da pessoa e considera a diferença dela, comprometendo-se como um movimento social cuja mudança só ocorre quando

a família, a sociedade, a escola e o governo se unem em busca de um objetivo comum: a efetivação do direito à educação de qualidade, sem discriminação ou segregação das pessoas.

POLÍTICAS INCLUSIVAS NO BRASIL E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

As reformas e os movimentos no campo da educação especial se dão pelos movimentos político, econômico e social de cada momento histórico. As políticas inclusivas estão atreladas aos movimentos internacionais, que são propagados especialmente pelos organismos internacionais, como ONU, UNESCO e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**políticas inclusivas
estão atreladas
aos movimentos
internacionais**

Como resultado dessa influência, assim como ocorreu em 1994, com a Declaração de Salamanca, o pensar sobre a escola inclusiva está atrelado aos objetivos estabelecidos pela ONU, por intermédio do documento intitulado “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) (OBJETIVOS..., 2019), sob o slogan “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A **Agenda 2030** defende que é necessária a implementação de ações político-governamentais que promovam, junto às pessoas com deficiência, os direitos humanos. Outrossim, é determinada a obrigatoriedade da implementação da educação inclusiva, entendida como a oportunidade de aprendizagem da pessoa com deficiência. Além disso, o referido documento entende os governos, as empresas e a sociedade como os responsáveis pelo sucesso da execução, quer seja em âmbito internacional, quer seja em âmbito nacional ou local.



A Agenda 2030 é pautada em cinco áreas consideradas de importância, as denominadas 5Ps:

- Pessoa.
- Prosperidade.
- Paz.
- Parceria.
- Planeta.

A educação inclusiva se sustenta no ODS4 (2019, on-line), que predispõe “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

No entanto, é importante destacar que o cenário da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. O censo escolar de 2018 revelou um aumento de 33,2% no número de matrículas de estudantes com deficiência no período de 2014 a 2018 (BRASIL, 2019). Essa estatística evidencia a crescente busca pela inclusão desses estudantes na educação regular, o que demonstra um avanço na conscientização e no reconhecimento da importância da educação inclusiva.

Esses dados destacam a relevância de se promover políticas e práticas efetivas para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na escola regular. Embora haja progressos, é necessário continuar trabalhando para superar as barreiras existentes e proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Isso significa que, embora a discussão relativa à inclusão da pessoa com deficiência na escola e fora dela seja tratada há décadas, ainda existe, na sociedade, uma dificuldade de aceitação da diferença.



**APROFUNDANDO**

A Agenda 2030 foi criada, em setembro de 2015, pela ONU e teve, durante a sua elaboração, a ação participativa e a corresponsabilização da execução por 193 países-membros das Nações Unidas, entre eles, o Brasil. No documento, é asseverado que todos os países-membros devem adotar, em seus respectivos planos de governo, uma política global, nominada como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 objetiva elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Para tanto, são estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para a execução deles, estão sublocados em 169 metas.

A QUALIFICAÇÃO DO PROFESSOR COMO INVESTIMENTO

De acordo com Sassaki (1998), as conquistas obtidas pelos movimentos sociais, em relação aos direitos da pessoa com deficiência, devem ser evidenciadas. No entanto, ainda são consideradas modificações pequenas, sendo necessário um maior investimento na formação de profissionais qualificados para o trabalho com a inclusão, abrangendo as escolas, as empresas, as áreas de lazer, os edifícios e os espaços urbanos. A finalidade é a de que a inclusão realmente exista e possibilite a participação plena de pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais, com igualdade de direitos e oportunidades.

Por isso, as lutas e os movimentos em prol da importância dos direitos educacionais para as pessoas com deficiência precisam ser evidenciados, visto que entendemos a educação inclusiva como uma prática da inclusão de todos, “independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).



**ZOOM NO CONHECIMENTO**

A educação inclusiva não deve ser confundida com a educação especial, embora a contemple (LIMA, 2006). Segundo Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. Pensar a educação inclusiva significa pensar em uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os estudantes. As políticas educacionais, nesse sentido, precisam ser apenas complementares às atitudes dos envolvidos.

Acreditamos em uma escola inclusiva, que promove o romper com as barreiras do preconceito enraizado na sociedade, por meio da propagação dos trabalhos pedagógico e social, nos quais a formação humana, o respeito e a solidariedade se ampliem dentro e fora da escola.

**PENSANDO JUNTOS**

Se a inclusão educacional é oposta à segregação e à exclusão da pessoa considerada diferente do padrão social, por que as escolas de ensino regular ainda não apresentam nos currículos e nos projetos pedagógicos indicadores que efetivem a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades escolares, atrelando as ações que envolvem a mudança de atitudes e hábitos que evidenciam as dificuldades da pessoa?



 INDICAÇÃO DE FILME
Atypical.

Sinopse: Em Busca da Autenticidade é uma série original da Netflix que aborda, com sensibilidade e humor, a jornada de um adolescente autista em busca de independência e autenticidade. A história gira em torno de Sam Gardner, um jovem de 18 anos de idade que tem espectro do autismo, e também retrata as dinâmicas familiares. Aborda o autismo de maneira autêntica e respeitosa, oferecendo uma visão equilibrada das experiências e das emoções que acompanham o diagnóstico.

Comentário: é uma série notável, que aborda o tema do autismo de forma genuína e comovente. A série consegue equilibrar habilmente momentos de leveza e humor com questões profundas, apresentando uma história que é tanto educativa quanto emocionalmente envolvente.



ACESSO × PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR

É na individualidade assumida no convívio em sociedade que é possível perceber que o termo “incluir” se associa não apenas às crianças com algum tipo de necessidade específica, mas a todos os estudantes, conforme afirmam Ferreira e Guimarães (2008). Isso porque, ao nos referirmos à educação inclusiva, estamos discutindo os direitos de acesso e permanência e as condições adequadas para o aprender.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas, de acordo com a deficiência e/ou a dificuldade do estudante em aprender. Corroboramos com o entendimento de que cada estudante tem o próprio tempo para o aprender.

A educação inclusiva consiste na elaboração, na identificação e na organização de recursos pedagógicos adequados a cada realidade.

É importante que deixemos de medir o aprendizado dos estudantes por meio de notas ou meios quantitativos. A educação inclusiva se centra nas possibilidades de desenvolvimento de cada pessoa.

O marco regulador do movimento em busca da efetiva implementação da educação inclusiva é a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, no Art. 59, já afirmava, de forma deliberativa, que:



Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

A partir da normativa estabelecida na referida lei, outros documentos que regulam a educação brasileira passaram a ser expedidos. O objetivo era orientar, assegurar e promover as condições para que a educação inclusiva passasse a acontecer efetivamente no ensino regular da educação brasileira.

A seguir, são exibidos alguns documentos que marcaram a história da implementação da educação inclusiva, a partir do ano de 1996, com a implementação da Lei nº 9.394/1996.

PORTARIA MEC Nº 1.679/1999

Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

DECRETO Nº 3.298/1999

Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a Política para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ao definir a educação especial como uma modalidade transversal para todos os níveis e modalidades.

LEI N° 10.098/2000

Estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 2/2001

Determina as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

LEI N° 10.172/2001

Institui o Plano Nacional de Educação (PNE), que passou a determinar a escola inclusiva como uma forma de atendimento à diversidade humana.

DECRETO N° 3.956/2001

Resultante da Convenção da Guatemala, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Define, como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

RESOLUÇÃO CNE/CP N° 1/2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Sustenta que todas as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, uma formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple os conhecimentos relativos às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

LEI N° 10.436/2002

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como um meio legal de comunicação e expressão, incluindo a disciplina de Libras como parte integrante do currículo dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

PORTARIA N° 2.678/2002

Aprova as diretrizes e as normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação de uso em todo o território nacional.

LEI N° 13.146/2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que sustenta, no Art. 8:

[...] crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I – recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência” (BRASIL, 2015).

**APROFUNDANDO**

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008c), o ensino regular deve, obrigatoriamente, assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Portanto, orienta os sistemas de ensino a garantir (BRASIL, 2008c):

- O acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.
- A transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior.
- A oferta do atendimento educacional especializado.
- A formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação.
- A articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.



EU INDICO

Uma dica de leitura importante são as *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, um documento que trata dos direitos da pessoa com deficiência no ensino regular. Faça a leitura, na íntegra. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Precisamos trazer à tona debates importantes sobre as condições de permanência do estudante com deficiência no ensino regular, uma vez que muitas escolas ainda não estão preparadas (o que abrange a estrutura física, os materiais e os recursos humanos) para receber os estudantes com deficiência.

Sampaio e Sampaio (2009, p. 24) afirmam que “a interação entre crianças com e sem deficiência efetivamente trouxe, para a sala de aula, a oportunidade de trabalhar o respeito ao outro e a solidariedade, valores tão fundamentais e tão esquecidos no mundo competitivo no qual vivemos”. No entanto, estar na escola, ou seja, dividir o mesmo espaço na sala de aula não garante essa interação ou a inclusão propriamente dita, pois o fato de simplesmente estar na escola garante uma mera integração.

A educação inclusiva pressupõe uma adaptação das atividades didático-pedagógicas, da metodologia de ensino, dos recursos avaliativos e das estratégias de aula. A inclusão requer o revisitar da ação pedagógica e, até mesmo, do projeto pedagógico da escola.

A educação inclusiva exige a recondução de todo o processo educativo e o repensar do modelo de aula, escola e ensino tradicional. O ensinar e o aprender passam a ser ressignificados e todos os envolvidos são partícipes de todos os processos de aprendizagem. Pode-se considerar uma educação inclusiva aquela que oportuniza, aos estudantes, diversos meios para se chegar a um mesmo objetivo, valorizando e evidenciando as respectivas competências e habilidades (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

**PENSANDO JUNTOS**

Se a educação inclusiva tem sido uma pauta desde a Lei nº 9.394/1996, por que ainda há tanta restrição das escolas de ensino regular em incluir a pessoa com deficiência, ao realizar a modificação dos currículos e ao capacitar os professores, ou seja, adequando tanto as estruturas físicas quanto humanas da escola para incluir a pessoa a partir das necessidades dela?

Esse lugar de pertencimento das políticas inclusivas, chamado de “escola”, apenas confirma o que Freire (1996, p. 28) já afirmava de forma categórica: “nas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atua e transforma; transformando, criando uma realidade que, o envolve e condiciona sua forma de atuar”. A escola é, portanto, o local propício para o exercício da cidadania, da reflexão e da mudança de olhares para a diversidade.

Essa transformação se dá a partir dos processos legais, que se configuram e alicerçam as ações do professor, da escola e de toda comunidade escolar na busca de garantir o acesso e a permanência da criança na escola.

Uma alternativa legalmente viável, que busca possibilitar e auxiliar o processo inclusivo é a sala de recursos multifuncionais ou a sala de apoio pedagógico, porque, nesse espaço físico, o processo de inclusão escolar é uma realidade necessária, a fim de que possamos proporcionar uma aprendizagem de qualidade aos estudantes. A maioria das escolas de ensino regular ainda carece de preparação estrutural para incluir os estudantes com deficiência e proporcionar um atendimento adequado às necessidades desses alunos.

Legalmente, a sala de recursos é entendida como um espaço dentro da escola regular destinado a oferecer apoio e recursos especializados para estudantes com deficiência. Tem, como objetivo, proporcionar atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos que necessitam de suporte adicional para alcançar seus objetivos de aprendizado.



A oferta do atendimento educacional especializado – AEE deve constar no Projeto Pedagógico da escola de ensino regular, prevenindo na sua organização:

- a) Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos.
- b) Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola.
- c) Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos.
- d) Professor para o exercício da docência do AEE.
- e) Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f) Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.
- g) Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE (BRASIL, 2008b, p. 3).

A sala de recursos, as salas multifuncionais e as salas de apoio são entendidas como espaços físicos inseridos na escola de ensino regular que possibilitam, ao professor regente de turma, um suporte pedagógico, para que os alunos com deficiência possam ser incluídos em todas as ações escolares.

A Integração × Inclusão nas Escolas

A integração escolar apenas permitia que o aluno com deficiência estivesse no ambiente escolar, não apresentando condições ou possibilidades para que o aluno pudesse desenvolver as próprias habilidades e competências de acordo com as necessidades. A integração foi considerada, pela sociedade, como uma alternativa ao modo como a sociedade opera. Havia a exigência de que a pessoa com deficiência fosse modificada para conviver na sociedade, sendo considerada supostamente igual às outras. Trata-se do princípio da normalização, tornar “normais” as pessoas com deficiência, do ponto de vista social que constrói padrões de normalidade. Esse cenário demonstra que a escolarização da integração escolar

foi vista como uma maneira de colocar a pessoa com deficiência no ambiente do ensino regular. Entretanto, nessa concepção, não se considerava a necessidade da pessoa com deficiência, mas que a pessoa deveria se adaptar às condições (im)postas pelo sistema escolar.

Em relação à integração, Correia (2003) afirma que o modelo integrador se sustentava no entendimento de que a pessoa com deficiência deveria ser munida de aptidões acadêmicas e sociais que a levassem a se comportar o mais rapidamente possível como um aluno sem deficiência. Essa era, portanto, uma visão segregativa em relação à pessoa com deficiência, uma vez que colocava o discente em uma situação de exclusão, no que diz respeito ao convívio com os demais estudantes. Mendes (2002) afirma que a presença dos alunos com deficiência estava condicionada à satisfação de comportamento e de rendimento pedagógico impostos pela instituição.

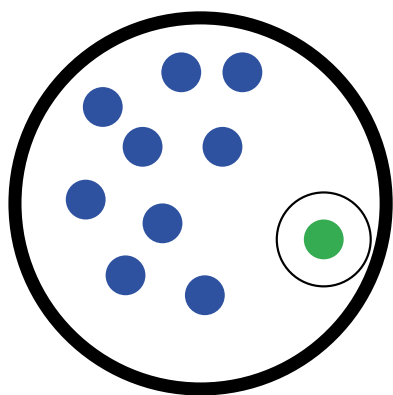


Figura 1 - Representação da integração / Fonte: os autores.

Descrição da Imagem: a figura mostra uma representação da integração, em que, em um fundo branco, há um círculo com a borda preta e o interior branco está centralizado. Dentro, à esquerda, há círculos na cor azul preenchendo mais da metade do espaço. À direita, isolado, há um círculo verde envolto por outro círculo de borda preta. Fim da descrição.

Logo, a integração não atendia às demandas e às necessidades da pessoa com deficiência, o que resultou em uma luta ainda mais intensa para a escolarização da pessoa com deficiência. Isso gerou um movimento da sociedade em busca da inclusão da pessoa com deficiência em todos os espaços sociais.

Segundo Mantoan (2003), o ensino inclusivo considera que:



As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiências e com necessidades educacionais). Pode-se, pois, imaginar o impacto

da inclusão nos sistemas de ensino ao supor a abolição completa dos serviços segregados da Educação Especial, dos programas de reforço escolar, das salas de aceleração, das turmas especiais etc. (MANTOAN, 2003, p. 25).

Evidentemente, cada realidade escolar é única. Todavia, o planejamento e a organização das estratégias para a aprendizagem adequada ao estilo do professor e às necessidades dos alunos com e sem deficiência podem tornar o ambiente de aprendizagem flexível, visto que ele é organizado a partir de múltiplas formas de participação dos alunos nas atividades educacionais. O professor, como mediador do processo educativo, ao atuar em uma escola inclusiva, sustenta as próprias ações no planejamento.

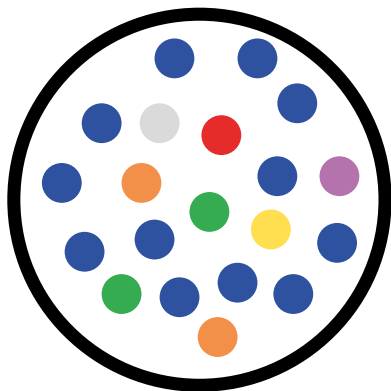


Figura 2 - Representação da inclusão / Fonte: os autores.

Descrição da Imagem: a figura mostra uma representação da inclusão: em um fundo branco, há um círculo com a borda preta e o interior branco centralizado. Dentro, há círculos nas cores azul, verde, laranja, amarelo, vermelho, cinza e roxo, que se misturam e preenchem todo o espaço. Fim da descrição.

O tempo e as estratégias pedagógicas se adequam aos alunos. Isso significa que identificar a necessidade de apoio específico e averiguar as demandas da escola são condições essenciais para que o docente possa, em conjunto com a gestão escolar, construir estratégias para incluir, na prática, o aluno com deficiência.

Para tratar de uma escola inclusiva, é preciso entender que a educação é um espaço de diversidade e exige práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e as potencialidades em todas as atividades realizadas dentro e fora das salas de aula. Os preceitos de escola inclusiva coadunam com os ideários postos e apresentados pela Declaração de Caracas (DECLARAÇÃO..., 1990), a qual deixava claro que seria compromisso de toda a sociedade elevar as condições de vida das pessoas com deficiência e seus familiares, por meio da inclusão escolar, das práticas esportivas e do acesso pleno à moradia digna e ao trabalho.

Outro documento significativo para a escolarização da pessoa com deficiência e o processo de inclusão na escola é a Declaração de Sapporo, que reitera que a inclusão da pessoa com deficiência requer (DPI, 2002):

- O apoio e a proteção dos direitos humanos.
- O estímulo dos governos, para erradicar a educação segregada e promover a educação inclusiva.
- O encorajamento dos governos, para que acolham as políticas que assegurem a inclusão de deficientes.
- A conscientização da sociedade, para que mude a imagem negativa que recai sobre as pessoas com deficiência e empodere outros deficientes, para que sejam fortes e promovam essas ações.

No Brasil, o movimento em prol da escolarização da pessoa com deficiência e o entendimento de escola inclusiva para todos é intensificado a partir de 2015, por meio da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), materializada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A educação inclusiva passa a ser uma possibilidade para o repensar da aprendizagem e o ponto de partida para o trabalho pedagógico. Torna-se necessário:



[...] conhecer as características do aprendiz (o que não deve ser confundido com o diagnóstico), bem como as características do contexto no qual o processo ensino-aprendizagem ocorre e, principalmente, analisar as atitudes dos professores frente ao seu papel que é político e pedagógico (CARVALHO, 2000, p. 61).

O diálogo sobre a escola inclusiva, na perspectiva do campo das políticas educacionais, remete ao reconhecimento de que, para além dos programas dos governos e das políticas inclusivas, é necessário que as práticas pedagógicas estejam centradas nos alunos, que os currículos sejam flexibilizados e, em algumas situações, que sejam solicitados atendimentos específicos para os alunos que tiverem dificuldades, desde que esses atendimentos não prejudiquem a presença na sala de aula.

**EU INDICO**

Sobre o assunto, convido-o a assistir ao documentário: *Da invisibilidade à cidadania: caminhos da pessoa com deficiência*. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Acessibilidade

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015), a acessibilidade representa a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para o uso com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano ou elementos cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível. Como consequência, pensar na escola inclusiva requer organizar as estruturas para o recebimento do aluno com deficiência. A acessibilidade é muito importante, pois, em geral, habituamos ou convivemos com problemas estruturais em nossas escolas, mas que são grandes empecilhos ou imensos obstáculos para o aluno com deficiência. Portanto, precisamos nos atentar e reconhecer que o ambiente escolar apresenta condições para a convivência e a aprendizagem com qualidade de todos os alunos com ou sem deficiência.

Ainda sobre a acessibilidade, Sasaki (2009) defende que é necessário considerar as seguintes dimensões para que a escola possa ser considerada inclusiva:

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Sem barreiras físicas para a ocupação e a circulação de pessoas com deficiência em ambientes públicos ou privados ou nos meios de transporte.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Eliminação de barreiras que impeçam a comunicação interpessoal, escrita ou virtual.

ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Extinção de impedimentos em métodos pedagógicos e técnicas de estudo.

ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA

Eliminação de barreiras ocultas nas políticas públicas.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

Eliminação de atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias.

Pensar na acessibilidade requer olhar para a escola de maneira integral, entender as necessidades arquitetônicas e humanas e incorporar, no cotidiano, ações que efetivem a aprendizagem significativa dos alunos com e sem deficiência. Outra possibilidade de garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com deficiência no ambiente regular de ensino se dá em função da incorporação da tecnologia assistiva.

Entenda: acessibilidade e tecnologia assistiva não são sinônimos, mas se complementam, assim como é possível verificar no excerto a seguir:



[...] uma porta ampla, de uma barra de apoio fixada na parede ou de uma rampa curta e suave, podemos imaginar que devam existir em qualquer lugar e serem utilizados por todos. Contudo, pessoas com graves problemas de domínio corporal não conseguirão usar tais recursos. Aproximar-se da porta, alcançar a maçaneta e puxá-la ou empurrá-la são tarefas que exigem força, equilíbrio, lógica e controle motor. Barras serão eficazes quando for possível se apoiar nelas. Por mais suave que seja sua inclinação, uma rampa será um problema para quem não usa os braços e as pernas. Há, nessas soluções, o pressuposto de que seja possível para certas pessoas com deficiências graves alcançar o nível mínimo de acessibilidade universal por meio de recursos tecnológicos complementares. As

dimensões da porta, as da barra de apoio e a declividade da rampa deixam de ser problemas e outro elemento passa a ter importância: a tecnologia assistiva (GUIMARÃES, 2013, on-line).

É perceptível que a tecnologia assistiva é uma ferramenta para que o discente com deficiência possa ter as condições necessárias para estar incluído ativamente no ambiente da escola e, também, em outros espaços sociais.

Sartoretto e Bersh (2018) afirmam que a tecnologia assistiva pode ocorrer em relação aos recursos e aos serviços de atendimento à pessoa com deficiência.

Trata-se de um assunto que tem sido enfatizado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, materializado pela Lei nº 13.146/2015, no Capítulo III, que abarca a Tecnologia Assistiva. No Art. 74, “é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (BRASIL, 2015). Para tanto, no Art. 75, é exposto que:



Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de:

- I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;
- II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;
- III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais;
- IV - eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva;

V - facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais. Parágrafo único. Para fazer cumprir o disposto neste artigo, os procedimentos constantes do plano específico de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 2 (dois) anos (BRASIL, 2015).

Diante disso, a transição da integração para a inclusão escolar representa uma mudança significativa no paradigma educacional. A inclusão busca não apenas a presença do aluno com deficiência no ambiente escolar, mas também deve proporcionar condições para que ele desenvolva habilidades e competências de acordo com suas necessidades individuais. É uma abordagem que reconhece e valoriza a diversidade, garantindo igualdade de oportunidades e respeitando as diferenças. A educação inclusiva demanda a superação de concepções limitadoras e a adoção de práticas pedagógicas que promovam a participação ativa e o aprendizado significativo de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou condições.

NOVOS DESAFIOS

A escola deve ser um lugar de conhecimento e de reconhecimento do eu e dos diversos papéis sociais. Como consequência e por meio da socialização dos saberes, os estudantes descobrem as próprias potencialidades, entendem as fragilidades e passam a se respeitar e a respeitar o outro a partir das diferenças. Afinal, a diferença não é aquilo que se vê: o que afasta do outro não é a diferença, mas a forma como olhamos e estigmatizamos a diferença do outro. Nesse contexto, as políticas inclusivas, entendidas como a concretização dos direitos da pessoa com deficiência, passam a ocupar um lugar de centralidade na garantia de que a sociedade se pauta na compreensão de que, pela diversidade e pela diferença, as relações sociais são estabelecidas. O respeito, a tolerância e a empatia são os eixos centrais das relações humanas, seja no ambiente escolar, seja fora dele.

Assegurar os direitos da pessoa com deficiência na escola, no trabalho, no lazer, de saúde e de moradia, por exemplo, significa garantir minimamente a manutenção dos direitos da pessoa como cidadã. A aplicabilidade, o trabalho docente e a parceria entre Estado, família e professores, no dia a dia escolar, ainda precisam ser repensados e reconfigurados, a fim de que um ensino de qualidade e uma educação significativa realmente aconteçam.

A busca pela efetivação de uma escola realmente inclusiva significa ressignificar os paradigmas e permitir que as crianças com e sem deficiência se sintam acolhidas, bem-vindas e importantes para esse espaço. Uma escola inclusiva considera que as ações dela precisam ser transformadoras e os alunos devem ser agentes de mudança, dado que passam a levar, para além dos muros da escola, as vivências e as experiências do mundo da diversidade e do respeito consigo e com o outro.

Pensar em uma escola inclusiva e em uma educação respeitadora implica reconhecermos a necessidade de uma política de educação inclusiva que seja materializada no cotidiano da escola. Você, enquanto futuro docente, deve ter em mente que conhecer as legislações, que englobam o processo de escolarização da educação especial no Brasil, é de extrema importância, visto que, por meio dessas diretrizes norteadoras, você poderá compreender, de fato, como oportunizar um processo de ensino-aprendizagem efetivo aos discentes com necessidades educacionais específicas.



VAMOS PRATICAR

1. A Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, foi um marco fundamental no campo da educação inclusiva. Esta declaração estabelece princípios e diretrizes para promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades, em um sistema educacional que valoriza a diversidade e garante o direito à educação de qualidade.

A importância da Declaração de Salamanca para a escola inclusiva e a prática do professor é indiscutível. Ela reconhece que a educação inclusiva é um direito fundamental de todos os alunos e destaca a necessidade de transformação das escolas em ambientes acolhedores, que promovam a participação plena e igualitária de todos os estudantes.

A Declaração de Salamanca enfatiza a importância da valorização da diversidade e da promoção de uma cultura de respeito e tolerância. Ela ressalta que a escola inclusiva deve adaptar-se às necessidades de cada aluno, oferecendo suporte e recursos adequados para garantir sua participação efetiva no processo educacional.

Além disso, a Declaração destaca a necessidade de formação adequada dos professores, para que estejam preparados para atender às diferentes necessidades dos alunos e promover uma educação inclusiva de qualidade. Ela enfatiza a importância de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as diferenças individuais e valorizem a colaboração e o trabalho em equipe.

Em resumo, a Declaração de Salamanca desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional e na orientação da prática do professor. Ela defende a construção de uma escola inclusiva e equitativa, que valoriza a diversidade e garante o direito à educação para todos os alunos (UNESCO, 1994).

Fonte: UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

Qual a importância da Declaração de Salamanca para a escola inclusiva e a prática do professor?

VAMOS PRATICAR

2. No contexto educacional, a inclusão é uma abordagem que visa a garantir a participação e o acesso pleno de todos os estudantes, independentemente de suas características, necessidades ou diferenças. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que os professores estejam atualizados e acompanhando as políticas de inclusão.

Os professores desempenham um papel central na implementação das políticas de inclusão, uma vez que são responsáveis pela prática pedagógica e pelo desenvolvimento dos estudantes. Ao acompanhar as políticas de inclusão, os professores adquirem conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para atender às necessidades educacionais de todos os alunos em suas turmas.

Acompanhar as políticas de inclusão permite que os professores compreendam os princípios e as diretrizes que orientam a educação inclusiva, como a valorização da diversidade, a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e o respeito aos direitos e às potencialidades de cada estudante. Além disso, as políticas de inclusão fornecem orientações sobre os recursos e os apoios disponíveis, bem como sobre as formas de adaptação do currículo e das práticas de ensino.

Ao se manterem atualizados sobre as políticas de inclusão, os professores podem promover uma educação mais inclusiva e de qualidade. Eles podem identificar e adotar estratégias que atendam às necessidades individuais de cada aluno, oferecendo suporte adequado, adaptando o ambiente e promovendo a participação de todos. Dessa forma, os professores contribuem para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, que valoriza a diversidade e promove a igualdade de oportunidades (UNESCO, 2009).

Fonte: UNESCO. **Política de inclusão:** garantindo o direito à educação de qualidade de todos os alunos. UNESCO, 2009.

Ao se manterem atualizados sobre políticas educacionais, o que professores ganham em sua prática no cotidiano escolar?

VAMOS PRATICAR

3. Os dados estatísticos educacionais permitem o monitoramento e a avaliação dos indicadores-chave, como taxas de matrícula, taxa de abandono escolar, desempenho acadêmico, equidade e acesso à educação. Essas informações são essenciais para identificar lacunas e desafios na educação, permitindo que sejam adotadas estratégias e intervenções adequadas.

Com base nos dados estatísticos, é possível identificar grupos específicos de alunos que enfrentam dificuldades ou estão em situação de desvantagem, como estudantes com deficiência, alunos em situação de pobreza ou que vivem em áreas rurais. Essas informações permitem o direcionamento de recursos e a implementação de políticas e programas específicos para atender às suas necessidades.

Eles permitem a identificação de desafios, a alocação eficiente de recursos e o monitoramento contínuo do progresso, visando à melhoria da qualidade e equidade da educação.

Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 2 ago. 2023.

Qual é a importância dos dados estatísticos para o desenvolvimento e a implementação de políticas educacionais?

- a) Os dados estatísticos são irrelevantes para o desenvolvimento de políticas educacionais.
- b) Os dados estatísticos são utilizados apenas para fins estatísticos e não influenciam as políticas educacionais.
- c) Os dados estatísticos fornecem informações e evidências fundamentais para embasar as decisões e direcionar as ações dos formuladores de políticas educacionais.
- d) Os dados estatísticos são utilizados apenas para fins acadêmicos e não têm relação direta com as políticas educacionais.
- e) Os dados estatísticos são importantes apenas para a elaboração de relatórios, não impactando efetivamente as políticas educacionais.

VAMOS PRATICAR

4. A Declaração de Salamanca estabelece, como principal objetivo da educação inclusiva, a promoção de uma escola para todos, em que cada aluno, independentemente de suas características e necessidades, tenha o direito de participar plenamente da vida escolar, receber uma educação de qualidade e desenvolver seu potencial máximo.

Fonte: UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca:** UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

De acordo com a Declaração de Salamanca, qual é a abordagem que a educação inclusiva deve adotar?

- a) Exclusão dos alunos com necessidades especiais.
 - b) Segregação dos alunos com necessidades especiais em escolas especiais.
 - c) Acesso apenas aos alunos sem deficiência.
 - d) Participação plena de todos os alunos.
 - e) Foco exclusivo no ensino acadêmico.
5. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a análise do período de 2015 a 2019 revela um significativo crescimento no número de matrículas da educação especial tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

No Ensino Fundamental, observou-se um aumento de 70,8% nas matrículas da educação especial. Isso indica um avanço na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nesse nível de ensino, o que representa um passo importante rumo à garantia de acesso e aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas particularidades.

No Ensino Médio, o acréscimo nas matrículas da educação especial foi ainda mais expressivo, alcançando 91,7% em relação aos períodos anteriores. Esse aumento revela um reconhecimento crescente da importância de proporcionar oportunidades de educação inclusiva também nessa etapa da escolarização, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso aos mesmos conteúdos e possibilidades de formação que os demais.

VAMOS PRATICAR

Esses dados refletem a relevância das políticas e das práticas inclusivas no contexto educacional. O crescimento das matrículas da educação especial demonstra um esforço para superar barreiras e promover uma educação mais igualitária e diversa. Além disso, evidencia a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores, na adaptação dos espaços físicos e no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Básica 2020**. Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

Com base nos dados do Inep, no período de 2015 a 2019, considere as afirmações:

- I - Houve um aumento de 70,8% das matrículas da educação especial no Ensino Fundamental nesse período.
- II - No período de 2015 a 2019, as matrículas da educação especial no Ensino Médio aumentaram 70,8%.
- III - As matrículas da educação especial no Ensino Fundamental aumentaram 91,7% em relação aos períodos anteriores.
- IV - As matrículas da educação especial no Ensino Médio aumentaram 91,7% em relação aos períodos anteriores.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília-DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília-DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. . Ministério da Educação. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Básica 2018. Brasília-DF: Inep/MEC, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília-DF: Inep/MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política e resultados educação especial** (1995-2002). Brasília-DF: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9394&ano=1996&ato=-3f5o3Y61UMJpWT25a>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 2 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília-DF: MEC/SEESP, 2008c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Documento orientador. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2005.

BUENO, J. G. S. (coord.); MARIN, A. J.; RODRIGUES, L. M. de O.; MELETTI, S. M. F. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. São Paulo: PUC, 2006. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/ehps/ementa-proj-inclusao-exclusao-escolar.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORREIA, L. **O modelo integrador na escola inclusiva: um estudo de caso**. Revista Portuguesa de Educação, v. 16, n. 2, 2003.

DECLARAÇÃO de Caracas. Documento que marca as reformas na atenção à saúde mental nas Américas. [Caracas]: [OPAS/OMS], 1990. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

DPI – DISABLED PEOPLES’ INTERNATIONAL. **Declaração de Sapporo**. Tradução de Romeu Kazumi Sassaki. Sapporo: Disabled Peoples’ International, out. 2002. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula03_ativPres_Decl_Sapporo.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. P. Acessibilidade, tecnologia assistiva e ajuda técnica: qual a diferença? **DIVERSA – Instituto Rodrigo Mendes**, set. 2013. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/acessibilidade-tecnologia-assistiva-ajuda-tecnica/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 1998.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

REFERÊNCIAS

LOWI, T. J. American business, public policy, case-studies, and political theory. **World Politics**, v. 16, n. 4, p. 677-715, jul. 1964.

LIMA, M. S. S. **Educação Inclusiva**: Formação de Professores. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. **Educação Especial Inclusiva**: contexto e questões atuais. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ODS4 – Educação de qualidade. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SAMPAIO, M. W.; SAMPAIO, R. M. **Educação inclusiva**: compartilhando saberes para uma prática pedagógica de qualidade. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

SASSAKI, R. K. Entrevista. **Revista Integração**, Brasília, v. 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SARTORETTO, M. L.; BERSH, R. **Tecnologia Assistiva na Educação**: recursos e serviços para a inclusão. São Paulo: Vetor Editora, 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

UNESCO. **Normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência**. Lisboa: UNESCO, 1995.

GABARITO

1. A Declaração de Salamanca é de extrema importância para a escola inclusiva e para a prática do professor. Ela estabelece princípios e diretrizes para promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades, em um sistema educacional que valoriza a diversidade e garante o direito à educação de qualidade. A Declaração destaca a necessidade de transformação das escolas em ambientes acolhedores, que promovam a participação plena e igualitária de todos os estudantes. Além disso, ressalta a importância da formação adequada dos professores, para que estejam preparados para atender às diferentes necessidades dos alunos e promover uma educação inclusiva de qualidade.

A Declaração de Salamanca orienta as práticas pedagógicas, enfatizando a valorização das diferenças individuais e a colaboração entre os alunos. Em suma, a Declaração de Salamanca é um marco fundamental no campo da educação inclusiva, proporcionando diretrizes importantes para a construção de uma escola inclusiva e equitativa, em que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

2. Acompanhar as políticas de inclusão é de extrema importância para os professores, pois permite que eles compreendam os princípios, as diretrizes e as estratégias necessárias para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Ao se atualizarem sobre as políticas de inclusão, os professores estão preparados para atender às necessidades educacionais de todos os alunos, oferecendo suporte adequado, adaptando o currículo e as práticas de ensino, e promovendo a participação e o desenvolvimento de cada estudante.
3. Opção C. O uso de dados estatísticos permite a alocação eficiente de recursos e o monitoramento do progresso, visando à melhoria da qualidade e equidade da educação.
4. Opção D. A Declaração de Salamanca defende que a educação inclusiva deve garantir a participação de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.
5. Opção A. De acordo com os dados do Inep, no período de 2015 a 2019, houve um aumento de 70,8% das matrículas da educação especial no Ensino Fundamental e um aumento de 91,7% das matrículas da educação especial no Ensino Médio.



TEMA DE APRENDIZAGEM 5

TEORIAS PEDAGÓGICAS: POR ONDE NAVEGAMOS

MINHAS METAS

- Compreender as principais matrizes filosóficas e epistemológicas do pensamento pedagógico brasileiro.
- Identificar as transformações pedagógicas ao longo do tempo, compreendendo suas características e influências na educação contemporânea.
- Analisar a relação entre as teorias pedagógicas e o contexto histórico brasileiro e suas contribuições para a prática docente.
- Reconhecer a importância do conhecimento teórico na formação de professores, considerando as necessidades e os desafios contemporâneos da educação.
- Compreender a importância da inovação de aulas, metodologias e práticas pedagógicas, para provocar e despertar os alunos para os estudos.

INICIE SUA JORNADA

Quando você pensa em teorias pedagógicas, o que vem à mente?

Não é novidade que as teorias pedagógicas norteiam a ação do professor, dando subsídios para uma prática docente e andando lado a lado com ela. Contudo, a teoria é uma coisa e a prática é outra – essa é uma frase muito escutada no meio educacional. A verdade é que muitos professores que atuam em sala de aula apresentam sentimentos de despreparo, insegurança e falta de motivação, além das funções sociais da escola, que mudaram com a pandemia da Covid-19, trazendo à tona novas funções para o educador.

Para termos domínio e segurança, é preciso conhecer por onde se navega. É necessário compreender as teorias pedagógicas e, assim, atuar, na prática, com direcionamento, afinal, a prática nada mais é que o reflexo da teoria. Quando não compreendemos como aplicar alguma teoria na prática, não aprendemos a teoria da forma adequada.

A educação, independentemente de sua manifestação, é sempre fundamentada na aplicação de teorias do conhecimento. Enquanto profissional, o seu trabalho estará intrinsecamente ligado a essas teorias, tornando crucial o conhecimento de que tal conceito é creditado a Paulo Freire, um renomado educador brasileiro, que destacou a importância da relação entre a teoria e a aplicação de uma prática consciente e contextualizada do conhecimento.

O século XIX é chamado de século da Pedagogia, marcado por conflitos ideológicos, por modelos formativos e saberes educacionais. A burguesia e o povo travavam fortes embates sobre ideologias pedagógicas. As pedagogias contemporâneas de Hegel, Herbart, Pestalozzi, Schiller e Fröbel tiveram fortes influências do século XIX. A sociedade industrial como um todo, os positivismos, os debates socialistas e as pedagogias, que eram debatidas na Europa, também marcaram esse período. Pronto para o que está a caminho? Fique atento!

**Quando você
pensa em teorias
pedagógicas, o que
vem à mente?**

VAMOS RECORDAR?

No curta-metragem Cordas, María e Nicolás são duas crianças que encontram conexão. Nicolás, com mobilidade reduzida devido à paralisia cerebral, vive em uma cadeira de rodas e enfrenta o silêncio. Apesar das barreiras, María se dedica a criar uma amizade e compartilhar momentos de diversão com ele.

Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

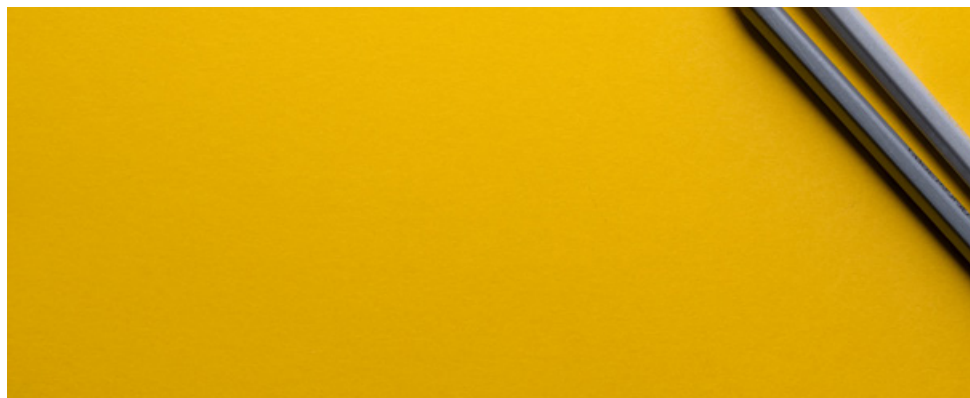
O IMPACTO DA ECONOMIA NA EDUCAÇÃO

O século da Pedagogia, conforme Cambi (1999) pontua, é um momento emblemático de luta de classes (entre a burguesia e o proletariado). Essa luta envolve cultura, sociedade, economia e política – é claro que tudo isso reflete e se relaciona com as ideias pedagógicas e educativas da época.

Com a Revolução Industrial (a principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas) e o desenvolvimento econômico e social, tivemos uma mobilização social para delinear o perfil da burguesia, nesse sentido:



numa sociedade econômica e politicamente turbulenta, estão ideologicamente impregnadas também na sua cultura. Nessa conjuntura, o ato de educar se torna um mecanismo de controle (para a burguesia) e de emancipação social (para o povo) (CAMBI, 1999, p. 492).





APROFUNDANDO

A burguesia é a classe social que está do lado oposto do proletariado, ou seja, é a classe social do regime capitalista, que abrange todos os grupos ou indivíduos cujos interesses se identificam com os dos possuidores de capital, ou seja, de comerciantes, industriários e banqueiros, os proprietários de terras, os possuidores de riqueza e dos meios de produção. Já os proletários fazem parte da classe dos operários, constituída de indivíduos que se caracterizam pela sua condição permanente de assalariados e pelos seus modos de vida e atitudes decorrentes de tal situação.

Esse duelo entre a burguesia e o proletariado impacta na educação, desde a instrução de professores até a estrutura das escolas infantis, elementares e secundárias.

VOCÊ SABE RESPONDER?

A ciência está em constante construção – quantos fatos do último ano não foram remoldurados pela ciência?

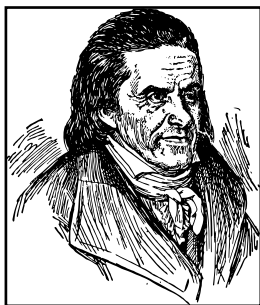
A própria invenção da vacina para Covid-19 é uma delas, pois marca o avanço da ciência e das descobertas científicas. Ao longo da história, não foi diferente: conforme a ciência apresentava progresso, as discussões sobre os conteúdos escolares e sobre como ensiná-los também sofriam revisões.

Cambi (1999) pontua que a Pedagogia é herdeira da Sociologia, assumindo a tendência de socializar o homem de acordo com modelos de sociedade. Para o autor, temos uma ideologização da pedagogia, processo oriundo da posição central da educação no reordenamento social dos grupos e das classes sociais, ou seja, “estamos diante de uma pedagogia bastante crítica em relação às estruturas da sociedade moderna” (CAMBI, 1999, p. 412).

Os autores mencionados anteriormente, bem como suas principais contribuições, têm pontos teóricos diferentes, o que também cria um embate teórico para a pedagogia. Pensadores, como Hegel, tinham um pensamento

historicista, já Herbart tendia para o realismo, embora ambos fossem contrários aos romantismos de Pestalozzi, Schiller e Fröebel.

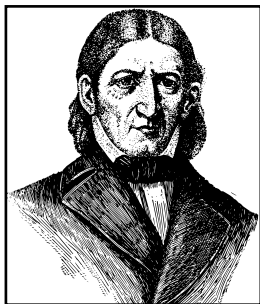
Compreenda melhor esse cenário a seguir:



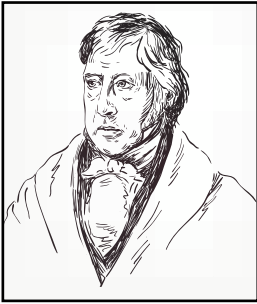
Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827): para ele, a criança se desenvolve de dentro para fora, ideia oposta à concepção de que a função do ensino é preencher os alunos com a informação. Pestalozzi defendia a natureza quanto à construção de novos conceitos de criança, família e instrução. Ele aplicou, em classe, seu princípio da educação integral, na qual o processo educativo engloba três dimensões humanas: a cabeça representa a dimensão intelectual; as mãos, a física; e, por último, o coração, a dimensão afetiva ou moral.



Johann Gottlieb Fichte (1762-1814): foi um dos criadores do movimento losóco conhecido como idealismo alemão, que desenvolveu a partir dos escritos de Immanuel Kant. Fichte é um homem para quem todo o conhecimento e toda a ciência tem que estar submetido ao serviço da ação moral. Ele foi um dos primeiros representantes do ativismo e do voluntarismo em Pedagogia, sendo o mais alto representante da educação de Estado e da escola nacional.



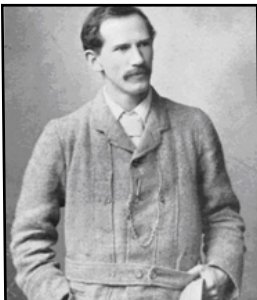
Friedrich Fröebel (1782-1852): pedagogo criador do termo “jardim de infância”. Para ele, o educando tem que ser tratado com dignidade e em um ambiente de compreensão e liberdade; o professor deve respeitar a integridade de seu aluno, sendo guia e amigo dele na orientação. Assim, o educador deve conhecer os diversos graus de desenvolvimento humano, para que possa realizar sua tarefa com êxito.


Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831):

desenvolveu o sistema chamado de idealismo absoluto, que abrangia diversas áreas como a política, a arte, a psicologia, a lousa e a religião. O Hegelismo deriva do racionalismo cartesiano e do idealismo alemão, do qual representa desfecho e uma relação mais complexa. Para Hegel, o universo é uma totalidade integrada, sujeita a um movimento gerado por sucessivas contradições, a dialética, e orientada para uma finalidade última, que equivale à realização plena de sua essência espiritual.


Johann Friedrich Herbart (1776-1841):

a partir dele, a pedagogia foi formulada como ciência, com critérios claros e definidos. A estrutura da sua teoria se baseia no funcionamento da mente, seja pelo caráter científico, seja pela psicologia, atrelada a ele como eixo central da educação. Dessa forma, nossa mente funciona com imagens, ideias ou qualquer outro tipo de manifestação psíquica. Entretanto, para qualquer doutrina pedagógica ser científica, era necessário comprová-la por experiências.


Cecil Reddie (1858-1932):

em 1889, criou a primeira escola nova, chamada de Escola Nova Abbotsholme. Seu propósito era reformular a educação dos clássicos colégios da Inglaterra, que tinham um ensino pautado nos clássicos, com disciplinas rígidas, baseados na competição individual, no abandono de atividades manuais e matérias científicas e técnicas.



John Dewey (1859-1952): teceu a Educação Nova a partir da criação das Escolas Novas, que vieram para superar as escolas chamadas de memoristas (tradicionais).

Temos um período marcado pela pluralidade de ideias e o pensamento pedagógico passa a ser difundido em todas as partes do mundo.

A propagação das tendências psicológicas, sociológicas e científicas conduziu o enfoque dado à atividade educativa e pedagógica. Dessa forma, foram concedidos novos papéis para a atuação social e política dos indivíduos, e, logo, para a formação do cidadão (MONROE, 1979).

Cambi (1999) pontua que a burguesia tinha um caráter positivista na sua imagem da sociedade, já o proletariado tinha um caráter socialista em sua visão de sociedade, isso reflete uma dicotomia, ou seja, reflete dois posicionamentos contrários, e com isso, posicionamentos diferentes também.

Seguindo essa linha de raciocínio, Saviani (2008) pontua que, ao longo do século XIX, a pedagogia moderna começou a se modelar e a atuar junto a instituições voltadas para a educação. Dessa forma, a estruturação do sistema escolar e sua administração começaram a ser reavaliados por essa pedagogia moderna. Conforme avançamos no tempo, iniciamos o questionamento do que está vigente e vamos aprimorando esses pensamentos, atrelando-os sempre com o ideal de sociedade e de homem que se pretende formar.

Cambi (1999, p. 492) destaca que houve “um crescimento social da escola, um desenvolvimento na sua organização, um papel político mais forte”. Outro ponto importante é que, com a modelação da pedagogia moderna, temos o surgimento das pedagogias experimental e científica. Para o autor, esse acontecimento é

enriquecedor, pois promove temáticas entre a filosofia e política, ao mesmo tempo que se relaciona com a antropologia e a psicologia, ou seja, o fazer docente começa a incorporar aspectos econômicos, sociais, antropológicos e psicológicos. Temos uma renovação dos conteúdos e métodos, fazendo uso de olhares voltados para o estudo científico, indutivo e experimental.

A seguir, conversaremos sobre esses paradigmas, mas, antes, é preciso que você entenda a diferença entre um paradigma e uma teoria.

Teoria é um princípio geral ou pode ser considerada um conjunto de princípios cientificamente confiáveis que explicam um fenômeno. Já um paradigma é um modelo que consiste em teorias, métodos de pesquisa, postulados etc.

Assim, tenha em mente que cada um dos paradigmas tem suas próprias teorias, métodos, representantes e pesquisas.

PARADIGMA CIENTÍFICO

Os “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p. 13).

PARADIGMA INDUTIVO

O aprendizado indutivo é um processo de aquisição de conhecimento pela extração de inferências indutivas de um educador ou de fatos providos pelo ambiente. Essa é uma das mais comuns formas de aprendizado. Como exemplo, podemos pensar nas observações de um cientista que analisa a temperatura de ebulição da água. Primeiramente, ele observa que o ponto de ebulição da água é 100 °C. Para ter certeza, o cientista realiza essa experiência diversas vezes. Ao chegar na mesma conclusão, ele determina que o ponto de ebulição da água sempre será de 100 °C. Assim, podemos notar que a conclusão obtida pelo cientista foi alcançada pela observação, ou seja, a indução. Elas, portanto, são baseadas na observação sistemática dos fatos.

PARADIGMA EXPERIMENTAL

Ocorre por uma determinada investigação, necessitando de métodos e de uma causa, constituindo, assim, o caminho para chegar ao que se quer saber, ou seja, por meio de experiências, de levantamento de situações rotineiras ao objeto de pesquisa, são estabelecidas possíveis respostas aos questionamentos.

É claro que, diante desse pluralismo de ideias e do novo debate que a pedagogia moderna causa, o século XIX foi norteado por crises e tensões. Também, nesse cenário, tivemos uma série de renovações na cultura e, com isso, as teorias, antes em voga (baseadas no positivismo ou idealismo), ficaram distantes e esquecidas para discussões.

Nessa agitação, pedagogia e educação estão unidas em todo esse contexto, brevemente levantado aqui, sendo determinantes para o surgimento e a constante renovação das correntes educativas e pedagógicas. A partir de agora, discutiremos o século XX chegando até a década de 1950.

Para Cambi (1999), as escolas novas, no século XX, eram inspiradas em ideais de participação ativa na vida social e política, atrelando isso a propostas de ensino radicais quanto à transformação e que rompiam com o modelo antigo de educação formal, disciplinar e positivista. Esse novo educador também recebeu um novo nome: educador de pedagogia ativista. Ainda, na concepção do autor, a difusão dessas escolas novas se deu, predominantemente, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, com base, de início, nas crianças para, então, reformular as técnicas e os métodos utilizados pelos educadores.

Nas escolas novas, a criança deve ter contato com o meio social, ter práticas intelectuais e, assim, terá um aprendizado melhor.

Inicialmente, essa proposta de escola nova foi discutida na Inglaterra e depois na França, na Alemanha, na Itália, na Áustria e na Espanha. Nas reflexões de Cambi (1999), as escolas novas e as novas ideologias da educação ganharam grandes proporções e estão em discussão até os dias atuais.

Nesse viés, trazemos as contribuições de Cecil Reddie, que fundamenta o ensino para que o indivíduo se torne adequado para as regras da sociedade moderna. Cambi (1999, p. 515) afirma que:



[...] a instituição formal, a escola, deve tornar-se um mundo real e prático, associando a capacidade intelectual, energia, força física, agilidade e habilidade manual. A fim de formar um cidadão capaz de cumprir com todas as exigências da sociedade e os objetivos da vida.

O trabalho do profissional da educação é de extrema importância na preparação das novas gerações. Por meio desse trabalho, as futuras gerações podem ser adequadamente preparadas, permitindo que os indivíduos se tornem mais conscientes de si mesmos. Além disso, reforça-se a ideia de que a escola deve ser um ambiente que reflita o mundo real, proporcionando experiências práticas e aplicadas, de modo a preparar os alunos não apenas teoricamente, mas também de forma prática para enfrentar os desafios da vida.

O papel do educador também se torna mais desafiador, no sentido de inovação de aula, de novas metodologias e novas práticas que provoquem e despertem os alunos para os estudos.

Eis um adendo: essa frase não remeteu você aos dias atuais? Perceba que, desde sempre, a prática pedagógica está em constante formulação e reformulação, trazendo desafios aos docentes e possibilitando o aprimoramento da forma como se ensina.

Outro aspecto que chama atenção é que essas propostas de socialização com o meio e de ativa colaboração dos alunos e entre os alunos são ações comunicativas, amplamente incentivadas pelas instituições escolares novas, promovendo uma via harmônica entre os meios e promovendo a possível integração dos indivíduos em contexto social.

Nesse sentido, é importante considerar que as escolas novas sofrem influência das relações de produção do mundo do trabalho, uma vez que afetam a qualificação e a desqualificação do trabalhador para funções específicas. As transformações no processo produtivo levam à concepção de um trabalhador

ideal, com requisitos padronizados. Nesse contexto, as instituições de ensino se relacionam com o mundo do trabalho, atendendo a uma demanda que não surge apenas no interior da sala de aula, mas no processo produtivo. Dessa forma, “[...] a escola reproduz as estruturas econômicas, culturais e sociais [...]” (PEIXOTO; SILVA, 2014, p. 77).

A pedagogia moderna no século XX faz com que surja um novo modelo pedagógico, em que a filosofia, a ciência e a pesquisa experimental ganhem espaço; logo, a educação nova consiste em uma corrente que trata de mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e dá novo sentido, um sentido ativo (LUZURIAGA, 1987). Nesse viés, John Dewey (1859-1952), **pedagogo que se tornou um grande intelectual**, em respeito às suas reflexões sobre o pensamento pedagógico e o olhar para a educação com uma forma crítica, o autor defendia a democracia e a liberdade para a maturação emocional e intelectual das crianças. Sua teoria gira em torno da reflexão e, a partir disso, temos, como resultados, novos conhecimentos.

Larroyo (1989) pontua que as escolas novas se manifestaram promovendo transformações sociais importantes, e o trabalho com atividades manuais e técnicas favoreceu a pedagogia experimental, e o estudo da base da aprendizagem e do trabalho escolar. É claro que as escolas novas não foram as únicas, ou as pioneiras, a renovar a educação, porém foram as que mais se destacaram e se consolidaram.

as escolas novas se manifestaram promovendo transformações sociais importantes

Naquela época, era comum a prática dos internatos. Ao preconizar o contato com o meio social fora do ambiente familiar, também foram criadas **homestay** ou **residência estudantil**, que eram casas onde grupos de alunos viviam e, assim, poderiam socializar suas vivências e aprendiam, também, a convivência em sociedade: “A mais importante característica das últimas escolas era a ideia de educação em comunidade, sobre a base de um regime autônomo pelo qual se governavam mestres e alunos” (LARROYO, 1989, p. 718).

Com essa nova roupagem, os processos pedagógicos vão ficando mais articulados e a finalidade pedagógica vai mudando, adquirindo a tendência de formar cidadãos críticos e conscientes, colocando-se na contramão da educação conteudista da pedagogia tradicional.

ESCOLA TRADICIONAL

o educador detém o saber, e o ensino é baseado na autoridade do professor, ou seja, o professor determina um modelo e este deve ser seguido.

ESCOLA NOVA

o aluno é o centro do processo de ensino; cabe ao educador despertar a atenção e a curiosidade de seu aluno, atuando como facilitador e mediador da aprendizagem.

A educação nova veio para transformar o pensamento pedagógico, promovendo mudanças que se iniciavam na escola e abrangeram toda a sociedade. Dando continuidade, nós veremos que, na segunda metade do século XX, a pedagogia passou por grandes transformações, tornando-se uma ciência da educação, logo, ela se transpõe de um olhar único e fechado, para um olhar amplo e aberto, um olhar como ciência da educação. Cambi (1999) pontua:



Tratou-se de uma revolução do saber educativo, colocando um ponto final ao retrocesso da pedagogia, o qual não era mais possível regredir no tempo. Com a sociedade cada vez mais dinâmica, se fez necessário a busca e aperfeiçoamento do indivíduo inovador, com formação técnica e aberto para novos saberes, capazes de enfrentar uma sociedade em evolução tecnológica, social e cultural. Porém, para formar esse ser é necessário um novo saber pedagógico, com novas experimentações, mais empírico, problemático e que esteja aberto a novos conhecimentos (CAMBI, 1999, p. 764).

A pedagogia deixa de ser algo unitário e, assim, se gestam disciplinas auxiliares que são construtivas do saber pedagógico. Com o exercício reflexivo, temos a filosofia desenvolvendo um papel político, social e cultural, então, uma multiplicidade de saberes. Cambi (1999) pontua que a pedagogia é transcrita como ciência da educação e que, a partir dessa reflexão, poderemos enfrentar os problemas que existem hoje na educação.

**a pedagogia é
transcrita como
ciência da educação**

Podemos compreender que a pedagogia transcende sua forma unitária e se desdobra em diversos saberes, que contribuem para a construção do saber pedagógico. Por meio dessa compreensão, podemos buscar soluções mais assertivas para os problemas atuais da educação, proporcionando uma formação mais significativa e impactante para os indivíduos e a sociedade como um todo.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Como isso impacta a rotina do professor?

Diante da multiplicidade de saberes, da reflexão e da autorreflexão, o professor deixa de ser o protagonista e o aluno passa a assumir esse papel. Ao nos apoiarmos em experiências empíricas, temos uma pedagogia que vive estreitamente ligada e relacionada com a prática. A partir desse ponto, adentramos nas ideias pedagógicas que estiveram presentes em nosso país de 1969 até meados de 2001, período que pode ser subdividido em três, como veremos a seguir.

No **primeiro período (1969 até 1980)**, aconteceu o debate intenso da pedagogia tecnicista de maneira concomitante ao período do regime militar. Tem-se uma quebra do elo da educação com o contexto social, cabia ao aluno assimilar passivamente os conteúdos transmitidos pelo educador, diferenciando-se da concepção anterior da Educação Nova. A pedagogia tecnicista é uma linha de ensino que privilegiava a tecnologia educacional. A tecnologia é a protagonista e educadores e alunos são executores de projetos.



No pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2008, p. 379).

O **segundo período** (1980 a 1991) denota o estudo das experiências pedagógicas iniciadas pelas pedagogias críticas, denominadas de ensaios contra-hegemônicos.

A **pedagogia crítica** é uma filosofia educacional, um movimento educacional que priorizava a consciência de liberdade, o reconhecimento de tendências autoritárias e a reflexão de unir o conhecimento ao poder e a habilidade de tomar atitudes significativas. Com todo esse viés, surgem entidades nesse processo de luta dos educadores, por exemplo, a Associação Nacional de Educação (ANDE), da qual surge a Revista da ANDE (que se propõe a discutir e disseminar esses debates de forma democrática e engajada na defesa da escola pública); a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) (BRANDÃO, 1986).

VOCÊ SABE RESPONDER?

Por que essas entidades são importantes?

A produção científica é base de todo conhecimento

Porque elas significam estudos voltados para a área da educação, legitimam a pedagogia, enquanto ciência da educação, e possibilitam pesquisas de campo e a construção de teorias pedagógicas. Essas entidades e outras que surgiram consolidam a produção científica comprometida com a construção de uma escola pública e de qualidade. A produção científica é base de todo conhecimento, a partir dessas associações, revistas científicas foram desmembradas e difundiram seus estudos e resultados.



**EU INDICO**

Que tal conhecer mais sobre entidades importantes? Navegue pelos sites das entidades e aproxime essa relação:

1. Revista da Associação Nacional de Educação (ANDE)
2. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)
3. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)

Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.

Tudo isso também está atrelado às mobilizações de educadores que ocorreram em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, desde 1982, e, também, à mudança no termo “classe” para povo.

Não é novidade o que debatemos desde o início deste tema: educação reflete o ideal de homem que se pretende formar em sociedade, e a escola responde ao ideal de cidadão que uma sociedade deseja formar.

Logo, a educação e as teorias, gestadas pelos educadores, refletem também o ideal que governantes daquela época pensavam e exigiam da sociedade.

Os acontecimentos políticos e históricos, que fizeram parte da história do nosso país, marcaram, direta ou indiretamente, a educação brasileira e é fato que esses eventos sempre estiveram presentes no pensamento de Dermeval Saviani, idealizador e defensor da chamada **Pedagogia Histórico-Crítica**.



Saviani vivenciou um período de intensas mudanças em nosso país, sobretudo, nesse segundo período. O autor se tornou uma referência na análise crítica da educação brasileira, tendo se dedicado a analisar as ideias pedagógicas e suas reflexões no dia a dia escolar. Sua idealização, a pedagogia histórico-crítica, tem, como essência, a defesa de um processo de ensino-aprendizagem comprometido com o saber historicamente produzido. Para ele, a prática educacional está inserida em um processo político-social e deve ser pensada como uma ação sob uma ótica global.



A prática social põe-se, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí ocorre um método pedagógico que parte da prática social em que o professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e no encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social. Aos momentos intermediários do método cabe identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos educandos (catarse) (SAVIANI, 2012, p. 420).

Saviani (2012) pontua que sua teoria é uma forma de resistência à onda neo-conservadora (tendência política de direita que surgiu no século XX nos Estados Unidos, que defende o livre mercado e a proteção de interesses externos do Estado por meios militares, por exemplo). Em consonância, outros autores contribuem com sua teoria, como José Luiz Gasparin.

O **terceiro e último período** (1991 e 2001) foi marcado pela transição do Fordismo pelo Toyotismo. Alves (2008) pontua que as ideias pedagógicas, no Brasil, despontam no neoprodutivismo, nova versão da teoria do capital, que acaba lançando a pedagogia da exclusão.

É, nesse terceiro período, que temos o **neoescolanovismo**, com a bandeira do aprender a aprender, e o neoconstrutivismo, com a concepção psicológica do aprender como atividade construtiva do aluno. Logo, o **neoescolanovismo é uma concepção de educação, que trata a educação como algo que deve ser desenvolvido ao longo da vida**, respondendo aos desafios da realidade social e das

transformações sociais. O neoconstrutivismo possui elo com a teoria da educação reflexiva e com a pedagogia das competências, trabalha com a realidade, com índices perceptivos e sinais motores (GADOTTI, 2000).



APROFUNDANDO

Fordismo é um termo criado por Henry Ford, em 1914, e se refere aos sistemas de produção em massa (linha de produção). Toyotismo é conhecido como uma acumulação flexível, modelo criado por Eiji Toyota e difundido pelo mundo a partir de 1970. Vale lembrar que Eiji implementou seu modelo de produção na sua fábrica da Toyota, que, com o sucesso, despontou no decorrer do mundo. Já o neoprodutivismo é o conceito que dá destaque às capacidades e às competências que cada pessoa deve adquirir para atuar no mercado educacional.

pedagogia da qualidade total, em que se pensa na escola sob um viés empresarial

Dessa forma, temos um movimento de reorganização da escola, para que ela atinja bons resultados com os seus recursos. Nesse viés, temos instrumentos como: pedagogia da qualidade total, em que se pensa na escola sob um viés empresarial e, então, se gesta sua organização; e pedagogia corporativa, que prevê a atuação do pedagogo para além dos muros da escola. Temos uma lógica de mercado e, por isso, Saviani (2008) utiliza duas expressões que ilustram os resultados dessas iniciativas:



Exclusão includente: acontece na área do mercado de trabalho, por meio de ações que levam à exclusão do trabalhador do trabalho formal, e reincluídos na informalidade ou na submissão e exploração. O trabalhador é, então, exonerado, perdendo todos os seus direitos previdenciários e trabalhistas, e excluído, volta a ser incluído de forma subalterna e precária, ou seja, num mercado informal. Inclusão excludente: acontece no campo pedagógico-escolar, por meio da inclusão de alunos em cursos de diversas modalidades e níveis, porém sem qualidade para torná-los aptos a atuar no mercado de trabalho. Exemplos disso, são cursos

rápidos e supletivos que se preocupam em apenas formar simples empregáveis para o mercado de trabalho. Diante da exigibilidade do mercado trabalhista, esses indivíduos acabam sendo excluídos da cadeia produtiva (SAVIANI, 2008, s. p.).

Saviani (2008) conclui que a educação precisa reestruturar suas práticas pedagógicas, de modo que não atenda mais aos interesses do mercado capitalista, pois estes deixam de privilegiar a formação integral do ser humano, logo, a educação deve preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, mas também para a vida em sociedade.

Quanto a essa marginalidade da escolarização, as teorias da educação são classificadas em dois grupos. No primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, logo, uma possibilidade de superação da marginalidade. No segundo, estão as teorias que entendem a educação como um instrumento da discriminação social, logo, um fator de marginalização. Para o primeiro grupo, a sociedade é concebida como harmoniosa em sua essência, tendendo sempre a integrar seus membros. **A marginalidade é um fenômeno acidental**, que afeta individualmente seus membros, constituindo-se um desvio que não só pode como deve ser corrigida. É, nessa correção, que a educação aparece – ela é o instrumento de correção, é a força de homogeneização, que reforça os laços sociais e que garante a integração de todos os indivíduos no corpo social. Em outras palavras, enquanto a marginalização existir, deve-se intensificar esforços educativos e, quando superada, manter esses esforços em um nível suficiente que impeça o reaparecimento do problema da marginalidade.

A educação, então, nessa concepção, tem o papel decisivo de evitar a segregação, garantindo a construção de uma sociedade igualitária. No segundo grupo de teorias, a concepção de sociedade é fortemente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas, e estes grupos e classes se relacionam na base da força, relacionando-se com as condições da vida material. Logo, a marginalidade é algo inerente, pois é algo próprio da sociedade, porque o grupo que detém maior força é o dominante e se apropria dos resultados da produção social, tendendo a relegar os demais a condições de marginalizados.

**a educação
é totalmente
dependente da
estrutura social**

Nesse sentido, a educação é totalmente dependente da estrutura social, e a estrutura social é a geradora da marginalidade, cumprindo aí a função de dominação e legitimação da marginalização. Para tanto, a educação não é instrumento de superação da marginalização, sendo incluído como um fator que a favorece, pois ela somente reproduz a marginalidade no âmbito escolar.

Então, como chamamos as teorias do primeiro e do segundo grupo? Como as separamos? Saviani (2012) denomina as do primeiro grupo (educação como possibilidade de superação da marginalidade) como teorias não críticas, já que encaram a educação como autônoma à sociedade e estudam a educação a partir dela mesma. Em contrário, as teorias do segundo grupo (educação como um instrumento da marginalização) são críticas, uma vez que buscam compreender a educação considerando sua estrutura socioeconômica. Contudo, Saviani (2012) afirma que essas teorias críticas entendem que a função básica da educação é a reprodução da sociedade e, então, são denominadas, por ele, de teorias crítico-reprodutivistas.

NOVOS DESAFIOS

Tudo o que vimos faz relação com tudo que ainda veremos. É fato que temos que privilegiar a formação integral humana, mas é inegável que ainda vivenciamos situações de negligência e discriminação de alunos com deficiência.

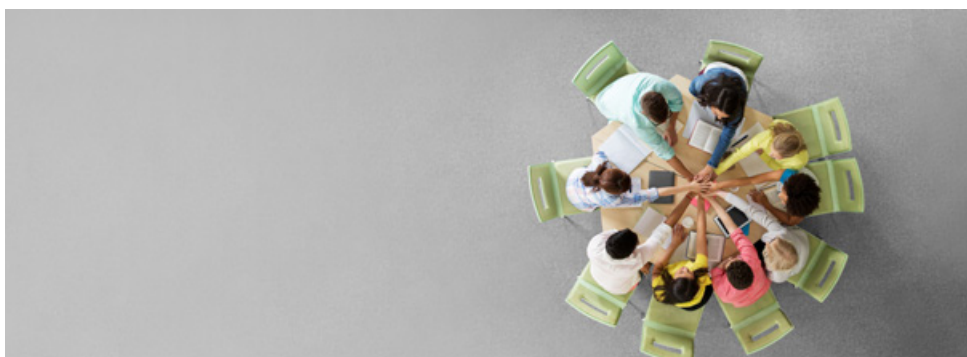
Diante da evolução e da transformação contínua da sociedade e da educação, é de extrema relevância que continuemos refletindo: por que ainda persiste a segregação? Diante das últimas conquistas, espera-se que as pessoas tenham alcançado um nível mais elevado de consciência e progresso, o que naturalmente levaria a uma maior inclusão social. No entanto, apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios em tornar a inclusão uma realidade efetiva nos dias atuais.

Refletir sobre o nosso papel, diante dessa questão, é essencial para promover mudanças significativas. De maneira individual, seja na condição de educador, aluno, líder comunitário ou cidadão, faz-se necessário compreender a

importância da inclusão, agir com empatia e respeito às diferenças, e trabalhar incansavelmente para eliminar as barreiras que perpetuam a segregação. Somente assim poderemos criar uma sociedade mais justa, equitativa e verdadeiramente inclusiva para todos.

As questões que trouxemos, anteriormente, lançam de imediato, em nossos rostos, a realidade: a escola é um local de marginalidade, ela ainda se apresenta com olhares de segregação. Pessoas com deficiência vivenciam casos de negligência ou discriminação diariamente. É o professor que tem condições de auxiliar nesse processo e, principalmente, são as teorias pedagógicas que o auxiliam.

Por fim, podemos dizer que cada grupo explica a marginalidade de determinada maneira, e essa explicação está novamente relacionada com o ideal de homem que se pretende formar e a sociedade na qual ele está inserido – tenha sempre isso em mente.



VAMOS PRATICAR

1. A escola tradicional e a escola nova são duas abordagens educacionais distintas, que surgiram em momentos diferentes e com propósitos divergentes. A escola tradicional, também conhecida como educação tradicional, prevaleceu por muitos anos e é caracterizada por uma estrutura rígida, com ênfase na transmissão de conhecimento de forma hierárquica e disciplinada. Nesse modelo, o professor é o detentor do conhecimento, enquanto os alunos são receptores passivos, seguindo um currículo preestabelecido e sendo avaliados por meio de provas e exames.

Por outro lado, a escola nova surgiu como um movimento educacional no século XX, com o objetivo de romper com os paradigmas da educação tradicional. A abordagem da escola nova valoriza a participação ativa do aluno, buscando desenvolver sua autonomia, criatividade e senso crítico. Nesse modelo, o aluno é considerado um sujeito ativo na construção do conhecimento, e o professor exerce o papel de facilitador, estimulando o interesse e a curiosidade dos estudantes.

Enquanto a escola tradicional enfatiza a memorização e a repetição de conteúdos, a escola nova busca promover a aprendizagem significativa, relacionando os conteúdos com a realidade e os interesses dos alunos. Além disso, a escola nova valoriza a interdisciplinaridade, a experimentação, o trabalho em grupo e a participação democrática no ambiente escolar (LOMBARDI; MELLO; CUNHA, 2015).

Fonte: LOMBARDI, J. C.; MELLO, G. P.; CUNHA, F. A. F. da. Escola Nova: um debate sobre o passado para entender o presente. **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 31, p. 15-32, jul./dez. 2015.

Discorra sobre os impactos da abordagem da escola nova na educação inclusiva de pessoas com deficiência.

VAMOS PRATICAR

2. A escola tradicional é caracterizada por um modelo mais conservador, centrado na transmissão de conhecimentos pelo professor, com foco na memorização e na reprodução de informações. A aula expositiva, os métodos de ensino direto e a avaliação, baseada em provas e testes, são características comuns dessa abordagem.

Por outro lado, a escola nova propõe uma abordagem mais progressista e centrada no aluno. Ela enfatiza a participação ativa dos estudantes, a construção do conhecimento e a autonomia. Na escola nova, o professor assume o papel de mediador, estimulando a criatividade, a curiosidade e o pensamento crítico dos alunos. A aprendizagem é baseada em projetos, atividades práticas, discussões e interações entre os estudantes (LIBÂNEO, 2013).

Fonte: LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Explique as principais diferenças entre a abordagem da escola nova e da escola tradicional na educação.

3. A pedagogia histórico-crítica é uma abordagem educacional que busca a transformação da realidade social, por meio da educação. Essa perspectiva pedagógica se baseia na compreensão de que a educação é um instrumento de emancipação humana e de superação das desigualdades sociais.

De acordo com Saviani (2017), a pedagogia histórico-crítica propõe que a educação seja capaz de promover a transformação da realidade, tanto social quanto individual. Nesse sentido, a inclusão de pessoas com deficiência na escola requer a adoção de práticas pedagógicas que considerem as necessidades específicas de cada aluno, levando em conta suas potencialidades e limitações.

Além disso, a pedagogia histórico-crítica propõe a superação das barreiras atitudinais e estruturais que podem impedir a inclusão plena de pessoas com deficiência na escola. Isso implica promover a sensibilização e a conscientização de todos os envolvidos no processo educacional, bem como garantir a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica.

Fonte: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

VAMOS PRATICAR

Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, como deve ser a educação voltada a pessoas com deficiência?

- a) Deve ser baseada na segregação e na exclusão dos alunos com deficiência.
 - b) Deve ser centrada na padronização e na uniformidade, ignorando as necessidades individuais.
 - c) Deve ser inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades e respeitando as diferenças individuais.
 - d) Deve ser baseada em atividades práticas e lúdicas, sem foco no aprendizado acadêmico.
 - e) Deve ser voltada, exclusivamente, para a reabilitação física e médica dos alunos com deficiência.
4. No contexto da inclusão de pessoas com deficiência na escola, a pedagogia histórico-crítica desempenha um papel fundamental. Seguindo os princípios dessa abordagem, a inclusão não se restringe à mera presença do aluno com deficiência na sala de aula, mas, sim, à garantia de igualdade de oportunidades e à valorização das diferenças individuais.

A pedagogia histórico-crítica enfatiza a importância da mediação do professor no processo educativo. O professor, nessa abordagem, assume um papel de mediador, promovendo a aprendizagem por meio da problematização, da reflexão crítica e da busca pelo conhecimento. Dessa forma, o professor deve estar preparado para atender às demandas dos alunos com deficiência, adaptando os conteúdos e as estratégias de ensino de acordo com suas necessidades individuais.

Dessa forma, a pedagogia histórico-crítica se apresenta como uma abordagem pedagógica comprometida com a inclusão de pessoas com deficiência na escola, buscando garantir a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e o desenvolvimento pleno de cada aluno (SAVIANI, 2017).

Fonte: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

VAMOS PRATICAR

Qual é o papel do professor na pedagogia histórico-crítica no contexto inclusivo?

- a) O professor deve excluir os alunos com deficiência das atividades educacionais.
- b) O professor deve tratar os alunos com deficiência de forma diferenciada, sem estabelecer expectativas de aprendizado.
- c) O professor deve adaptar os conteúdos e as estratégias de ensino, buscando atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência.
- d) O professor deve encaminhar os alunos com deficiência para escolas especializadas, afastando-os do convívio com os demais alunos.
- e) O professor não possui um papel relevante na educação de alunos com deficiência.

5. A pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Dermeval Saviani, é fundamentada na perspectiva marxista e busca estabelecer uma relação dialética entre educação e transformação social. Essa abordagem pedagógica reconhece a influência das estruturas sociais na prática educativa e busca superar a visão ingênua de que a educação é um mero reflexo da realidade (SAVIANI, 2017).

Fonte: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

Considerando a pedagogia histórico-crítica, identifique as afirmativas corretas:

- I - A pedagogia histórico-crítica não considera a relação entre educação e transformação social.
- II - A pedagogia histórico-crítica busca a conscientização crítica dos estudantes.
- III - A pedagogia histórico-crítica valoriza a organização coletiva.
- IV - A pedagogia histórico-crítica defende que a educação é um mero reflexo da realidade.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

BRANDÃO, C. R. **Educação Popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, abr./jun., 2000.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LARROYO, F. **História Geral da Pedagogia**. São Paulo: Austre joy, 1989.

LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

MONROE, P. **História da Educação**. Nova tradução e notas de Idel Becker. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PEIXOTO FILHO, J. P.; SILVA, C. R. C. Inter-Relações entre Trabalho, Educação Profissional e Desenvolvimento. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 71-85, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/9343/6689/26995>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2012.

GABARITO

1. A abordagem da escola nova teve importantes impactos na educação inclusiva de pessoas com deficiência. Ao valorizar a participação ativa do aluno, a abordagem da escola nova abriu espaço para a inclusão e a valorização das diferenças individuais, incluindo as pessoas com deficiência.

A escola nova propôs a criação de ambientes educacionais mais flexíveis, que se adaptam às necessidades individuais dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência. Por meio de estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos adaptados e uma abordagem centrada no aluno, a escola nova proporcionou uma educação mais inclusiva, buscando garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações, tivessem acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, enfatiza a interação social e o trabalho em grupo, promovendo a valorização da diversidade e a convivência entre os alunos. Essa interação social inclusiva permite que as pessoas com deficiência sejam inseridas em um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual podem interagir e aprender com os colegas, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Dessa forma, tem sido um importante apoio para a educação inclusiva de pessoas com deficiência, ao buscar superar barreiras, promover a igualdade de oportunidades e valorizar a participação de todos os alunos no processo educativo.

2. A principal diferença entre a escola nova e a escola tradicional está na concepção de ensino-aprendizagem e no papel do professor e dos alunos. A escola tradicional adota uma abordagem mais tradicional, centrada no professor e na transmissão de conhecimentos, com ênfase na memorização. Já a escola nova propõe uma abordagem mais progressista, centrada no aluno, com ênfase na participação ativa, na construção do conhecimento e no desenvolvimento da autonomia.
3. Opção C. De acordo com a abordagem, a educação deve ser inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades e respeitando as diferenças individuais. Essa abordagem pedagógica busca promover uma educação que considere as particularidades de cada aluno, valorizando suas habilidades e suas necessidades, e proporcionando um ambiente que permita a todos desenvolverem seu potencial máximo.

GABARITO

4. Opção C. Segundo Saviani (2017), na pedagogia histórico-crítica, é fundamental que o professor adapte os conteúdos e as estratégias de ensino, considerando as particularidades de cada aluno, incluindo aqueles com deficiência. Essa adaptação visa a garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento e possam participar ativamente das atividades educacionais.

Ao adaptar os conteúdos e as estratégias de ensino, o professor promove a inclusão e a equidade, buscando atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência. Isso implica oferecer recursos e suportes pedagógicos adequados, proporcionando oportunidades de aprendizado e participação plena na sala de aula.

5. Opção B. Essa abordagem pedagógica busca promover a conscientização crítica dos estudantes, estimulando-os a refletir sobre a realidade social e a compreender as relações de poder presentes na sociedade. Além disso, a pedagogia histórico-crítica valoriza a organização coletiva como uma forma de engajamento e transformação social, reconhecendo a importância da participação conjunta dos indivíduos na busca por mudanças.



TEMA DE APRENDIZAGEM 6

A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

MINHAS METAS

- Compreender as contribuições de Vygotsky para o trabalho com pessoas com deficiência e o papel do indivíduo na sociedade.
- Explorar a teoria histórico-cultural e a defectologia de Vygotsky como base para o trabalho com pessoas com deficiência.
- Refletir sobre as possibilidades de trabalho na escola em relação às pessoas com deficiência.
- Reconhecer a importância de alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais, para que a aprendizagem seja significativa e satisfatória.
- Compreender e identificar as potencialidades das crianças com deficiência e construir estratégias de aprendizagem que superem as barreiras impostas pela deficiência.

INICIE SUA JORNADA

Veremos que as contribuições de Lev Vygotsky têm uma relevância significativa quando se trata da educação de pessoas com deficiência. Vygotsky defendia que o desenvolvimento humano é fortemente influenciado pelo ambiente social e cultural. A perspectiva de Vygotsky, na educação, ressalta a importância da colaboração, da valorização das diferenças e do reconhecimento do papel ativo do aluno na construção do conhecimento.

As ideias de Vygotsky são especialmente relevantes quando consideramos que, diariamente, pessoas com deficiência sofrem alguma situação de agressão, seja física, verbal ou emocional. Esses episódios de discriminação e violência são uma triste realidade para muitos indivíduos. É alarmante constatar que a inclusão e o respeito ainda são desafios persistentes em nossa sociedade, reforçando a necessidade de ações concretas para combater essas injustiças e promover a igualdade de direitos para todos.

Mediante a esses fatos, faz-se urgente refletir sobre a formação de professores, visto que estes desempenham um papel fundamental na promoção de um ambiente escolar seguro, inclusivo e livre de violência. É essencial que os educadores recebam uma formação adequada e abrangente, que os capacite a lidar, de forma efetiva, com as necessidades e os desafios específicos apresentados por alunos com deficiência.

A formação dos professores deve abordar temas como inclusão, diversidade e estratégias de prevenção e intervenção em casos de bullying. Além disso, é fundamental que os educadores tenham acesso a recursos, orientações e apoio contínuo para desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para criar um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Investir na formação dos professores é um passo essencial para promover uma educação mais justa, igualitária e respeitosa para todos.

É essencial refletirmos sobre o tipo de trabalho que desejamos e somos capazes de realizar na escola. Além disso, precisamos analisar se estamos buscando a manutenção das dificuldades ou a exploração de novas possibilidades de acesso, por meio de soluções individualizadas e coletivas para a educação de todos os alunos. Essas reflexões são fundamentais para orientar nossos esforços em direção a uma educação inclusiva e equitativa.

VAMOS RECORDAR?

Refletir sobre a inclusão e o poder transformador da educação é uma prática constante na vida do professor. Descubra como a arte e a determinação podem superar barreiras e abrir caminhos para a realização de sonhos. *Tamara* é um curta-metragem inspirador sobre uma menina surda em busca de seu sonho de se tornar bailarina. Prepare-se para se emocionar e repensar sua prática educacional. Junte-se a nós nessa jornada de descoberta e empoderamento! Seja a mudança na vida dos seus alunos! **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

LEV VYGOTSKY: O PENSADOR POR TRÁS DA APRENDIZAGEM SOCIOCONSTRUTIVISTA

Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1934), sendo o sobrenome também transliterado como Vygotski ou Vigotsky – e, como já reforçado, optamos por utilizar sempre Vygotsky –, foi um psicólogo de formação que nasceu na Bielorrússia. De família judia, formou-se em Direito, em 1918, e, durante esse curso, também estudou História e Filosofia.

Diferentemente de Piaget, que teve uma vida longa e dedicada aos estudos, Vygotsky faleceu muito cedo, aos 37 anos de idade, vítima de tuberculose. Como muitos de seus escritos ainda não haviam sido concluídos, inúmeros autores continuaram a partir de suas reflexões, como Leontiev e Luria, por exemplo, e muitos se dedicaram às traduções de seus escritos em russo para o mundo.



**EU INDICO**

Faça um mergulho emocionante na teoria histórico-cultural, por meio da história de Vygotsky, narrada pelas vozes de Mirhail Grigorievitch Iarochovski e Guita Lvovna Vigovskaya. Com imagens envolventes de época e menção à censura de suas obras, este documentário emocionante não apenas cativará os admiradores de Vygotsky, mas também aqueles interessados na história da União Soviética. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

No tocante às traduções para o português, são inegáveis as contribuições do trabalho de Zoia Prestes, inclusive tendo se preocupado em demonstrar os equívocos na tradução de alguns conceitos da obra de Vygotsky que acabam deturpando sua compreensão no Brasil. Zoia foi à Rússia e entrevistou familiares de Vygotsky e Leontiev, teve acesso aos materiais escritos na língua russa, conferiu edições das obras publicadas em diferentes línguas e imergiu no contexto em que Vygotsky desenvolveu o seu pensamento.

**APROFUNDANDO**

Zoia Prestes foi uma importante historiadora e escritora brasileira, nascida em 1942, filha de Luís Carlos Prestes, um renomado líder comunista, e Olga Benário, militante comunista alemã. Zoia carregou um legado familiar marcado pela luta política. Ao longo de sua vida, dedicou-se à pesquisa, à produção acadêmica e, parte de seus estudos, ao trabalho de Lev Vygotsky. Ao examinar as ideias de Vygotsky, Zoia Prestes ampliou a compreensão do legado deixado por esse grande pensador e contribuiu para a divulgação de suas teorias no campo educacional, enriquecendo a prática pedagógica com abordagens mais inclusivas e contextualizadas. O trabalho de Zoia Prestes sobre Vygotsky perpetua o impacto duradouro desses estudos na educação contemporânea.

Nos escritos de Prestes (2012), um trecho de uma entrevista de Guita, filha de Vygotsky, relata que muitos dos escritos do pai podem ter se perdido:



Os principais trabalhos (de Vygotsky) foram conservados em manuscritos. Permaneceram sem ser mexidos em dois armários de livros no nosso quarto. Assim, foi até o início da Guerra

(Guita refere-se à II Guerra Mundial). Durante a Guerra, nosso prédio sofreu com bombardeios (uma bomba caiu no prédio ao lado) e, com a explosão, quebrou os vidros das janelas do prédio e arrebentou a porta de entrada do nosso apartamento que se localizava no primeiro andar e ficou durante 10 dias sem janelas e portas (não estávamos em Moscou). Quando retornamos com nossa mãe e entramos no apartamento, fomos obrigadas a parar na entrada, pois todo chão do corredor estava coberto por páginas de manuscritos. Esforçamo-nos ao máximo para não pisar nas folhas jogadas. Juntamos uma a uma... muitos livros (e pode ser que até mesmo manuscritos) se perderam; podem ter sido levados ou usados como combustíveis para aquecimento (VIGODSKAIA *apud* PRESTES, 2012, p. 111).

Alicerçando sua pesquisa nas experiências da formação de professores, Vygotsky se dedicou ao estudo de distúrbios de aprendizagem e de linguagem, incluindo o olhar voltado para as pessoas com deficiência congênita – quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, isto é, durante a fase intrauterina – e adquirida – quando ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações (BRASIL, 2006). A carreira desse autor iniciou muito cedo e esteve permeada pelo contexto da Revolução Russa, uma série de eventos políticos na Rússia, que, após a eliminação da autocracia russa e depois do Governo Provisório, resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique, cujo resultado desse processo foi a criação da União Soviética, que durou até 1991.

A CONTRIBUIÇÃO DE LEV VYGOTSKY PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No tocante à educação especial, já em 1922, Vygotsky publicou um estudo sobre métodos de ensino, iniciando seu interesse para o trabalho com crianças com deficiências, como cegueira, surdez e deficiência intelectual. Conforme reflete Coelho e Pisoni (2012), a criança nasce com as funções psicológicas fundamentais e:



[...] somente a partir do aprendizado da cultura, estas funções transformam-se em funções psicológicas superiores, sendo estas o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e do espaço presente (COELHO; PISONI, 2012, p. 145).

Portanto, a evolução do psiquismo humano é interposta pelo outro, que indica, direciona e atribui significado à realidade.

Para Vygotsky, a interação com outras pessoas e o acesso a estímulos adequados são fundamentais para promover o crescimento cognitivo e o aprendizado. Nesse sentido, a abordagem vygotskiana destaca a importância de oferecer suporte e mediação aos alunos com deficiência, para que possam superar as barreiras e alcançar seu máximo potencial. Com base em estratégias de ensino que considerem as necessidades individuais e promovam a interação social, é possível criar um ambiente inclusivo e estimulante, favorecendo o desenvolvimento intelectual e emocional das pessoas com deficiência.



Dessa forma, membros imaturos da espécie humana vão aos poucos se apropriando dos modos de funcionamento psicológicos, comportamento e cultura. Neste caso, podemos citar a importância da inclusão de fato, onde as crianças com alguma deficiência interajam com crianças que estejam com desenvolvimento além, realizando a troca de saberes e experiências, onde ambos passam a aprender juntos (COELHO; PISONI, 2012, p. 146).

Vygotsky descreveu teses que se empenharam na descrição da relação do indivíduo com a sociedade. Dessa maneira, quando o homem converte o meio em que vive, na busca do atendimento das suas necessidades básicas, ele transforma a si mesmo. Veja mais a seguir:

1ª TESE

Vygotsky defende a educação inclusiva e a acessibilidade para todos. Devido ao processo criativo que envolve o domínio da natureza, o emprego de ferramentas e instrumentos, o homem pode ter uma ação indireta e planejada, tendo ou não deficiência. Pessoas com deficiência auditiva, visual e outras podem ter um alto nível de desenvolvimento e, dessa forma, a escola deve permitir que dominem e depois superem seus saberes do cotidiano. As crianças com cegueira podem alcançar o mesmo desenvolvimento de uma criança comum, só que de modo diferente, por outra via, sendo muito importante, para o professor, conhecer essa peculiaridade – a lei da compensação. O limite biológico não é o que determina o não desenvolvimento do surdo ou do cego; a sociedade, sim, é quem vem criando esses limites para que os deficientes não se desenvolvam totalmente.

2ª TESE

Refere-se à origem cultural das funções psíquicas, que se originam nas relações do indivíduo e seu contexto social e cultural. Isso mostra que a cultura é parte constitutiva da natureza humana. O desenvolvimento mental humano não é passivo nem tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida. O desenvolvimento mental da criança é um processo contínuo de aquisições, desenvolvimento intelectual e linguístico relacionado à fala interior e ao pensamento. Impondo estruturas superiores, ao saber de novos conceitos, evita-se que a criança tenha que reestruturar todos os conceitos que já possui. Vygotsky tinha, como objetivo, constatar como as funções psicológicas, como a memória, a atenção, a percepção e o pensamento, aparecem primeiro na forma primária para, posteriormente, aparecerem em formas superiores. Assim, é possível perceber a importante distinção realizada entre as funções elementares (comuns aos animais e aos humanos) e as funções psicológicas superiores (especificamente vinculada aos seres humanos).

3ª TESE

Refere-se à base biológica do funcionamento psicológico: o cérebro é o órgão principal da atividade mental, sendo entendido como um sistema aberto, cuja estrutura e funcionamento são moldados ao longo da história, podendo mudar sem que haja transformações físicas no órgão.

4ª TESE

Faz referência à característica da mediação presente em toda a vida humana, na qual usamos instrumentos e signos para fazer mediação entre seres humanos e destes com o mundo. A linguagem é um signo mediador por excelência e, por isso, Vygotsky confere-lhe um papel de destaque no processo de pensamento, sendo uma capacidade exclusiva da humanidade. Por meio da fala, podemos organizar as atividades práticas e as funções psicológicas. As pesquisas de Vygotsky foram realizadas com a criança na fase em que ela começa a desenvolver a fala, pois se acreditava que com a prática, ou seja, na coletividade, é que a pessoa se aproveita da linguagem e dos objetos físicos disponíveis em sua cultura, promovendo, assim, seu desenvolvimento, dando ênfase aos conhecimentos histórico-culturais, conhecimentos produzidos e já existentes em seu cotidiano.

VYGOTSKY E A CONSTRUÇÃO DA LINGUAGEM E PENSAMENTO

É por meio das palavras que o pensamento ganha existência – logo, o desenvolvimento da linguagem implica o desenvolvimento do pensamento. Para Vygotsky, a linguagem é decisiva na estrutura do pensamento e é a ferramenta básica na construção do conhecimento.

“A linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto de conhecimento” (FOSSILE, 2010, p. 71). Dessa forma, cabe ao educador mediar e auxiliar a criança, sendo que a linguagem possui duas funções básicas: intercâmbio social e pensamento generalizante – estudante, você gostaria de ver exemplos?

A função de intercâmbio social é extremamente visível nos bebês, uma vez que, por meio de gestos, sons e expressões, eles demonstram seus sentimentos e suas necessidades. Nessas ações, a linguagem, ainda que não seja intelectual, é uma ferramenta de intercâmbio social.

A função do pensamento generalizante pode ser exemplificada, por exemplo, quando você escuta a palavra “vaca”. Apostamos que, independentemente de comer carne ou não, seu pensamento classificou a palavra à categoria de animais e trouxe uma imagem de uma vaca à mente (a segunda aposta é que, provavelmente, a imagem que veio à mente é de uma vaca malhada). Nesse ponto, a linguagem representou um pensamento generalizante, abriu-se uma gaveta na

sua mente, a partir dessa linguagem, para outros conteúdos, como os animais, a imagem da vaca, o leite, os alimentos feitos com leite e tantas outras associações que o nosso cérebro pode fazer.

Outra questão interessante para refletirmos é sobre a fala privada, que é a fala consigo mesmo. Vygotsky (1987) a considerava uma ligação entre a linguagem e o pensamento, e, conforme essa fala privada se desenvolve, a criança consegue ser capaz de se orientar e dominar suas ações. Seria um gatilho, por exemplo, aquela voz interior que nos lembra sobre não pôr a mão sobre o fogo, os dedos na tomada etc.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Quais seriam os pilares básicos da teoria de Vygotsky?

Stadler *et al.* (2004) refletem que:

1. As funções psicológicas que têm um suporte biológico, pois são produtos da atividade cerebral. O cérebro é um sistema aberto, pois é mutável. Suas estruturas são moldadas ao longo da história do homem e de seu desenvolvimento individual.
2. O funcionamento psicológico tem como base as relações sociais, dentro de um contexto histórico.
3. A cultura é parte essencial do processo de construção da natureza humana.
4. A relação homem-mundo é uma relação mediada por sistemas simbólicos. Entre o homem e o mundo existem elementos mediadores – ferramentas auxiliares da atividade humana. Para Vygotsky, as funções psicológicas superiores (ações e pensamentos inteligentes que só encontramos no homem, como pensar, refletir, organizar, categorizar, generalizar, entre outros) são construídas ao longo da história social do homem (STADLER *et al.*, 2004, p. 20).

A quarta tese, que trata da mediação, aponta que nós, seres humanos, não temos um contato direto com os objetos, e, sim, uma mediação, por meio de um conhecimento, de uma experiência, ou seja, a interação é mediada por várias relações. A mediação, um dos conceitos centrais da obra de Vygotsky, é a intervenção de um elemento intermediário em uma relação. Para ele, existem dois elementos mediadores: instrumentos e signos, sendo que ambos oferecem suporte para que a criança viva em sociedade.

Instrumento é todo objeto externo criado pelo homem e que tem a intenção de facilitar seu trabalho e sua sobrevivência.

Signos são instrumentos internos, psicológicos, que auxiliam o homem.

Elaborar uma lista mental do que se deseja comprar em um supermercado significa criar signos, ou seja, um instrumento psicológico para auxiliar, mais tarde, na ação das compras.

Outro exemplo, no meio educacional, quando uma criança está desenhando em um quadro e, ao darmos um giz, um canetão para que ela segure, ela precisa se apropriar desse instrumento e, a partir do significado dele, ou seja, do seu signo, ela vai desenvolver todo o processo para que ela desenhe.

Então, a aprendizagem sempre é permeada por instrumentos e signos.

**a aprendizagem
sempre é permeada
por instrumentos e
signos.**



Agora, o educador começa a compreender que, ao entrar na cultura, a criança não apenas toma algo dela, adquire algo, incute em si algo de fora, mas também a própria cultura reelabora todo o comportamento natural da criança e refaz de modo novo todo o curso do desenvolvimento. A distinção de dois planos de desenvolvimento no comportamento (o natural e o cultural) torna-se o ponto de partida para uma nova teoria da educação (VIGOTSKY, 2011, p. 866).

Isso tudo está relacionado com questões culturais que fornecem representações. Quando a criança interage com o outro, ela vai interiorizando as formas culturalmente construídas e possibilitando relações sociais, ou seja, sempre que há uma troca, há uma aprendizagem.

Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal

a criança desenvolve o seu potencial em todas as trocas estabelecidas.

Para Vygotsky, a criança desenvolve o seu potencial em todas as trocas estabelecidas. Quando a criança se familiariza com o mundo escolar, por exemplo, ela altera o seu desenvolvimento, saindo de seu nível de desenvolvimento real (NDR) e passando, com mediação de instrumentos, signos e do professor, para o nível de desenvolvimento potencial (NDP). Esse salto é a chamado de zona de desenvolvimento proximal (ZDP) (MAGALHÃES, 2007). Podemos usar um clássico exemplo de uma ponte com duas extremidades, em que, de um lado, temos a ideia do saber que a criança já possui, a analogia do professor, como a ponte que leva a criança ao saber sistematizado, ao nível de desenvolvimento potencial, mas procuramos trazer um exemplo mais prático.

Sabemos que, para Vygotsky, não basta que a criança tenha um aparato biológico saudável, para que ela se desenvolva; é preciso que haja a interação com o meio. Por exemplo, na Educação Infantil, uma criança, chamada Ana, está no nível de desenvolvimento real (NDR), isto é, com o conhecimento do que ela sabe fazer sozinha, o que ela tem já aprendido em casa, logo, o trajeto que Ana fará para se apropriar de um conhecimento que o professor vai ensinar é a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), para que, enfim, ela chegue no saber sistematizado, no conteúdo aprendido, que é o nível de desenvolvimento potencial (NDP).



PENSANDO JUNTOS

Ana não sabe as cores primárias, mas, hoje, o professor vai ensinar a cor azul. Diariamente, Ana vê essa cor em seu dia a dia. A partir da mediação do professor por instrumentos e signos, Ana vai transitar pela zona de desenvolvimento proximal (ZDP) para chegar ao entendimento de que a cor do céu, do carro de seus pais, do uniforme etc. é a cor azul (NDP).

A Escrita e o Desenvolvimento: a Abordagem de Lev Vygotsky

Vygotsky discute a interação entre o desenvolvimento e a aprendizagem. Para ele,

A escrita pessoal é um produto cultural, ela é construída historicamente

o aprendizado inicia antes mesmo de a criança entrar na escola, e isso também se reflete na aprendizagem da língua escrita.

A escrita pessoal é um produto cultural, ela é construída historicamente, e vai muito além do do-

mínio da grafia: “é um sistema de representação simbólica da realidade, a qual medeia a relação dos homens com o mundo” (RESENDE, 2010, on-line).

Na concepção de Vygotsky, solicitar que crianças desenhem letras como ato mecânico é errado. É preciso que elas aprendam a linguagem escrita. Ao solicitar que a criança desenhe as letras do alfabeto ou, ainda, uma determinada letra a ser aprendida, estamos ignorando os aspectos psíquicos da criança. Para escrever, é preciso entender a linguagem falada. A incursão na escrita ocorre quando a criança percebe que pode desenhar o que se fala.



A primeira tarefa de uma investigação científica é revelar essa pré-história da linguagem escrita; mostrar o que leva as crianças a escrever; mostrar os pontos importantes pelos quais passa esse desenvolvimento pré-histórico e qual a sua relação com o aprendizado escolar (VYGOTSKY, 1998, p. 141).

Para a criança, a escrita deve ser um sistema de representação simbólica da realidade. Ela deve entender que, por meio dessa representação, vai interagir também com o mundo.

A escrita é um processo histórico e, por isso, a criança deve entender a gênese (origem) da escrita antes mesmo de adentrar na aprendizagem das letras, ou seja, ela precisa compreender para que a escrita serve. Para isso, o ambiente é essencial, ele deve ser estimulador e favorável. Vygotsky (1998) pontua que o educador deve ser paciente e afetuoso com a criança, e deve conhecer seus alunos, suas realidades, o meio em que vivem, como estabelecem suas relações e, por fim, o que seus alunos já sabem sobre o assunto. Por isso, é de extrema importância que o professor **alfabetize letrando**. É preciso ensinar a ler e a escrever no contexto

das práticas sociais. Nesse sentido, fica claro que Vygotsky é contra uma pedagogia autoritária.

Terminamos um apanhado geral da teoria histórico-cultural. A seguir, adentraremos nos estudos sobre a defectologia.

É preciso ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais

DEFECTOLOGIA VYGOTSKIANA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Antes de tudo, o que é defectologia? É o estudo do desenvolvimento e da educação da criança com deficiência. “A criança cujo desenvolvimento se vê complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas uma criança que se desenvolveu de outro modo” (VYGOTSKY, 2012, p. 12, tradução nossa).

A obra de Vygotsky, acerca dos estudos da defectologia, destaca-se pela atualidade e pela riqueza de contribuições, principalmente para a educação especial. É claro que o que vimos, anteriormente, também é essencial para o trabalho do professor na educação especial, mas é impossível navegar por esse mar sem adentrar também na defectologia. Este é um campo pouco explorado, e acreditamos que você nunca tenha ouvido falar sobre o termo, uma vez que os estudos na área são escassos.



EU INDICO

O canal “Crescer da professora Helen Lima” apresenta vários vídeos de temas importantes para o profissional da educação especial, como o Você sabe o que é defectologia?, em que, de forma clara e objetiva, ela trabalha o conceito de defectologia, explanação que pode colaborar para uma melhor compreensão do conceito. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**



É importante salientar que, ao trazer citações diretas do autor, trazemos suas palavras na íntegra e que, no contexto em que Vygotsky escreveu, termos como “pessoa defeituosa”, “retardo mental”, entre tantos outros, estavam em uso. Então, faça aquele exercício de não julgar o passado com os nossos olhos do futuro – cada homem escreve em resposta à sociedade do seu devido tempo.

Começamos pelo fato de o autor distinguir a deficiência em dois tipos: primária e secundária.

DEFICIÊNCIA PRIMÁRIA

entendida como biológica. Nesses termos, a deficiência primária envolve as lesões orgânicas, cerebrais, malformações orgânicas, alterações cromossômicas, ou seja, as características físicas apresentadas pela pessoa com deficiência.

DEFICIÊNCIA SECUNDÁRIA

entendida como social. Compreende o desenvolvimento do sujeito que exhibe essas características, com base nas interações sociais.

Vygotsky (2012) opõe-se às concepções que buscam explicações tão somente biológicas para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, indicando uma abordagem na qual a deficiência não é somente de caráter biológico, mas também social. “O problema fundamental no desenvolvimento cultural de uma criança com defeito é a inadequação entre sua estrutura psicológica e a estrutura das formas culturais” (VIGOTSKY, 2010, p. 47). Nessa perspectiva, além de uma dificuldade característica da pessoa com deficiência, Vygotsky também considera aquelas relativas ao sistema social, que impossibilita interações adequadas, gerando prejuízos para a vida social e para a educação dessas crianças.

Para o autor, a educação especial deve servir e ser aliada à educação regular, identificando, nas crianças com deficiência, potencialidades e utilizando-as como o caminho para a construção de estratégias de aprendizagem que superem as barreiras impostas pela deficiência.

Para embasar o nosso estudo, utilizaremos a obra *Fundamentos da Defectologia: tomo V* – a concepção de educação inclusiva, traduzida do russo para o espanhol (VIGOTSKY, 2012). Rey (2013) pontua que, entre 1925 e 1926, Vygotsky começou a organizar um laboratório para crianças “anormais” na cidade de Moscou. A partir das observações e dos trabalhos nesse laboratório, ele escreveu considerações em relação à defectologia.

Para Vygotsky, temos uma nítida separação entre o defeito físico e suas consequências psicológicas, e tudo isso é permeado como essa criança é tratada socialmente.

Cabe aos professores fornecer recursos psíquicos que permitam que a criança com deficiência atinja níveis de desenvolvimento semelhantes aos das crianças sem “anormalidade”. Ao trabalhar com crianças cegas, Vygotsky faz uma crítica aos psicólogos da sua época:



O defeito não representa somente um estado de empobrecimento psicológico, mas também uma fonte de bem-estar; não somente uma debilidade, mas também uma fortaleza. Eles pensam que o desenvolvimento de uma criança cega está centrado na sua cegueira [...] seu desenvolvimento estimula a transcender a cegueira. A psicologia da cegueira é essencialmente a psicologia da vitória sobre a cegueira (VIGOTSKY, 1987, p. 57, tradução nossa).

Na primeira tese, falamos da lei da compensação. “Qualquer defeito, qualquer insuficiência corporal, coloca o organismo, diante da tarefa de superá-lo, de completar a insuficiência, de compensar o dano que causa” (VIGOTSKY, 2012, p. 197, tradução nossa), sendo que o valor negativo do defeito se torna o valor

positivo da compensação. Sobre a criança “mentalmente atrasada”, Vygotsky (2012) destaca que há uma reconstrução do seu organismo como um todo, por meio da compensação originária dos processos de desenvolvimento. Essa compensação, além de depender da gravidade e do caráter do defeito, depende da realidade social do indivíduo e das dificuldades produzidas pelo defeito.



INDICAÇÃO DE FILME

Intocáveis.

Sinopse: em Intocáveis, um milionário tetraplégico contrata um homem da periferia para ser o seu acompanhante, apesar de sua aparente falta de preparo. No entanto, a relação deles, que antes era apenas profissional, cresce e vira uma amizade que mudará a vida dos dois.



O desenvolvimento das funções psicológicas superiores (memória, atenção etc.) surge como um comportamento coletivo e não está limitado apenas às questões de ordem biológica. As funções psicológicas são, logo, educáveis e mais bem desenvolvidas dependendo da realidade social da criança.



Uma criança cujo desenvolvimento esteja complicado por uma lesão ou alteração cromossômica não é simplesmente menos desenvolvida que as crianças consideradas normais de sua idade. A criança que apresenta características físicas identificadas como causas de deficiência não se desenvolve em menor escala, mas desenvolve-se de outra forma (VIGOTSKY, 2012, p. 79, tradução nossa).

Para ele, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, quando não ocorre de forma satisfatória, significa que a criança não vivenciou adequadamente e de forma positiva a influência do meio ambiente.

As funções psicológicas superiores se caracterizam pela mediação semiótica, isto é, pela presença de símbolos e signos e, por isso, são constituídas por meio das interações socioculturais dos indivíduos, sendo mais satisfatórias nos indivíduos mais experientes e capazes de sua cultura. Essa postulação reconfigura o papel

das interações sociais, bem como da escola, atribuindo a ela o papel de local privilegiado de aprendizagens, sendo agente promotora do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Vygotsky (1998) elucida o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, usando, como exemplo, o desenvolvimento do gesto de apontar. Para ele, esse gesto é uma tentativa malsucedida de a criança pegar alguma coisa. “A postura gestual da criança, mãos estendidas em direção ao objeto na tentativa de pegá-lo, aparentemente, lembra o gesto de apontar” (OLIVEIRA, 1992, p. 22). Quando a mãe se aproxima para ajudar o filho e percebe que o seu movimento indica alguma coisa, a situação muda essencialmente.

O apontar se torna um gesto para os outros. A tentativa malsucedida da criança gera uma reação, não do objeto que ela procura e apontava, mas de outra pessoa (VIGOTSKY, 1998). Nesse sentido, o movimento que, inicialmente, era orientado pelo objeto, torna-se um movimento dirigido para outra pessoa, um meio de estabelecer relações.

Para Vygotsky, essas funções são processos sociais mediatizados por meio do uso de símbolos e signos, instrumentos como a fala e a linguagem, que têm origem na existência de uma conexão intrínseca às interações dos indivíduos em pequenos grupos, principalmente nas relações, por exemplo, de mãe e filho, que ocorrem em dois planos distintos: em um primeiro momento, em um plano social e, depois, em um plano psicológico, ou seja, primeiro em uma categoria interpsicológica e, depois, em uma categoria intrapsicológica.

Nesse sentido, “a criança só irá formar as suas funções psicológicas superiores por meio das mediações com outros indivíduos ou sujeitos que tenham outras experiências culturais diferentes das dela” (VIGOTSKY, 1998, p. 67). Em outras palavras, é a partir das interações sociais que as aprendizagens de símbolos e signos, como a fala, o desenho, a escrita e os sinais de trânsito, são possíveis.

Luria (1988) apresenta a importância do trabalho e da linguagem, desde a pré-história, como elementos fundamentais para a transição da história natural dos animais à história social dos homens. Ao elaborar diferentes instrumentos e organizar sua confecção, de acordo com a função, o comportamento do homem primitivo se diferenciava radicalmente do comportamento animal, pois o traba-

lho desenvolvido na preparação do instrumento já não era determinado por um motivo biológico imediato a um instinto, mas, sim, a necessidade do alimento, a atividade geral.

Dessa forma, a confecção do instrumento se separa de uma ação, que é encaminhada prontamente por um motivo biológico, ou seja, a necessidade de sanar a fome, e só adquire sentido no emprego futuro de seus resultados. Assim, a preparação de instrumentos de trabalho, que exige díspares procedimentos e modos (esfregar dois pedaços de madeira para obter o fogo, raspar uma pedra com outra para afiar o corte), é uma ação que demanda a criação de operações secundárias, auxiliares, que constituem contínua complexidade na estrutura e na organização da atividade social.

Nesse processo, ocorre um afastamento entre atividade biológica geral e operações auxiliares, e esse afastamento origina formas cada vez mais complexas e sofisticadas para prover e responder às novas necessidades dos homens.

Sobre o surgimento da linguagem, inicialmente acompanhada de gestos e entonações expressivas, Luria (1991) pontua que ocorreu nas relações sociais de trabalho, no processo do trabalho conjunto, afirmando que a criança, desde seu nascimento, está envolta em um contexto histórico e cultural, o que a diferencia essencialmente dos animais. Dessa forma, “ela constitui o seu comportamento e o psiquismo sob a mediação de um mundo constituído pela e na história de sua cultura” (LURIA, 1991, p. 156). Por exemplo, a criança senta-se em cadeiras, utiliza copos para beber líquidos, brinca com bola e bonecas, assiste à televisão, utiliza de lápis e papel.



Nesse sentido, é por meio da assimilação da experiência histórico-social de gerações, que a criança aprende a maioria das habilidades e conhecimentos. Por fim, mediada primeiramente pela linguagem e posteriormente pela fala, a criança internaliza as habilidades criadas pela humanidade ao longo de sua história social (TOSTA, 2006, p. 44).

Palangana (2001), ao abordar a concepção de aprendizagem, segundo Vygotsky, observa que, mediada especialmente pela linguagem, a aprendizagem, adjunta ao conceito de desenvolvimento, está presente desde o início da vida da criança, e não é apenas ela, a criança, que se desenvolve e se modifica no processo de

interação com o outro, pois a interação, por ser uma ação partilhada de mão dupla, que submerge, no mínimo, duas pessoas, possibilita a ambas a aprendizagem de conhecimentos e desenvolvimento.

Por isso, a mediação está fortemente vinculada aos processos imitativos, que sugerem uma apropriação de gestos, palavras e ações, de acordo com as condições afetivas, sociais, cognitivas e motoras da criança.

Para Vygotsky (1998), o cérebro é como um sistema aberto. Dessa forma, é com as vivências sociais dos sujeitos e a utilização de diferentes instrumentos e símbolos, como a linguagem, que os homens terão várias probabilidades de funcionamento cerebral. Não obstante, quanto mais aprendizagens, mais o cérebro poderá operar utilizando-se de seu aparato psíquico, no que diz respeito às funções psicológicas superiores.

Vygotsky (2010, p. 389, tradução nossa) reflete que “do ponto de vista psicológico, é de suma importância não fechar essas crianças em grupos específicos, mas praticar com elas o convívio com outras crianças da forma mais ampla possível”. Desse modo, na escola, os alunos devem ter acesso aos mesmos conteúdos que os demais, carecendo existir adaptações que acolham as particularidades de cada aluno.

Sobre a educação das crianças com deficiência auditiva, Vygotsky destaca a importância da adequação comunicativa, ou seja, na necessidade de se pensar em uma linguagem, ainda que esta seja não necessariamente falada. Um adendo, em tempo: a época que antecedeu Vygotsky não dispunha de uma teoria pedagógica da educação da criança com surdez nem na forma de teoria psicológica para o seu desenvolvimento. O pensamento de Vygotsky, acerca da educação dos surdos, confronta muitas práticas próprias da época e que, infelizmente, ainda são atuais, no que diz respeito ao ensino da linguagem oral. Vigotsky (2012) aponta que a surdez é condição normal e não doentia para a criança surda e já sinalizava sobre a adoção de uma língua em que os surdos pudessem se comunicar, respeitando a sua particularidade e a sua condição.

surdez é condição normal e não doentia para a criança surda



INDICAÇÃO DE LIVRO

Problemas da Defectologia.

Editora: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes

Autor: Lev Semionovitch Vygotsky

Sinopse: as organizadoras desta edição da expressão popular optaram por publicar os textos em um pequeno volume. “Essa solução nos pareceu bastante interessante por tornar acessíveis aos leitores de língua portuguesa, de imediato, alguns textos, pelo menos. [...] Damos prioridade, neste volume, à tradução de escritos que consideramos importantes para quem está iniciando os estudos nos campos da Pedagogia, da Psicologia e da Educação Especial”. De acordo com as autoras do Prefácio da obra, engana-se quem pensa que este é um livro sobre deficiência; é um livro sobre desenvolvimento humano. Desenvolvimento, aqui tomado, na acepção vygotskiana, de que não há indivíduo sem sociedade, não há intrapsíquico sem interpssíquico, tampouco há orgânico sem simbólico. Impossível não identificar o valor que ele reconhece nas diferenças e sua crítica radical às desigualdades em suas reflexões sobre a educação de crianças normais versus a educação de crianças defectivas. Valorizar a diversidade humana e combater as desigualdades socialmente construídas significa minar as bases da medicalização e da patologização da vida.



Com relação às pessoas com deficiência visual, Vygotsky (2012) assevera que a compreensão sobre a deficiência visual abarca entendimentos que são agrupados, considerando determinada época. Por exemplo, na Idade Média, vimos que a pessoa com deficiência, como o cego, era visto como um ser inválido e indefeso. Dessa forma, as capacidades que se atribuíam aos cegos eram tidas como forças extremamente sensíveis da alma. Tal reflexão quanto à cegueira surge da teoria sobre o espírito e o corpo e da fé no espírito incorpóreo.

Por fim, como indicado por Vygotsky (2012), para a educação das crianças “mentalmente atrasadas” e, também, do deficiente visual, não deverá haver diferenças fundamentais entre a educação de uma criança cega e a educação de uma que enxerga. Em seguida, confirma, mais uma vez, que devem ser desfeitos os limites entre a escola especial e a escola normal. Quanto ao trabalho, Vygotsky (2012) sobrepõe que deve ser aprofundado, ao cego, o acesso ao trabalho, nas formas que respondem sua essência, e não sob formas degradantes.

Suas ideias se separam da perspectiva segregacionista que apontava que os espaços isolados de educação da pessoa com deficiência seriam mais eficazes e corretos para seu desenvolvimento e para a aprendizagem. Para ele, “[...] o desenvolvimento cultural é a principal esfera em que é possível compensar a deficiência. Onde não é possível avançar no desenvolvimento orgânico, abre-se um caminho sem limites para o desenvolvimento cultural” (VIGOTSKY, 2011, p. 869). Vigotsky (2012) assegura que são as condições que a sociedade oferta que reforçam o estigma que as pessoas com deficiência carregam e que, ao contrário, um bom cenário social poderá ser um fator propulsor de desenvolvimento dessas pessoas.

NOVOS DESAFIOS

Lev Vygotsky deixou um legado significativo para a educação, especialmente no contexto da inclusão de pessoas com deficiência. Sua perspectiva ressaltou a importância do ambiente social e cultural no desenvolvimento humano, destacando a colaboração, a valorização das diferenças e o papel ativo do aluno na construção do conhecimento.

No entanto, ainda enfrentamos desafios como a discriminação e a violência contra pessoas com deficiência, o que reforça a necessidade de ações concretas para promover a igualdade de direitos. Uma das medidas cruciais é investir na formação dos professores, capacitando-os para lidar efetivamente com as necessidades específicas dos alunos com deficiência e criar ambientes inclusivos e seguros.

É fundamental fornecer recursos e apoio contínuo aos professores, para que possam desenvolver as habilidades e os conhecimentos necessários. Ao refletir sobre o tipo de trabalho que desejamos na escola e buscar soluções individualizadas e coletivas, podemos caminhar em direção a uma educação mais inclusiva e igualitária.

Os estudos de Lev Vygotsky desempenharam um papel fundamental na formação de professores, deixando um legado duradouro na teoria e na prática educacional. Sua abordagem socioconstrutivista revolucionou a compreensão do desenvolvimento humano e ressaltou a importância do contexto social e cultural na aprendizagem. Ao internalizar os princípios e os conceitos de Vygotsky, educadores podem desempenhar um papel vital na formação de estudantes críticos, autônomos e colaborativos, preparando-os para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.



VAMOS PRATICAR

1. Segundo as teorias de Vygotsky, a interação social desempenha um papel fundamental no processo educacional de pessoas com deficiência. Ele enfatiza que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas por meio das interações com outras pessoas e com o ambiente ao redor. A interação social permite a troca de conhecimentos, a internalização de conceitos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas (VIGOTSKY, 2007).

Fonte: VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Discorra sobre a importância da interação social e do mediador na abordagem de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência.

2. Vygotsky destaca que os processos de desenvolvimento cognitivo ocorrem dentro de um contexto sociocultural específico. De acordo com Vygotsky, a criança internaliza o conhecimento e os comportamentos socialmente construídos por meio das interações com pessoas significativas em seu ambiente, como pais, professores e outros membros da comunidade (VIGOTSKY, 2007). A linguagem desempenha um papel crucial nesse processo, pois permite que a criança compartilhe significados, organize suas experiências e construa o conhecimento culturalmente acumulado.

Fonte: VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Explique como a influência cultural e social é considerada na teoria de Vygotsky sobre o desenvolvimento infantil.

3. A teoria de Vygotsky atribui grande importância à mediação no processo educativo. Para ele, a mediação refere-se à intervenção de um adulto ou de pares mais experientes para auxiliar a criança na sua _____ (VIGOTSKY, 2007). A mediação pode ocorrer por meio de instruções, modelagem de comportamentos, fornecimento de dicas, perguntas, entre outras estratégias.

Fonte: VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VAMOS PRATICAR

Indique a alternativa correta.

- a) Zona de desenvolvimento distancial (ZDD).
 - b) Zona de crescimento proximal (ZCP).
 - c) Zona de desenvolvimento proximal (ZDP).
 - d) Zona de crescimento final (ZCF).
 - e) Zona de desenvolvimento final (ZDF).
4. A teoria de Lev Vygotsky é amplamente reconhecida e valorizada nos campos da psicologia e da educação. Vygotsky enfatiza a importância do ambiente sociocultural no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, defendendo que as interações com outras pessoas e com o ambiente ao redor são essenciais para o processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Essas interações oferecem oportunidades para as crianças adquirirem novos conhecimentos, habilidades e compreensões (VIGOTSKY, 2007).

De acordo com Vygotsky, a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando a criança se envolve em atividades colaborativas e compartilha suas ideias com os outros. Ao interagir com colegas e professores, elas têm a oportunidade de discutir, argumentar, trocar pontos de vista e construir o conhecimento coletivamente (VIGOTSKY, 2007). Essas interações sociais estimulam o pensamento crítico, a reflexão e a ampliação das perspectivas.

Além disso, Vygotsky destaca a importância das ferramentas culturais, como a linguagem e os símbolos, no processo de aprendizagem (VIGOTSKY, 2007). Por meio da linguagem, as crianças podem expressar suas ideias, compreender conceitos abstratos e internalizar o conhecimento culturalmente construído. Essas ferramentas culturais fornecem suporte e estrutura para a criança compreender o mundo e interagir de forma mais significativa com os outros.

Portanto, a teoria de Vygotsky ressalta a relevância das interações sociais, do ambiente sociocultural e das ferramentas culturais na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças, reconhecendo que a educação vai além do processo individual de adquirir conhecimento, ao enfatizar a importância das interações e da participação ativa dos alunos na construção do saber (VIGOTSKY, 2007).

Fonte: VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VAMOS PRATICAR

De que forma a teoria de Lev Vygotsky contribui para a prática educativa?

- a) A teoria de Vygotsky enfatiza o aprendizado individual e autônomo, desconsiderando a importância das interações sociais.
 - b) A teoria de Vygotsky defende que a aprendizagem ocorre exclusivamente por meio de instruções diretas do professor.
 - c) A teoria de Vygotsky negligencia a importância do contexto social na construção do conhecimento.
 - d) A teoria de Vygotsky destaca o papel das interações sociais e da mediação na aprendizagem, contribuindo para a prática educativa.
 - e) A teoria de Vygotsky propõe que a aprendizagem ocorre de forma inata, independentemente do contexto social.
5. A concepção de deficiência de Vygotsky foi constituída, também, com base no que era a, então, defectologia soviética. “Defectologia” é um termo que hoje soa extremamente desatualizado. É importante observar que não foi criado por Vygotsky, mas ele fez uso (tanto teórico quanto prático) desse termo em uma ressignificação original (STETSENKO; SELAU, 2018).

Fonte: STETSENKO, A.; SELAU, B. A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos: Mapeando os próximos passos. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 315-324, set.-dez. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v41n3/1981-2582-reveduc-41-03-0315.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Indique os motivos pelos quais o termo “defectologia” soa desatualizado atualmente.

- I - Defectologia significa o estudo do defeito.
- II - Essa abordagem é antiga demais para ser utilizada hoje.
- III - Defectologia significa o estudo do diferente.
- IV - Essa abordagem carrega conotações negativas em relação aos indivíduos com deficiência.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

COELHO, L.; PISONI, S. Vigotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e-Ped Focos**, [s. l.], v. 2, n. 1, ago. 2012.

FOSSILE, D. K. Construtivismo versus sociointeracionismo: uma introdução às teorias cognitivas. **Revista Alpha**, UNIPAM, Patos de Minas, v. 11, p. 105-117, ago. 2010.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N.; VIGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 3. ed. São Paulo: Ícone, 1988.

LURIA, A. R. **A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais**. Curso de Psicologia Geral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. v. I.

MAGALHÃES, M. M. G. **A perspectiva da linguística**: linguagem, língua e fala. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Y.; DANTAS, H.; OLIVEIRA, M. K. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**. São Paulo: Summus Editorial, 2001.

PRESTES, Z. **Quando não é quase a mesma coisa**: traduções de Lev Semionovitch. Vigotski no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2012.

RESENDE, M. L. M. Vygotsky: um olhar sócio-interacionista do desenvolvimento da língua escrita. **Profala**, 21 mar. 2010. Disponível em: <http://www.profala.com/artpsico108.htm>. Acesso em: 7 ago. 2022.

REY, L. F. G. **O Pensamento de Vygotsky** – contradições, desdobramentos e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 2013.

TOSTA, C. G. **Autoscopia e desenho**: a mediação em uma sala de educação infantil. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

STADLER, G. *et al.* Proposta pedagógica interacionista. In: CONGRESSO NACIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. 4., Curitiba. **Anais [...]** Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

REFERÊNCIAS

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VIGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 863-869, 2011.

VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas** – Tomo V: Fundamentos de defectología. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2012.

GABARITO

1. No contexto da educação de pessoas com deficiência, a interação social assume um papel ainda mais crucial. Por meio das interações com colegas e mediadores, como professores ou tutores, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de ampliar seu repertório de aprendizado. O mediador desempenha um papel essencial ao identificar a zona de desenvolvimento proximal da pessoa com deficiência e fornecer o suporte adequado para que ela avance em seu processo educacional.

O mediador auxilia na mediação entre a aprendizagem atual do indivíduo e seu potencial de desenvolvimento. Ele adapta estratégias de ensino, fornece orientações e estimula o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos específicos. Por meio dessa interação social mediada, a pessoa com deficiência é capaz de superar desafios, adquirir novos aprendizados e alcançar seu potencial máximo de desenvolvimento.

2. A teoria de Vygotsky considera a influência cultural e social como elementos essenciais no desenvolvimento infantil. Ele enfatiza que a cultura, os valores e as práticas sociais desempenham um papel importante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo das crianças. Vygotsky destaca a importância das interações sociais e da linguagem no processo de internalização do conhecimento e dos comportamentos socialmente construídos.
3. Opção C. A zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é um conceito central na teoria de Vygotsky, que se refere à distância entre o nível atual de desenvolvimento de uma criança e o seu potencial de desenvolvimento com o apoio de um adulto ou de seus pares mais experientes. A ZDP representa a área em que a criança é capaz de realizar tarefas com ajuda e suporte, mas ainda não consegue realizar de forma independente.

As demais terminologias não são utilizadas por Vygotsky.

GABARITO

4. Opção D. A teoria de Vygotsky destaca a importância das interações sociais no processo de aprendizagem, enfatizando que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação com outras pessoas e do ambiente sociocultural.

Vygotsky não defende que a aprendizagem ocorre exclusivamente por meio de instruções diretas do professor. Ele destaca a importância das interações sociais e da participação ativa dos alunos no processo de construção do conhecimento.

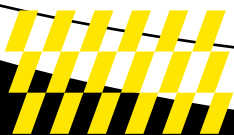
Vygotsky não negligencia a importância do contexto social na construção do conhecimento. Pelo contrário, ele ressalta que as interações sociais e o ambiente sociocultural são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

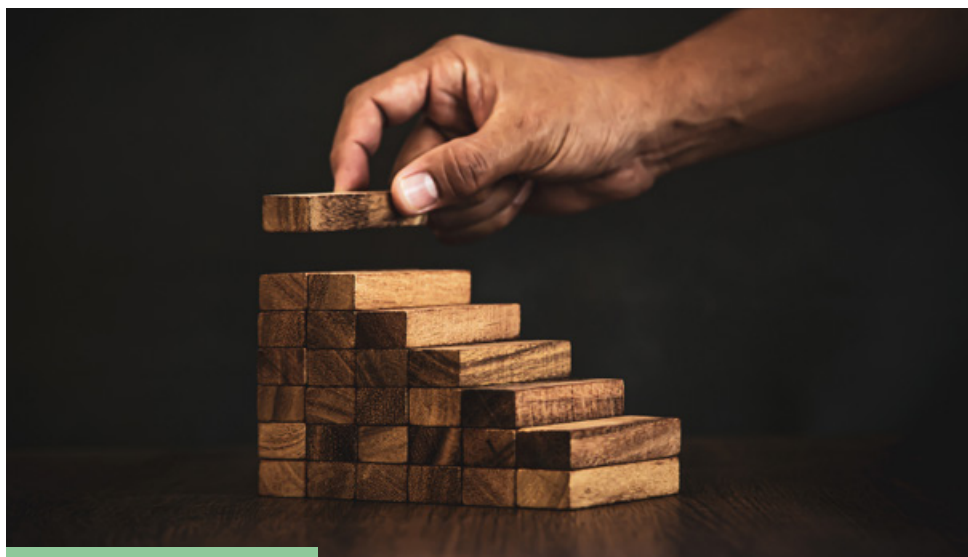
A teoria de Vygotsky destaca o papel das interações sociais e da mediação na aprendizagem, reconhecendo que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação com outras pessoas e do suporte fornecido por adultos ou pares mais experientes.

Vygotsky não propõe que a aprendizagem ocorre de forma inata e independente do contexto social. Ele enfatiza a importância das interações sociais e do ambiente sociocultural na construção do conhecimento.

5. 5. Opção A.

unidade





TEMA DE APRENDIZAGEM 7

ENFRENTANDO DESAFIOS: A EDUCAÇÃO NA ERA DAS MUDANÇAS

MINHAS METAS

- Explorar as teorias pedagógicas que surgiram ao longo da história e entender como essas teorias influenciaram a prática educativa.
- Analisar como a educação especial contribui para a prática docente.
- Investigar a lacuna entre as teorias pedagógicas e a sua aplicação prática na sala de aula e discutir maneiras de integrar melhor a teoria à prática educacional.
- Compreender diferentes abordagens de avaliação utilizadas e discutir a importância de avaliar de forma abrangente e inclusiva.
- Reconhecer a importância do pertencimento como elemento essencial para a inclusão escolar.

INICIE SUA JORNADA

Como ciência da educação, a Pedagogia e seu ramo, a educação especial, se preocupa com o atendimento às necessidades educativas específicas das pessoas com deficiência, mas a prática do professor está para além desse atendimento. Professores são profissionais da aprendizagem e, por isso, é tão essencial conhecer as teorias pedagógicas.

A maioria dos professores relata que, na correria do dia a dia, se esquecem das teorias pedagógicas e acabam por desarticulá-las de sua prática, afirmando que, na prática, tudo se dá de forma diferente. Isso impacta diretamente no trabalho do professor, seja na educação especial ou não. Outro ponto essencial é que muitos não sabem como avaliar seus alunos, ficando perdidos e presos somente em avaliar. Compreender as especificidades do estudo científico e as nuances que tornaram a pedagogia uma ciência da educação possibilita que professores utilizem teorias pedagógicas como base para avaliar os alunos de forma mais abrangente.

Ao promover o trabalho em equipe, a cooperação e a interação entre os alunos, os educadores fortalecem o senso de pertencimento e cultivam um ambiente de respeito mútuo. Isso resulta em alunos valorizados, aceitos e encorajados a explorar seu potencial máximo, o que contribui para um aprendizado significativo e duradouro. O sentimento de pertencimento e a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo estão intimamente ligados aos desafios enfrentados na educação, especialmente na educação especial.

Portanto, a compreensão das teorias pedagógicas e a prática de estratégias que promovam o sentimento de pertencimento são essenciais para enfrentar os desafios da educação e da educação especial de forma mais eficaz e inclusiva.



VAMOS RECORDAR?

Descubra o poder do brincar na educação inclusiva! Acesse agora mesmo o documento *Brincar para Todos*, publicado pelo Ministério da Educação, para encontrar diretrizes e práticas pedagógicas que promovem a inclusão por meio do brincar. Conheça estratégias inovadoras e experiências inspiradoras para criar ambientes educacionais acolhedores para todos os alunos. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

TEORIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

No estudo das teorias pedagógicas contemporâneas, vemos que as teorias contemporâneas da educação são gestadas em plena modernidade. Como citado por Libâneo (2005), ao propor o lema “ensinar tudo a todos”, Comênio passa a ser considerado o pai da didática, o embaixador da educação (FERRARI, 2008). Em consonância com essa ideia de formação geral para todos, o Iluminismo se fortalece e dá direcionamentos para uma condição de emancipação e esclarecimentos dos homens.

Você já deve ter percebido que as teorias pedagógicas modernas estão ligadas a acontecimentos cruciais da história, como a **reforma protestante**, o **iluminismo**, a **revolução francesa** e a **formação dos estados nacionais** (LIBÂNEO, 2005).

Pedagogos como **Pestalozzi**, **Kant**, **Herbart**, **Froebel**, **Durkheim** e **Dewey** estabeleceram suas teorias sobre a prática educativa e sempre estarão condicionados à manutenção da ordem social. Diante disso, a “[...] pedagogia iluminista acentua o papel da formação geral, o poder da razão no processo formativo, a capacidade do ser humano de gerir seu próprio destino [...]” (LIBÂNEO, 2005, p. 4-5).

Atualmente, existem várias teorias pedagógicas com diferentes versões e abordagens, que vão desde as tradicionais até as mais avançadas. De acordo com Libâneo (2005), algumas dessas abordagens consideram a natureza da educação,

a relação entre **sociedade e educação**, os objetivos e os conteúdos da formação, as formas de institucionalização do ensino e a relação educativa.

Também podemos encontrar, nos escritos sobre as teorias pedagógicas, momentos e autores que as chamam de tendências, correntes ou, ainda, paradigmas pedagógicos. A seguir, alguns pontos em comum entre elas:



Acentuação do poder da razão, isto é, da atividade racional, científica, tecnológica, enquanto objeto de conhecimento que leva as pessoas a pensarem com autonomia e objetividade, contra todas as formas de ignorância e arbitrariedade.

- Conhecimentos e modos de ação, deduzidos de uma cultura universal objetiva, precisam ser comunicados às novas gerações e recriados em função da continuidade dessa cultura.
- Os seres humanos possuem uma natureza humana básica, postulando-se a partir daí direitos básicos universais.
- Os educadores são representantes legítimos dessa cultura e cabe-lhes ajudar os educandos a internalizarem valores universais, tais como racionalidade, autoconsciência, autonomia, liberdade, seja pela intervenção pedagógica direta seja pelo esclarecimento de valores em âmbito pessoal (LIBÂNEO, 2005, p. 21).

É a partir desses pontos que as teorias pedagógicas vão adquirindo suas identidades, sua função e sua ciência. Outra questão para se atentar é que as teorias tentam separar seus discursos em face das transformações que marcam nossos dias atuais e do momento histórico e, por isso, recebem vários nomes, como teorias da sociedade pós-moderna, teorias pós-industriais, teorias pós-mercantil ou, ainda, teorias da sociedade do conhecimento.

Aqui, optamos pelo termo utilizado por Libâneo (2005), **pós-moderno**, afinal, para o autor, está ligado às seguintes condições do nosso cotidiano:

- Mudanças no processo de produção industrial ligadas aos avanços científicos e tecnológicos, mudanças no perfil da força de trabalho, intelectualização do processo produtivo.
- Novas tecnologias da comunicação e informação, ampliação e difusão da informação, novas formas de produção, circulação e consumo da cultura, colapso da divisão entre realidade e imagem, arte e vida.

- Mudanças nas formas de fazer política: descrédito nas formas mais convencionais e emergência de novos movimentos e sujeitos sociais, novas identidades sociais e culturais.
- Mudanças nos paradigmas do conhecimento, sustentando a não separação entre sujeito e objeto, a construção social do conhecimento, o caráter não absolutizado da ciência, a acentuação da linguagem.
- Rejeição dos grandes sistemas teóricos de referência e de ideias-força formuladas na tradição filosófica ocidental tais como a natureza humana essencial, a ideia de um destino humano coletivo e de que podemos ter ideais que justificam nossa ação, a ideia de totalidade social. Em troca, o que há são ações específicas de sujeitos individuais ou grupos particulares, existências particulares e locais (LIBÂNEO, 2005, p. 23).

Para o autor, na teoria pós-moderna, as contribuições trazidas para a educação correspondem à ideia de que os sujeitos são produtores de conhecimento dentro de sua própria cultura e desempenham um papel protagonista na construção da sociedade e do conhecimento.



Dessa forma, destaca-se a compreensão de que a formação de identidade dos sujeitos é socialmente construída – assim, todas as culturas são igualmente importantes. Diante disso, a responsabilidade dos educadores deve considerar ajudar os estudantes a construir seus próprios conceitos com base em suas experiências e culturas, cultivando valores como diversidade, tolerância, liberdade, criatividade, emoções e intuição (LIBÂNEO, 2005).

Essas características vão ao encontro de vários princípios das teorias pedagógicas modernas e, ao mesmo tempo, instigam uma preocupação com o repensar crítico. Algumas dessas correntes são esforços teóricos que reinterpretam as teorias modernas, enquanto outras estão explicitamente ligadas ao pensamento pós-moderno e se concentram na escola e no trabalho dos professores. Outras se utilizam do discurso pós-moderno, mas não têm interesse em propor propostas concretas para a sala de aula ou para o trabalho dos professores; pelo contrário, essas correntes pretendem desmontar as propostas existentes.

- **Neocognitivistas:**
 - Ensino tecnológico.
 - Construtivismo pós-piagetiano.
- **Sociocríticas:**
 - Sociologia crítica do currículo.
 - Teoria histórico-cultural.
 - Teoria sociocultural.
 - Teoria sociocognitiva.
 - Teoria da ação comunicativa.
- **Holísticas:**
 - Holismo.
 - Teoria da complexidade.
 - Teoria naturalista do conhecimento.
 - Ecopedagogia.
 - Conhecimento em rede.
- **Pós-modernas:**
 - Pós-estruturalismo.
 - Neopragmatismo (LIBÂNEO, 2005).

Até aqui, vimos que as teorias pedagógicas buscam sempre instruir, retirar do senso comum nossas ações educativas. No entanto, o que seria esse senso comum? “[...] É um saber informal, simples e superficial, que ocorre de uma forma espontânea, por meio do contato com outras pessoas, com as situações e com os objetos que nos rodeiam” (FICHTE, 1980, p. 11).

Contrário ao senso comum, na educação está a ciência, a ciência da educação. Tardif e Gauthier (2010) pontuam que, no século XX, emergiu um projeto criado por intelectuais para o surgimento de uma ciência da educação, ou seja, um seio científico que estude o ensino e a aprendizagem. Esse projeto foi assumido pela psicologia, que é fundamento epistemológico quando estudamos esses processos. Com isso, temos a constituição de uma pedagogia científica, alicerçada em uma psicologia da educação.

A ciência da educação está atrelada à psicologia e a psicopedagogia, enquanto o termo ciência da educação é reservado aos saberes modernos ligados, em particular, às ciências sociais e humanas. Assim, “[...] é o desenvolvimento da psicologia experimental, em fins do século XIX, que fornece à educação a sua primeira base científica” (TARDIF; GAUTHIER, 2010, p. 360).



PENSANDO JUNTOS

A Psicopedagogia é a área de conhecimento, atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, visando ao apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos nesse processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão.

A ciência aparece como a grande contribuição para a solução dos problemas humanos: “[...] a começar pela ignorância, passando pela crítica das crenças tradicionais, superando as opiniões do senso comum para atingir um conhecimento rigoroso, sistemático, universal, concreto e correto” (TARDIF; GAUTHIER, 2010, p. 364).

Para a ciência, o que não é fundamentado racionalmente tende a ser considerado duvidoso e obsoleto. A pedagogia é científica e surge como uma forma de superar a tradicionalidade, a pedagogia tradicional. Diante disso,

podemos considerar que o século XIX é permeado por literaturas impactantes na formação do espírito científico contemporâneo – por exemplo, a obra de Darwin.

No final do século XIX, temos a formação da pedagogia experimental, que, não por coincidência, tem um paralelismo com a psicologia experimental; ambas as experimentações são realizadas por testes psicológicos de aprendizagem.

Tais testes definem um conjunto de modelos quantitativos, que são a base da descrição e da classificação das crianças, como apontam Tardif e Gauthier (2010, p. 361):



Eles fornecerão, mais tarde, à pedagogia, uma base científica e técnica. No espaço de vinte anos, vê-se constituir [...] trabalhos de Watson (1913), de Guthrie (1921) e de B.F Skinner (1930), uma ciência da aprendizagem com fundamento experimental, acompanhada de uma técnica de modificação de comportamento, capaz de servir de base para uma pedagogia “científica” aplicável às crianças “normais” ou com dificuldades de aprendizagem.

No auge da modernidade, com a autonomia das ciências em relação à filosofia, a pedagogia se transforma em ciência da educação, sendo um lugar comum aos cientistas das áreas humanas – e se torna um campo com relação à psicologia.

Dessa forma, a pedagogia, como ciência da educação, buscando proporcionar uma educação inclusiva e igualitária para todos os estudantes, deve considerar fatores como pertencimento, flexibilidade e acessibilidade aspectos centrais em suas práticas. Nesse contexto, reconhecer a importância torna-se fundamental para promover a inclusão nas escolas.

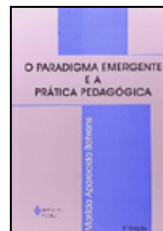


**INDICAÇÃO DE LIVRO****O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica.**

Editora: Vozes

Autor: Marilda Aparecida Behrens

Sinopse: esta obra oferece uma reflexão sobre os paradigmas da ciência e sua influência na sociedade na educação. Aponta a crise iniciada nas últimas décadas do século XX e a proposição da ruptura do paradigma newtoniano-cartesiano. Apresenta os paradigmas conservadores no ensino e na aprendizagem que levaram à reprodução do conhecimento: a abordagem tradicional, a abordagem escolanovista e a abordagem tecnicista.



PERTENCIMENTO, FLEXIBILIDADE E ACESSIBILIDADE

A escola inclusiva se define com características únicas e que não se limitam apenas aos muros da escola. A inclusão é um movimento educacional, mas, também, uma mobilização de toda a sociedade. Inclusão é, portanto, um processo social pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas, pessoas com necessidades específicas e, de forma simultânea, as prepara para assumir papéis na sociedade para o exercício pleno da cidadania.

Uma escola inclusiva é aquela que assegura a participação de todos os alunos, levando em consideração a igualdade de seus direitos e fornecendo oportunidade a todos. A condição primordial para que a escola seja inclusiva é ser capaz de receber e atender a todos. Isso se contrapõe à concepção tradicional que afirmava que as escolas não estavam preparadas para essa missão.



o processo de aprendizagem de cada estudante é singular

Independentemente de um diagnóstico, a escola não tem como saber, antecipadamente, como proceder com alguma criança ou adolescente. Isso ocorre com todos, afinal, o processo de aprendizagem de cada estudante é singular e, ainda que tenhamos delimitações que determinam como ensinar, tudo depende de como o professor e a escola desenvolvem tudo isso.

Inclusão é algo que se consolida nas práticas cotidianas, tendo, como base, o conhecimento específico de cada passo e a descoberta do que facilita o processo de aprendizagem da criança. É evidente que o professor pode contar com especialistas da educação especial e da área da saúde, mas é preciso compreender que a aprendizagem é singular, pois cada aluno necessitará de estratégias e intervenções de acordo com suas particularidades.

Nesse sentido, a igualdade só é atingida quando temos uma diferenciação da oferta do ensino, ao considerar as potencialidades educativas de cada aluno. Isso não significa que se deve ofertar menos a um aluno em função de sua deficiência. A defesa é sobre a não padronização do ensino, afinal, nós não aprendemos todos da mesma maneira.

A partir do conhecimento sobre uma escola inclusiva, podemos resumir suas funções em três pontos, indissociáveis, diferentes: **pertencimento, flexibilidade e acessibilidade**.

De acordo com Bonilha (2014, on-line, grifo nosso), o pertencimento é a chave para a inclusão:



O sentido de pertencimento se faz presente quando cada indivíduo é aceito e reconhecido, respeitando-se suas características físicas, sensoriais, psicológicas e espirituais. A inclusão, nesta perspectiva, passa pela identificação de que as diferenças estão igualmente distribuídas entre as pessoas, não havendo seres humanos “mais diferentes” do que os outros. A inclusão não admite qualquer diferenciação entre os indivíduos, por se ter a convicção de que todos são igualmente diferentes. Uma pessoa com deficiência, por exemplo, não está verdadeiramente incluída em uma sala de aula, quando, mesmo frequentando a classe junto com os demais alunos, continua a ser vista e tratada como um “**estudante especial**”. O

destaque, a distinção e a segregação, ainda que enraizados a priori em uma intenção positiva, são contraditórios aos parâmetros da inclusão na medida em que provocam no indivíduo um sentimento de separação e de não pertencimento ao seu ambiente.

O capacitismo é um fenômeno presente no contexto educacional brasileiro. Uma das formas pelas quais ele se manifesta é por meio do uso do termo “estudante especial”, que pode carregar conotações pejorativas e reducionistas, pois pode reforçar estereótipos e levar estudantes com deficiência a serem tratados como sendo menos capazes ou diferentes dos demais. Segundo a perspectiva Diniz (2007), é fundamental repensar a terminologia empregada e adotar uma linguagem que enfatize a diversidade e valorize as potencialidades de cada indivíduo. Nesse sentido, é mais adequado utilizar o termo “estudante com deficiência”, reconhecendo a singularidade e promovendo uma educação inclusiva e livre de preconceitos.

Ao se reconhecer e ser reconhecido por exercer tarefas significativas para todos, o aluno com deficiência novamente se reconhece e é reconhecido como importante. É um ciclo que se autoalimenta, em que todos exercem suas responsabilidades e ganham com a inclusão.



Compartilhando dessa visão, a flexibilidade torna-se uma peça fundamental para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, permitindo que a escola se adapte às necessidades individuais dos estudantes, proporcionando um ambiente acolhedor e propício ao desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Concepção esta que está estritamente relacionada com o modelo social de deficiência que já estudamos, você consegue identificar tais relações? Assim, “deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam” (GOFFREDO, 1991 *apud* BRASIL, 1999, p. 44).

É a escola que existe em função do aluno, não o contrário. Se o aluno não chegou ao aprendizado, é a escola que deve rever seus métodos e suas abordagens, visto que a escola que não cumpriu a sua função.

É a escola que existe em função do aluno, não o contrário

A flexibilidade permite a eliminação das barreiras. O professor deve conhecer tanto as características da aprendizagem como as características do aprendiz. Conhecer as características do aprendiz não é conhecer um diagnóstico, mas o seu aluno. É comum os professores rotularem as potencialidades dos estudantes tendo, como base, o diagnóstico, como se fosse um limitador de aprendizagem. Pelo contrário, a deficiência deve direcionar estratégias e recursos pedagógicos adequados, para que o estudante alcance um desenvolvimento pleno.



EU INDICO

No documento *Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas*, publicado pelo Ministério da Educação, em 2006, é possível consultar recomendações sobre a flexibilidade do programa de estudos ao discutir sobre as adaptações curriculares. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

Quando falamos de flexibilidade, também adentramos na forma como avaliamos nosso aluno; por isso, agora, trataremos da avaliação na educação especial inclusiva.

VOCÊ SABE RESPONDER?

O que significa avaliar para você? Avaliar é somente dar valor a algo? Ao avaliarmos um aluno, damos valor ao conteúdo que ele demonstrou, ou não, ter aprendido?

A avaliação é um processo natural, que acontece para que o professor entenda os conteúdos que foram ou não assimilados por seus alunos e, ainda, permite que o professor avalie as metodologias adotadas e a relação delas com o nível de assimilação ou não de seus alunos. Logo, a avaliação é um processo contínuo que ocorre diariamente. Avaliação é integração e motivação para o processo de ensino-aprendizagem.

a avaliação é um processo contínuo que ocorre diariamente

Avaliar é um processo pedagógico de autorreflexão para a correção de erros e a construção de novos conhecimentos.

A partir do momento da avaliação, é possível qualificar a atuação, entender a metodologia que não foi tão adequada e, ainda, traçar uma nova estratégia, que possibilite a aprendizagem. “Em linhas gerais, a avaliação feita em escolas não inclusivas constitui uma etapa estanque, posterior às etapas de ensino e de aprendizagem, culminando com a etapa de classificação dos alunos” (SASSAKI, 2017, on-line).

Portanto, uma **avaliação, na perspectiva inclusiva, é contínua**, é baseada em inúmeras fontes, é realimentativa e incluyente. Seu objetivo principal não é a atribuição de notas, mas a aquisição de conhecimentos, sendo que os resultados norteiam o planejamento do trabalho do docente.

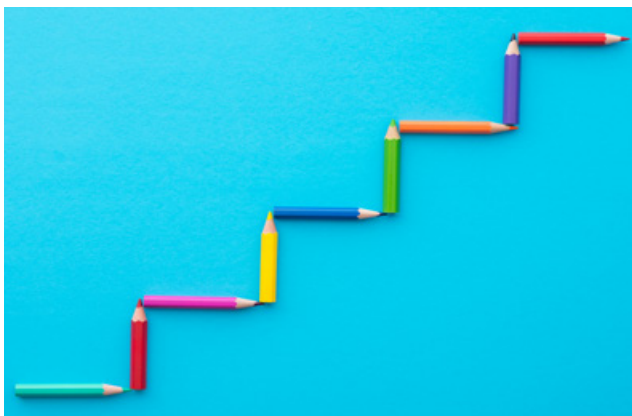




No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana (BRASIL, 2004, p. 11).

Dessa forma, a escola que busca uma homogeneidade no ensino-aprendizagem não é inclusiva. Outra questão relevante a se destacar é a necessidade de refletir sobre a questão do diagnóstico. O resultado da avaliação é provisório, porque, provavelmente, será diferente do resultado anterior e do posterior. Conforme o aluno se adapta e as estratégias são adaptadas a ele, o avanço na aprendizagem ocorre.

Para avaliar a performance dos alunos, é necessária a mediação dos professores. Nesse contexto, surgirão as descrições, a quantificação de erros e acertos, e o foco na percepção daquilo que o aluno tem mais facilidade e maior dificuldade. Um relatório de uma avaliação é a matéria-prima para conhecer o modo como aquele aluno aprende. Isso vale para todos, tanto para alunos com deficiência ou não.



INDICAÇÃO DE FILME

Como estrelas na terra.

Sinopse: em *Como estrelas na terra: toda criança é especial*, um professor de artes não convencional ajuda um estudante de 8 anos de idade com distúrbio de aprendizagem a descobrir seu verdadeiro potencial.



Com esse olhar, é possível chegar à conclusão de que a avaliação comprometida com a inclusão é uma ferramenta para aferir o aprendizado e, também, um instrumento de prática docente.

Os profissionais da educação especial têm, portanto, papel fundamental no estabelecimento dessa nova visão sobre as funções do que é avaliar para os professores do ensino regular. Estudante, será sua atribuição, também, auxiliar esses professores com alternativas e adaptações que busquem propiciar uma melhor performance em cada aluno.

Às vezes, uma mudança simples pode auxiliar o processo de aprendizagem daquele aluno, seja uma leitura da prova em voz alta, o estudo em um local tranquilo, uma explicação das questões de uma forma diferente, o uso de letras ampliadas, a divisão dos testes em mais períodos etc. É claro que poderá haver casos em que serão necessárias adaptações mais complexas, como o uso de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), de Braille e/ou de computadores com equipamentos específicos.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Como futuro professor, você deseja avaliar os seus alunos para que eles mostrem seu potencial ou quer apenas padronizar respostas para recebê-las a qualquer custo?

É claro que o que vimos aqui se refere à avaliação do aluno com deficiência, mas, se você observar, isso vale para a avaliação de qualquer aluno, porque a principal exigência da inclusão escolar é que a educação seja de qualidade para todos.



A avaliação também desempenha um papel crucial nesse processo, sendo uma ferramenta para compreender como cada aluno aprende e para desenvolver estratégias que atendam as suas necessidades específicas. Assim, ao abraçar a flexibilidade e valorizar a inclusão, a escola cumprirá sua função primordial: formar cidadãos críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Diante dessa reflexão, podemos concluir que os professores desempenham um papel fundamental na construção de uma educação de qualidade para todos. Ao valorizar as potencialidades de cada estudante e promover um ambiente inclusivo, os educadores

podem criar as condições ideais para o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

Nesse sentido, é essencial que os profissionais da educação estejam abertos ao diálogo, atualizados em relação às práticas pedagógicas inclusivas e comprometidos em proporcionar uma educação equitativa, que reconheça e respeite a diversidade dos alunos.

Ao adotar essa postura, os professores contribuem para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Portanto, é necessário que a educação seja pautada pelo princípio da equidade, garantindo a todos os estudantes o direito de aprender e se desenvolver em um ambiente acolhedor e estimulante.

é essencial que os profissionais da educação estejam abertos ao diálogo

NOVOS DESAFIOS

A escola inclusiva é lugar de respeito, de olhar para o todo e a cada um, levando em consideração a individualidade e a importância do pertencimento e, diante das teorias pedagógicas modernas e de suas relações com importantes acontecimentos históricos, é notório que a educação deve estar em constante transformação e adaptação às demandas da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a escola inclusiva se mostra fundamental, proporcionando o sentido de pertencimento a todos os alunos, independentemente de suas diferenças. A flexibilidade é um dos pilares para a inclusão, permitindo que a escola elimine barreiras e se adapte às necessidades individuais de cada estudante.

Ao considerar a diversidade e as particularidades dos alunos, os professores podem contribuir para a construção de uma educação de qualidade para todos, promovendo um ambiente em que cada um seja reconhecido e valorizado por suas potencialidades.

Por fim, tudo isso fortaleceu a perspectiva de uma educação cada vez mais inclusiva, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido. É justamente nesse percurso que você, responsável pela prática docente, compreenderá como relacionar as suas vivências em sala de aula para a consolidação de escolas inclusivas, pautadas no respeito e no acolhimento à diversidade.



VAMOS PRATICAR

1. A pedagogia histórico-crítica é uma abordagem educacional diferente de uma visão simplista, que enxerga a educação como mero reflexo da realidade. Essa pedagogia destaca o potencial da educação como instrumento de conscientização crítica e organização coletiva, para promover mudanças na sociedade.

Ela busca compreender a educação como uma prática social situada em um contexto histórico, político, econômico e cultural específico. Ela reconhece que a educação não está dissociada das estruturas sociais em que se insere, podendo tanto reproduzir quanto transformar tais estruturas.

Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica busca superar a reprodução das desigualdades sociais presentes na sociedade. Ela valoriza o conhecimento científico como instrumento de análise e compreensão crítica da realidade, promovendo uma visão ampla e crítica dos problemas sociais. Por meio do diálogo e da problematização dos conteúdos, os estudantes são incentivados a questionar, refletir e buscar soluções para as contradições e injustiças sociais.

Além disso, essa pedagogia estimula a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, promovendo a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade de agir de forma consciente e responsável na sociedade.

Em suma, a pedagogia histórico-crítica reconhece a importância da educação na formação dos sujeitos e na reprodução ou transformação das estruturas sociais. Ela propõe uma abordagem crítica e comprometida com a emancipação humana, valorizando o conhecimento científico, a conscientização crítica e a organização coletiva como ferramentas para a transformação social (FRIGOTTO, 2011).

Fonte: FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Como a pedagogia histórico-crítica aborda a relação entre educação e transformação social?

VAMOS PRATICAR

2. A inclusão na educação refere-se à prática de garantir a participação plena e igualitária de todos os alunos, independentemente de suas características, necessidades ou diferenças.

Quando os alunos se sentem incluídos, ou seja, quando são acolhidos, respeitados e apoiados em suas diferenças, eles desenvolvem um sentimento de pertencimento à comunidade escolar. Esse sentimento é fundamental para o desenvolvimento saudável, emocional e acadêmico dos estudantes.

Quando os alunos se sentem parte da comunidade escolar, eles se engajam mais nas atividades escolares, sentem-se motivados a aprender, têm maior autoestima e confiança em si mesmos (MENDES, 2016).

Fonte: MENDES, E. G. **Inclusão escolar**: psicologia, desenvolvimento e aprendizagem. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2016.

Explique a relação entre a inclusão e o sentimento de pertencimento na educação.

3. De acordo com Libâneo (2003, p. 13), "A Pedagogia é, antes de tudo, um _____, não um curso cuja natureza constitutiva, é a teoria e a prática da _____ ou a teoria e a prática da _____".

Fonte: LIBÂNEO, J. C. O debate sobre o estudo científico da educação: ciência pedagógica ou ciência da educação? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 13-33, 2003. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14720>. Acesso em: 8 ago. 2023.

Indique a alternativa correta que corresponde às lacunas do trecho citado.

- a) Campo esportivo; educação; formação humana.
- b) Campo científico; educação; formação humana.
- c) Campo científico; educação; língua portuguesa.
- d) Campo esportivo; engenharia; formação humana.
- e) Campo científico; engenharia; formação desumana.

VAMOS PRATICAR

4. A pedagogia histórico-crítica reconhece a existência dessas desigualdades e busca enfrentá-las por meio de uma atuação transformadora. Ela parte do pressuposto de que a educação está inserida em um contexto social e político, e não pode ser dissociada das relações de poder e das estruturas sociais existentes. Nesse sentido, ela reconhece que as desigualdades sociais se refletem na educação, afetando o acesso, a participação e os resultados dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Para tanto, propõe práticas educativas que estimulam a conscientização crítica, a reflexão sobre as injustiças sociais e a organização coletiva. Ela busca promover a igualdade de oportunidades na educação inclusiva, adaptando os conteúdos e as metodologias para atender às necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade, valorizando suas experiências e potencialidades.

Dessa forma, a pedagogia histórico-crítica assume um papel ativo na promoção da igualdade na educação inclusiva. Ela entende que a superação das desigualdades requer uma ação consciente e coletiva, envolvendo não apenas os alunos em situação de vulnerabilidade, mas também os educadores, a comunidade escolar e a sociedade como um todo (FREIRE, 2019).

Fonte: FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Qual é o papel da pedagogia histórico-crítica na superação das desigualdades sociais na educação inclusiva?

- a) A pedagogia histórico-crítica ignora as desigualdades sociais na educação inclusiva.
- b) A pedagogia histórico-crítica acredita que as desigualdades sociais na educação inclusiva são inerentes e imutáveis.
- c) A pedagogia histórico-crítica enfatiza a seleção e a exclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade social na educação inclusiva.
- d) A pedagogia histórico-crítica atua na transformação das estruturas sociais e na promoção da igualdade de oportunidades na educação inclusiva.
- e) A pedagogia histórico-crítica responsabiliza exclusivamente os alunos em situação de vulnerabilidade social pela superação das desigualdades na educação inclusiva.

VAMOS PRATICAR

5. Leia o texto a seguir: “[...] Portanto, há razões suficientes para se postular a existência de um curso de estudos pedagógicos específicos e, ao mesmo tempo, de cursos também específicos referentes a desdobramentos das várias modalidades de exercício pedagógico, como a formação de professores, a educação de adultos, a animação cultural, as atividades nas mídias” (LIBÂNEO, 2003, p. 21).

Fonte: LIBÂNEO, J. C. O debate sobre o estudo científico da educação: ciência pedagógica ou ciência da educação? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 13-33, 2003. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14720>. Acesso em: 8 ago. 2023.

Libâneo (2003) defende que:

- I - A docência subordina-se à pedagogia.
- II - O ensino é um tipo de prática educativa.
- III - Profissionais da educação devem ser formados em faculdades de pedagogia.
- IV - Profissionais da educação nem sempre precisam de formação, pois a vida já ensina o bastante.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

BONILHA, F. O pertencimento com a chave para a inclusão. **Correio Popular**, 2014. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/o-pertencimento-como-a-chave-para-a-inclus-o-1.1133502>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. **Salto para o futuro**. Educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: SEEP, 1999. 96 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. v. 1. 28 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/fundamentacaofilosofica.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FICHTE, J. G. **A Doutrina da Ciência de 1794 e Outros Escritos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FERRARI, M. Comênio, o pai da didática moderna. **Nova Escola**, out. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/184/pai-didatica-moderna-filosofo-tcheco-comenio>. Acesso em: 8 ago. 2023.

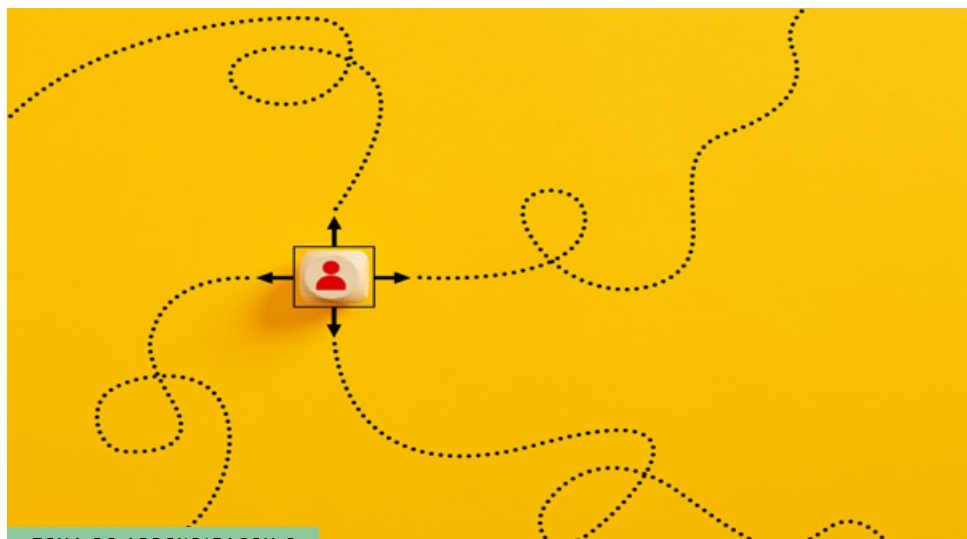
LIBÂNEO, J. As teorias pedagógicas modernas ressignificadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J.; SANTOS, A. (org.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SASSAKI, R. K. Avaliação Inclusiva da Aprendizagem. **Portal Aceso**, jun. 2017. Disponível em: <https://www.portalacesse.com.br/avaliacao-inclusiva-da-aprendizagem/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

TARDIF, M.; GAUTHIER, C. (org.). **A Pedagogia**: teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2010.

GABARITO

1. A pedagogia histórico-crítica aborda a relação entre educação e transformação social, reconhecendo que a educação desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos e na reprodução ou transformação das estruturas sociais. Ela busca superar a visão ingênua da educação como mero reflexo da realidade, destacando sua capacidade de contribuir para a transformação social por meio da conscientização crítica e da organização coletiva. A pedagogia histórico-crítica entende que a educação deve ser uma prática comprometida com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
2. A inclusão na educação está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento dos alunos. Quando os estudantes se sentem incluídos, valorizados e acolhidos em suas diferenças, desenvolvem um sentimento de pertencimento à comunidade escolar. Esse sentimento é essencial para o seu desenvolvimento emocional, acadêmico e social, promovendo maior engajamento nas atividades escolares, autoestima elevada e confiança em si mesmos.
3. Opção B. De acordo com Libâneo (2003, p. 13), “A Pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não um curso cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e a prática da formação humana”.
4. Opção D. O papel da pedagogia histórico-crítica, na superação das desigualdades sociais na educação inclusiva, é proporcionar uma prática educativa que enfrente as barreiras e os preconceitos que limitam o acesso e a participação plena dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Ela busca construir uma escola inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades e valorize as diferentes culturas e realidades dos alunos. A partir da análise crítica das estruturas sociais e das relações de poder, a pedagogia histórico-crítica estimula a transformação das condições educacionais, visando à promoção da justiça social e à superação das desigualdades.
5. Opção D. De acordo com Libâneo (2003, p. 21), “Vê-se que acaba sendo bastante empobrecedor, do ponto de vista conceitual, identificar a pedagogia como docência. Na verdade, a docência subordina-se à pedagogia, uma vez que o ensino é uma prática educativa, vale dizer uma modalidade de trabalho pedagógico. [...] Os profissionais da educação devem ser formados predominantemente nas atuais faculdades de educação (ou faculdade de pedagogia) [...]”.



TEMA DE APRENDIZAGEM 8

PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RECURSOS PEDAGÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR

MINHAS METAS

- Compreender a importância da formação dos professores para lidar com a diversidade dos alunos.
- Identificar os recursos e as estratégias utilizados na educação inclusiva: familiarizar-se com os recursos pedagógicos e de acessibilidade.
- Entender o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na formação e na autonomia dos alunos com necessidades específicas, assim como as atribuições do professor de AEE.
- Compreender a importância do envolvimento da equipe escolar, do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e da família no desenvolvimento e inclusão dos estudantes com deficiência.
- Analisar o papel da avaliação no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e reconhecer sua importância como recurso para aprendizagem.

INICIE SUA JORNADA

A educação inclusiva é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque na área educacional. Esse movimento teve início na década de 1990, quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial e a proclamação da Declaração de Salamanca, que estabeleceu políticas, princípios e práticas relacionadas à educação especial.

A partir desse momento, houve uma priorização do atendimento de alunos com deficiências e necessidades específicas, tanto em salas regulares quanto em espaços de atendimento especializado, desde que eles tivessem condições de acompanhar e de desenvolver as atividades curriculares do ensino comum. Antes disso, a inclusão se limitava apenas à possibilidade de integração ao mesmo espaço.

No contexto brasileiro, esse movimento foi consolidado a partir dos anos 1990, em que se estabeleceu que os sistemas de ensino deveriam garantir, aos alunos com deficiências e necessidades educacionais específicas, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas demandas. Além disso, a educação especial foi definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, fortalecendo a atuação da educação especial em conjunto com o ensino regular.

Dessa forma, a educação inclusiva busca ir além da mera presença dos alunos com necessidades específicas no ambiente escolar, garantindo que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, de acordo com as suas particularidades. O desafio atual é promover uma avaliação inclusiva, que considere as diversas formas de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, sem deixar de considerar suas necessidades individuais. Nesse sentido, a educação inclusiva se apresenta como um importante caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



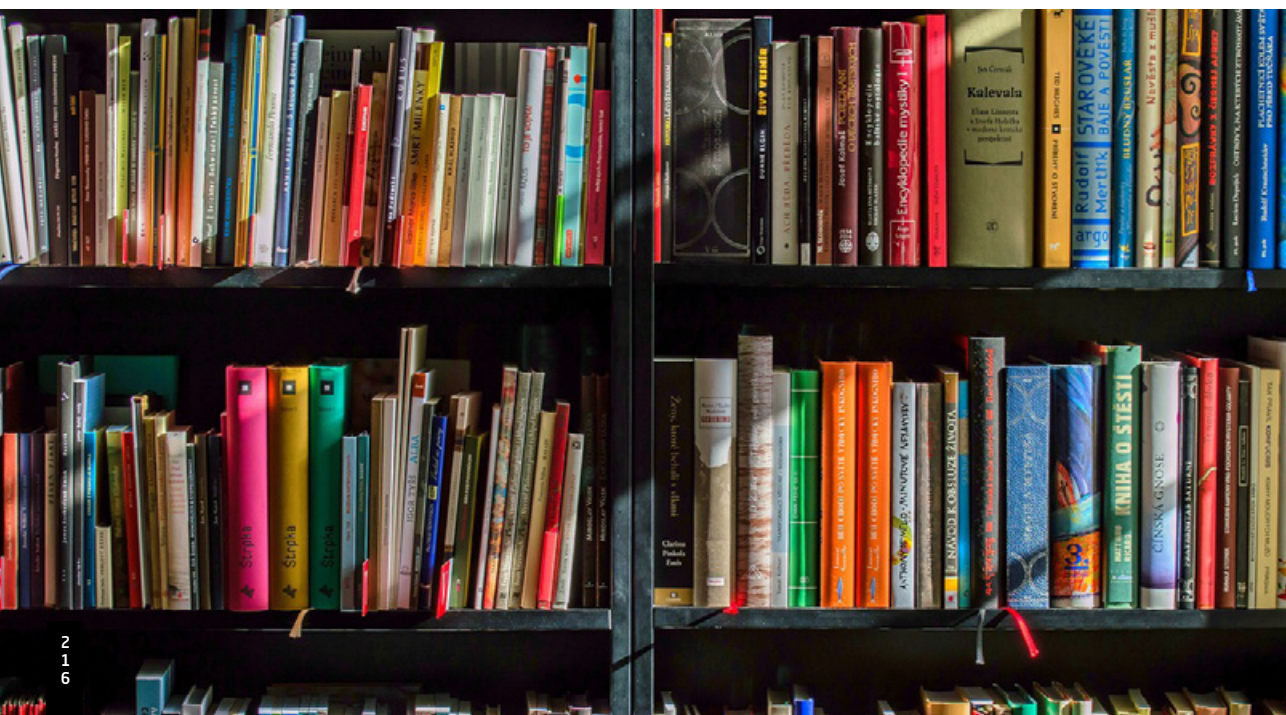
VAMOS RECORDAR?

Convidamos você a refletir sobre o capacitismo, suas consequências e a importância de promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Neste vídeo, Fernando Campos explora o conceito de capacitismo, por meio de experiências pessoais e exemplos concretos, para destacar como o capacitismo se manifesta em nossa sociedade e como isso impacta a vida das pessoas com deficiência. Será que estamos reproduzindo estereótipos? Estamos agindo de forma inclusiva em nossos ambientes educacionais? Como podemos criar espaços mais acolhedores e igualitários? **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

INCLUSÃO E IGUALDADE NA EDUCAÇÃO: AVANÇOS RECENTES

Nos últimos anos, importantes medidas e regulamentações foram estabelecidas, visando a promover a inclusão e a igualdade de oportunidades na educação.



1994

A Declaração de Salamanca define políticas, princípios e práticas da educação especial e influi nas políticas públicas da educação (UNESCO, 1998). A partir dessa época, foi priorizado o atendimento de alunos com “necessidades especiais”, tanto em sala regulares como em espaços de atendimento especializado.

1996

No Brasil, esse movimento foi concretizado a partir Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Art. 59, preconizando que os sistemas de ensino deveriam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Essa lei atribuiu às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes (BRASIL, 1996).

1999

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999). Teve, como diferencial, a atuação complementar da educação especial ao ensino.

2001

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, determinou que todas as escolas matriculassem alunos público-alvo da educação especial, buscando uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001b).

2002

- A Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, estabeleceu diretrizes para a formação de professores da educação básica, enfatizando a atenção à diversidade e o conhecimento sobre alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2002a).
- A partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se tornou a língua oficial da comunidade surda no Brasil (BRASIL, 2002b).
- A Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como parte do currículo de cursos de formação de professores (BRASIL, 2002b).
- O Braille também foi regulamentado para o ensino de pessoas com deficiência visual.

2003

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (implementado pelo Ministério da Educação e Cultura) teve o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Foi reafirmada a escolarização de alunos com e sem deficiência no sistema regular de ensino.

2006

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu que os Estados deverão assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, garantindo o acesso dos alunos com deficiência no ensino inclusivo em todas as modalidades de ensino.

No Brasil, a **Educação Inclusiva é respaldada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, que preconizam a matrícula de todos os estudantes público-alvo da educação especial em turmas regulares, seguindo o princípio da educação para todos. Esse movimento ganhou destaque por meio de um documento elaborado por pesquisadores, educadores e colaboradores, em conjunto com profissionais da **Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura**, que apresentou o objetivo da educação especial:



[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com **deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação**, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14, grifo nosso).

A partir daí, o atendimento especializado dos alunos com deficiência fundamentou-se na perspectiva da educação inclusiva, que:



[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 16).

O **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** passa a garantir que atividades e materiais pedagógicos eliminem as barreiras para auxiliar o aprendizado de estudantes com deficiências e necessidades educacionais específicas, além da orientação de professores e famílias. Esse atendimento, prioritariamente, deve acontecer nas salas de recurso, com apoio educacional ao aluno e aos professores da sala de ensino regular, uma vez que é “[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar” (SARTORETTO; SARTORETTO, 2010, p. 2).



A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O AEE é um serviço oferecido no contexto da educação inclusiva, destinado a alunos público-alvo da educação especial. O AEE tem, como objetivo, complementar e suplementar o ensino regular, buscando garantir o acesso, a participação e o aprendizado desses alunos, a autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado de sala de recursos multifuncionais (SRM).

As SRMs são espaços físicos, presentes nas escolas, que oferecem o AEE. Essas salas são equipadas com materiais, recursos pedagógicos e tecnológicos especializados, voltados para atender às demandas dos estudantes público-alvo da educação especial (Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007; BRASIL, 2007a). O objetivo dessas salas é proporcionar um ambiente adequado e acolhedor, no qual os alunos recebam o suporte necessário para desenvolver suas habilidades e superar dificuldades específicas de aprendizagem.



Em resumo, o AEE e as SRMs têm, como finalidade, promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente escolar, garantindo que os alunos atendidos recebam um suporte pedagógico adequado para as suas particularidades, visando à maximização de seu desenvolvimento e seu aprendizado, oferecendo um ambiente mais adequado e acolhedor e respeitando as individualidades e as potencialidades de cada aluno.

Existem dois tipos de SRMs, como veremos a seguir. Essas salas são equipadas com materiais e recursos pedagógicos diversificados, como tecnologias assistivas, jogos educacionais adaptados, materiais táteis e recursos de comunicação alternativa.

TIPO I

Aquelas constituídas de computadores, monitores, fones de ouvido e microfones, escâner, impressora a laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, notebook, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário e quadro melamínico.

TIPO II

Constituídas dos recursos da sala tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, como impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis.

SRMs são parte integrante do projeto político-pedagógico da escola

Portanto, as SRMs são parte integrante do projeto político-pedagógico da escola. De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destina-se a alunos com deficiência física, mental, sensorial, visual e pessoas surdas, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades (que constituem o público-alvo da educação especial) (BRASIL, 2015). O atendimento deve acontecer no contraturno da classe comum, ou seja, a matrícula no AEE é condicionada à matrícula no ensino regular.

**EU INDICO**

Para conhecer mais sobre esse tema e obter orientações para a implantação de uma SRM, recomendamos o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Esse material oferece diretrizes, informações e sugestões valiosas para educadores, gestores escolares e profissionais envolvidos com a educação inclusiva, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acessível e inclusivo. Não deixe de conferir esse importante recurso para promover uma educação mais igualitária e diversificada para todos os estudantes. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

O atendimento pode ser oferecido em pontos de AEE da rede pública ou privada, sem fins lucrativos, desde que esteja de acordo com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009).

Quanto à sistemática de atendimento, o documento determina: os alunos são matriculados em salas comuns e inscritos na SRM para serem beneficiados por estratégias e atividades diversificadas, criteriosamente elaboradas pelo professor especializado para o AEE. É importante ressaltar que, para atuar nas salas de recursos, os professores devem, prioritariamente, ser pós-graduados na área de educação especial, atendendo à Resolução CNE/CEB nº 2/2001 sobre a formação dos profissionais locados nas salas de atendimento especializado (BRASIL, 2001b).

Reflexões sobre a Atuação do Professor na Educação Inclusiva

O papel do professor, em uma escola que se pauta nos princípios de uma educação inclusiva, é de facilitador, no processo de busca de conhecimento, que parte do aluno. Ele é quem “organiza situações de aprendizagem adequadas às diferentes condições e competências, oferecendo oportunidade de desenvolvimento pleno para todos os alunos” (POKER *et al.*, 2013, p. 17).

Sabemos que a escola é um dos principais espaços de convivência humana, sendo a escola inclusiva aquela que garante e respeita a diversidade de seus alunos, suas necessidades e suas potencialidades e, ainda, possibilita a equiparação de oportunidades.

a escola é um dos principais espaços de convivência humana

Entretanto, para que isso seja possível, é necessário que tenhamos professores com domínio dos conhecimentos pedagógicos e o papel fundamental de construir uma prática pedagógica capaz de incluir alunos com necessidades pedagógicas diferenciadas. Todavia, na prática, a maioria dos professores, ainda, não se sente preparada e segura para essa atividade, pois, conforme descreve Beyer (2003, p. 1-2):



[...] A maior parte dos professores julgam-se despreparados para atender alunos com ‘necessidades especiais’: faltam-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições de trabalho [...]. Os professores já em experiência de educação inclusiva mostram níveis preocupantes de stress, [...] principalmente devido à inexistência de uma formação anterior visando à capacitação para o ensino desse alunado.

Sabemos da grande expectativa sobre os professores e na perspectiva da inclusão escolar; o professor da educação especial não assume uma posição de especialista, mas desenvolve suas ações com foco no AEE aos alunos, público-alvo da educação especial, com as seguintes atribuições:

- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos, de forma a construir um plano de atuação para eliminá-las (BRASIL, 2009).
- Reconhecer as necessidades e habilidades do aluno. Nesse sentido, o professor de AEE reconhece, também, as suas habilidades e, a partir de ambas, planeja o atendimento.
- Elaborar e executar o plano de AEE, avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos educacionais e de acessibilidade (BRASIL, 2009).

- Organizar o tipo e o número de atendimentos (BRASIL, 2009) necessários ao aluno, para que ele possa aprender a utilizá-los, segundo suas habilidades e suas funcionalidades.
- Avaliar, quantitativamente, o número de atendimentos semanais/mensais, de acordo com as necessidades do aluno.
- Também devem ser usados pelos professores a produção de materiais didático-pedagógicos, como textos ampliados e gravados, bem como softwares e outros recursos tecnológicos disponíveis.

O professor de sala de aula deverá informar e avaliar, em conjunto com o professor do AEE, o desenvolvimento e as necessidades dos alunos nos serviços de atendimento, garantindo a participação do aluno nas atividades escolares. Com base nessas informações, os professores deverão reformular as ações e estabelecer estratégias e recursos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o público-alvo da educação especial são: estudantes com deficiências (deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual), estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (TGDs) e estudantes com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Para promover uma educação inclusiva efetiva, é fundamental contar com um **projeto político-pedagógico (PPP)** que contemple ações cuidadosas e planejadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Isso inclui adaptações físicas, curriculares, atenção individualizada e outras medidas, coordenadas em conjunto com a equipe pedagógica da escola. Além disso, é essencial ressaltar a importância do envolvimento da família, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do estudante.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), as adaptações curriculares são estratégias alternativas, criadas pela escola para lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos, de modo a adequar o currículo as suas necessidades específicas. Essas adaptações não implicam criar um currículo, mas, sim, torná-lo flexível e dinâmico, baseando-se em:



[...] ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 1998, p. 33).

No âmbito da educação inclusiva, as adaptações curriculares representam oportunidades para lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Elas envolvem a necessidade de ajustar o currículo regular, quando necessário, de forma a torná-lo adequado às especificidades dos alunos. Essas adaptações não implicam criar um currículo, mas, sim, transformá-lo em um flexível, modificável e expansível, a fim de atender efetivamente a todos os estudantes (BRASIL, 1998).



INDICAÇÃO DE LIVRO

Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.

Editora: Mediação

Autor: Rosita Edler Carvalho

Sinopse: este livro oferece uma compreensão sobre a disciplina de “Diagnóstico, Planejamento e Avaliação na Educação Especial”. Aborda conceitos de diferença e discute as políticas públicas de educação especial à política de educação inclusiva. Ao longo do livro, trata sobre o currículo e as adaptações curriculares.



ADAPTAÇÕES CURRICULARES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As adaptações curriculares ou adequações curriculares se referem a ações pedagógicas, que buscam flexibilizar o currículo para atender às necessidades específicas dos alunos no contexto escolar. Essas adaptações envolvem modificações progressivas no currículo regular, direcionadas aos estudantes com necessidades específicas, visando a atender as suas dificuldades específicas, promovendo a aquisição de conhecimento e a inclusão no processo de ensino-aprendizagem. Essas adaptações devem ser implementadas sempre que necessário, para atender às necessidades e às características individuais dos alunos (BRASIL, 1998).

Documentos educacionais que fundamentam a educação inclusiva brasileira propõem dois tipos de adaptações curriculares: as de grande porte e as de pequeno porte.

GRANDE PORTE

Refere-se à criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno em sua unidade escolar; à adaptação do ambiente escolar (espaço físico); à aquisição de mobiliário, equipamentos e recursos materiais específicos. Inclui, também, a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação.

PEQUENO PORTE

São aquelas promovidas no currículo, pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam deficiências e necessidades educacionais específicas no processo de ensino-aprendizagem, na escola regular, junto aos seus parceiros.



Os níveis da adaptação curricular podem ocorrer no:

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

Medidas de ajuste no currículo em geral (proposta pedagógica para educação inclusiva) focam na organização escolar e em serviços de apoio especializados (AEE).

PLANO DE AULA OU EM NÍVEL INDIVIDUAL

Medidas realizadas pelo professor, visando à programação das atividades em sala de aula, que destacam o “como fazer”, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares. Os níveis devem ser compreendidos em âmbito coletivo (sala de aula), por meio do planejamento e da implementação do currículo da classe, e em âmbito individual, por meio do Plano Educacional Individualizado (PEI).

São categorias:

ACESSO AO CURRÍCULO

Modificações nos elementos físicos – acessibilidade e materiais de ensino, adaptação de materiais, uso de tecnologias assistivas – e nos recursos pessoais do professor (com relação ao seu preparo para trabalhar com os alunos).

ELEMENTOS DO CURRÍCULO

Formas de ensinar e avaliar. São adaptações metodológicas, didáticas, dos conteúdos curriculares e avaliativas.

Cabe lembrar que as adaptações curriculares também devem ser utilizadas no sistema de avaliação dos alunos. “As adaptações significativas na avaliação estão vinculadas às alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescentados no Plano de Ensino ou dele eliminados” (BRASIL, 1999, p. 40).

Essas mudanças têm o objetivo de garantir que os alunos sejam avaliados de acordo com o que foi ensinado e não sejam cobrados por conhecimentos ou habilidades que estejam além de suas capacidades atuais de aprendizado. Dessa forma, as adaptações, na avaliação, buscam promover o aluno com base em seu desempenho real e evitar exigências injustas.

É importante elencar as responsabilidades de cada integrante da equipe escolar nas adaptações curriculares. No caso da direção escolar, as atribuições devem estar direcionadas ao planejamento e à implementação das adaptações curriculares.

É atribuição da direção:



1. permitir e prover suporte administrativo, técnico e científico para a flexibilização do processo de ensino, de modo a atender à diversidade;
2. adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo;
3. flexibilizar a organização e o funcionamento da escola, de forma a atender à demanda diversificada dos alunos;
4. viabilizar a atuação de professores especializados e de serviços de apoio para favorecer o processo educacional (ARANHA, 2000a, p. 12).

Aos professores, cabe, em relação à aprendizagem, **utilizar instrumentos que possibilitem o uso de estratégias, técnicas e modificações** que permitam a aprendizagem, de modo que as necessidades educacionais dos alunos sejam atendidas. Ainda, em relação aos professores, é esperado que:



[...] o professor esteja constantemente atento a seu aluno, para identificar de que conhecimentos ele já dispõe (relacionados com o tema de cada unidade de conteúdo), e que necessidades educacionais apresenta; que use de sua criatividade para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas; e que o professor use continuamente da avaliação para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar (ARANHA, 2000b, p. 30).

As adaptações curriculares se referem à estratégia de planejamento e à atuação docente, no sentido de promover condições para atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno, um planejamento fundamentado em critérios para tomadas de decisão que assegurem a qualidade de aprendizado dos alunos.

Recursos e Adaptações para uma Educação mais Inclusiva

Para que professores efetivem as adaptações curriculares, é preciso conhecer alguns recursos que atuam na aprendizagem de alunos com deficiência. Para tanto, conheceremos um pouco mais sobre as tecnologias assistivas.

Na prática, a tecnologia assistiva é toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência, com o objetivo de proporcionar a ela melhoria da qualidade de vida e inclusão social.

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), por meio da Portaria SEDH nº 142, de 16 de novembro de 2006, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), uma reunião de especialistas e órgãos governamentais com o objetivo de apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e os órgãos públicos referentes à área de tecnologia assistiva (BRASIL, 2006b).

Entre as propostas, foram delineadas as diretrizes da área de conhecimento e a criação de cursos na área de tecnologia assistiva, bem como o desenvolvimento de outras ações, com o objetivo de formar recursos humanos qualificados e propor a elaboração de estudos e pesquisas relacionados com o tema da tecnologia assistiva (BRASIL, 2007b).

Em 2007, o CAT aprovou como conceito brasileiro de tecnologia assistiva:



[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à

atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007b, p. 3).

As tecnologias assistivas são classificadas em dois grupos ou tipos, de acordo com sua funcionalidade:

- **Recursos de tecnologia assistiva:** qualquer objeto, equipamento, componente, produto ou sistema que foi produzido em série e/ou sob medida com o objetivo de aumentar, melhorar e manter a capacidade funcional dos alunos com deficiência. Por exemplo: bengala, programas de computador, talher adaptado ou qualquer outro objeto, desde que o objetivo seja contribuir para a independência e a autonomia da pessoa com deficiência.
- **Serviços de tecnologia assistiva:** são serviços que ajudam pessoas com deficiência nas escolhas e na seleção dos recursos de tecnologia assistiva, ou seja, auxilia na avaliação e na seleção do recurso mais apropriado para cada caso.

A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental nas escolas

A tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental nas escolas, proporcionando suporte e oportunidades para os estudantes, podendo superar barreiras e participar plenamente do ambiente educacional. Além disso, também beneficia os educadores, fornecendo ferramentas que facilitam o ensino diferenciado e a personalização do aprendizado, atendendo às necessidades individuais de cada aluno. Com o uso adequado e integrado da tecnologia assistiva, as escolas podem criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos e proporcionar a todos os alunos a chance de alcançarem seu máximo potencial.



EU INDICO

Estudante, descubra ferramentas gratuitas de tecnologia assistiva e amplie suas possibilidades! Selecionamos uma variedade de recursos que podem apoiar sua aprendizagem e promover a inclusão. Não perca essa oportunidade de explorar as vantagens da tecnologia assistiva para alcançar o seu pleno potencial. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

ADAPTAÇÕES E MODIFICAÇÕES NA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O que significa a palavra avaliar? O termo avaliação deriva da palavra “valer”, que vem do latim *vālêre* e se refere a testar, medir, ser válido, ou seja, é dar valor a algo e expor o seu valor.

O que é avaliação? No contexto educacional, a avaliação é um processo contínuo de pesquisas, que visa a interpretar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola.

Na prática pedagógica, a avaliação da aprendizagem visa à melhoria do processo educacional. De acordo com Libâneo (1991), a avaliação é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser resumida a simples realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas fornece dados quantitativos, que devem ser apreciados qualitativamente.

**a avaliação é uma
tarefa didática
essencial para o
trabalho docente**

A primeira coisa que devemos pensar é porque estamos avaliando – qual é o motivo de realizar a avaliação. A partir dessa reflexão, podemos repensar nossas ações para interagir com os alunos no processo de aprendizagem, ou seja, o que eu desejo ensinar e quais as expectativas de aprendizagem sobre meus alunos. Na realidade, espera-se a atuação de um professor que diversifique suas ações, que seja aquele que “provoca, questiona, confronta, exige novas e melhores soluções a cada momento” (HOFFMANN, 2004, p. 77).

Apesar de ainda utilizarmos esse tipo de avaliação, não deve ser a única maneira de avaliar a aprendizagem. A avaliação deve ser um processo contínuo, determinado de acordo com o planejamento escolar, e os resultados devem servir para subsidiar o professor sobre o avanço em suas práticas pedagógicas ou, se necessário, o retorno a alguma etapa do ensino que não foi completamente atingida, ou seja, as avaliações precisam auxiliar no planejamento e na revisão dos processos de ensino-aprendizagem.

VOCÊ SABE RESPONDER?

Você sabia que existem vários tipos de avaliação e que cada uma conduz a um objetivo distinto?

DIAGNÓSTICA

Identificação prévia da turma, conhecimentos preestabelecidos. Para Luckesi (1996), a avaliação diagnóstica, como o próprio nome diz, visa a diagnosticar, acompanhar e oferecer o entendimento dos processos pelos quais os alunos constroem os conhecimentos, os quais são promovidos de forma autônoma, por meio da ação do educador em qualquer momento do percurso (início, meio e fim). Portanto, o professor passa a ter uma maior compreensão da aprendizagem do aluno, acompanhando de perto as situações que o envolvem, refletindo continuamente sobre elas e fundamentando suas tomadas de decisões, com vistas a uma melhor condução do processo educativo.

FORMATIVA

Contínua, realizada ao longo do processo. Oferece parâmetros para observar se o objetivo foi alcançado e pode interferir no que compromete a aprendizagem. Segundo Perrenoud (1999), a prática da avaliação sempre foi marcada pelo fortalecimento da hierarquia social, ou seja, por meio da avaliação, classificam-se as camadas sociais, garantindo a subordinação dos educandos a determinados conteúdos e procedimentos voltados para interesses de um grupo em específico, definindo-se, assim, um modelo de aluno que se quer enquadrado em determinadas normas e valores sociais. É importante lembrar que a avaliação formativa tem, como foco, não apenas o estudante, mas também o professor e a escola. Seu campo de atuação e representação ultrapassa a sala de aula.

SOMATIVA

Classifica os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos ao final do processo. Segundo Haydt (2000), a avaliação somativa tem, como função, classificar os alunos ao final da unidade, do semestre ou do ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele será aprovado ou reprovado e está vinculado à noção de medir.

VALORIZANDO A IDENTIDADE: RECONHECER E RESPEITAR AS PREFERÊNCIAS LINGUÍSTICAS

Sempre que formos nos referir às pessoas com deficiência, o termo recomendado é “pessoa com deficiência”, ou seja, refere-se à pessoa que apresenta alguma deficiência física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla. É esse o termo usado mundialmente no meio acadêmico, em documentos oficiais, debates etc.

A expressão “**pessoas com deficiência**” é a apropriada, pois não foca nas diferenças e não esconde a deficiência, a expressão ressalta a pessoa e o indivíduo em primeiro lugar, independentemente das condições sensoriais, intelectuais ou físicas.

VOCÊ SABE RESPONDER?

É errado usar os termos especial, deficiente ou portadores de deficiências para nos referirmos a pessoas com deficiência?

O termo “deficiente” é inadequado, uma vez que não é a deficiência que define a pessoa. Em outras palavras, não é a pessoa que é deficiente, ela apenas **tem** uma deficiência. Devemos nos lembrar de que, antes de tudo, estamos nos referindo a uma pessoa.

O uso do termo “portador de deficiência” também é inadequado, pois a pessoa não porta sua deficiência, ela tem uma deficiência. E quanto às pessoas “especiais” ou com necessidades “especiais”? Essa indagação nos leva a refletir o seguinte aspecto: é certo

pensarmos que, em alguma situação, todos nós podemos ter alguma necessidade especial e que ter necessidades especiais não é uma exclusividade das pessoas deficientes? Isso significa que todos somos “especiais” e devemos ser vistos e percebidos pelas pessoas e pelos professores como únicos.

a pessoa não porta sua deficiência, ela tem uma deficiência

O uso do termo “especial” pode estigmatizar e criar uma distinção entre as pessoas com deficiência e as demais, reforçando preconceitos e limitando suas identidades apenas à deficiência. Além disso, pode sugerir uma inclusão inadequada, com tratamentos diferenciados e segregação. Ainda, enfatizar suas limitações, em detrimento das habilidades e das potencialidades, também é problemático.

Cabe ressaltar que, apesar de ser mencionada em algumas ocasiões, tal menção ocorre em razão de ser uma nomenclatura empregada em determinado período histórico, porém se encontra em desuso e não se trata de uma recomendação dos movimentos sociais liderados pelas pessoas com deficiência.

A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, possibilita, aos educadores, conhecer as metodologias, as técnicas e as estratégias para a educação de crianças que possuem diagnósticos. Outro fator importante é saber como promover a inclusão com os demais alunos da instituição. Por que precisamos entender desse assunto? Há muitos motivos, sobretudo se quisermos fazer a diferença na vida de pessoas que necessitam de atenção. É necessário ficar claro que a inclusão escolar é um direito de todos, e o papel da escola e de todos é justamente acabar com essas distinções na formação de um pensamento mais justo e democrático, lidando com o que não é comum, aprendendo, conhecendo e, sobretudo, respeitando.

A palavra inserção, voltada à inclusão, significa, unicamente, colocar crianças com deficiência e sem deficiência nas mesmas salas de aula. No entanto, sabemos que a inclusão, por sua vez, significa oferecer as condições necessárias para que o aluno, além de entrar na escola, possa realmente aprender e conviver com os demais colegas.

Assim, podemos refletir sobre o papel da avaliação no AEE na escola e a importância dos processos avaliativos: seria avaliar o aluno no processo de ensino-aprendizagem ou seria a avaliação um recurso para replanejar a proposta de ensino, diante da identificação de barreiras nos processos de aprendizagem e de participação de nossos alunos?

NOVOS DESAFIOS

A educação inclusiva é um movimento que busca garantir a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais. O objetivo não é apenas inserir os alunos com deficiência nas salas de aula regulares, mas, sim, oferecer condições adequadas para que eles possam aprender e conviver, de forma plena, com os demais estudantes.

No entanto, enfrentamos desafios significativos na implementação da educação inclusiva. Muitos professores relatam falta de preparação e segurança para lidar com alunos com deficiência e necessidades educacionais específicas, o que reflete a necessidade de uma formação adequada e de apoio pedagógico para atender às demandas desses alunos. Além disso, o estresse enfrentado pelos professores que já atuam na educação inclusiva destaca a importância de uma formação prévia, que os capacite para o ensino desse público.

A avaliação é uma peça fundamental no processo educacional, mas deve ser compreendida em sua complexidade, e não se resumir a meras provas e notas. Assim, deve levar em consideração as adaptações curriculares necessárias, respeitando as especificidades dos alunos e promovendo um julgamento justo e equitativo de seu desempenho. Ainda, a avaliação deve ser vista como um recurso para replanejar a proposta de ensino, identificar barreiras nos processos de aprendizagem e promover ajustes pedagógicos que atendam às necessidades dos alunos.

**A avaliação é uma
peça fundamental
no processo
educacional**

Além disso, é essencial adotar uma linguagem adequada ao falar sobre pessoas com deficiência, evitando termos que enfatizem as diferenças e os estigmas. O uso da expressão “pessoa com deficiência” reconhece a pessoa em primeiro lugar, destacando sua individualidade e valorizando sua identidade. A inclusão vai além da mera colocação de alunos em salas de aula comuns, buscando oferecer oportunidades reais de aprendizagem e convivência para todos os estudantes.

Portanto, a inclusão, na educação, exige uma mudança de paradigma, em que a valorização da diversidade, o respeito às necessidades individuais e a garantia de uma educação de qualidade para todos sejam os princípios fundamentais. A construção de uma sociedade inclusiva depende do comprometimento de todos os envolvidos, incluindo professores, famílias, escolas e comunidades, em proporcionar uma educação que promova a equidade, o respeito e o pleno desenvolvimento de cada aluno.

VAMOS PRATICAR

1. No contexto da educação inclusiva, a avaliação de alunos com deficiência requer uma reflexão cuidadosa sobre os critérios e os instrumentos utilizados. Conforme abordado no artigo *Avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior*, é importante considerar a adequação dos instrumentos de avaliação, levando em conta as necessidades e características dos alunos com deficiência (PIECZKOWSKI, 2016).

Fonte: PIECZKOWSKI, T. M. Z. Avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 583-601, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/7BBSRcsthVRr-GJS8XGTSjkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Com base no artigo de Pieczkowski (2016), discorra sobre a importância de adequar os critérios e os instrumentos de avaliação para alunos com deficiência. Explique como essa adequação pode contribuir para uma avaliação mais inclusiva e significativa.

2. A avaliação de alunos com deficiência é um tema relevante na área da educação inclusiva. Segundo o artigo *Avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior*, a avaliação desses alunos deve considerar suas necessidades individuais e respeitar sua diversidade (PIECZKOWSKI, 2016).

Fonte: PIECZKOWSKI, T. M. Z. Avaliação da aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 583-601, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/7BBSRcsthVRr-GJS8XGTSjkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Discorra sobre a importância de uma avaliação inclusiva e flexível para alunos com deficiência. Explique como essas abordagens podem contribuir para a promoção da aprendizagem desses estudantes.

VAMOS PRATICAR

3. Conforme discutido no artigo *Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial: uma revisão sistemática*, Maisto *et al.* (2021) enfatizam que o corpo docente desempenha um papel fundamental na educação inclusiva.

Fonte: MAISTO, A. C. S. *et al.* Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial: uma revisão sistemática. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3016/version/3184>. Acesso em: 9 ago. 2023.

De acordo com o artigo, o que é destacado em relação ao papel do corpo docente na educação inclusiva?

- a) A necessidade de expertise de conteúdo dos professores.
 - b) O papel secundário do corpo docente na inclusão.
 - c) A necessidade de adaptar os alunos à metodologia do professor.
 - d) A importância das mudanças na administração escolar.
 - e) A necessidade de mudanças metodológicas e atitudinais por parte dos professores.
4. Segundo Ruppert *et al.* (2017 *apud* MAISTO *et al.*, 2021), os educadores que trabalham diretamente com a educação especial aproveitam o conhecimento, adquirido a partir de um relacionamento mais profundo com os alunos, para criar um ensino intensivamente individualizado. Para Havel e Kratochvilova (2014 *apud* MAISTO *et al.*, 2021), é importante analisar a forma de comunicação estabelecida entre professores e alunos, assim como a motivação e a crença no desempenho dos alunos, pois isso influencia os resultados educacionais. Além disso, esses autores destacam que as condições criadas pelos professores nas escolas e o modo como avaliam essas condições são determinantes para avaliar a qualidade da educação inclusiva (MAISTO *et al.*, 2021).

Fonte: MAISTO, A. C. S. *et al.* Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial: uma revisão sistemática. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3016/version/3184>. Acesso em: 9 ago. 2023.

De acordo com os autores mencionados, quais são dois aspectos importantes a serem considerados em relação à comunicação entre professores e alunos na educação inclusiva?

- I - A motivação e a crença no desempenho dos alunos.
- II - A expertise de conteúdo e a adaptação dos alunos à metodologia do professor.
- III - O relacionamento mais profundo com os alunos e a expertise de conteúdo.
- IV - A relação entre alunos e professores fora do ambiente escolar.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

5. De acordo com o artigo *Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial: uma revisão sistemática*, duas atividades de responsabilidade do professor são fundamentais para promover a inclusão na educação (MAISTO *et al.*, 2021). Autores também destacam a importância de mudanças metodológicas e atitudinais, por parte dos professores, para lidar com a diversidade dos alunos e fornecer um ensino individualizado.

Fonte: MAISTO, A. C. S. *et al.* Componentes avaliativos para a qualidade da educação especial: uma revisão sistemática. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3016/version/3184>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Segundo o artigo, quais são as duas atividades que têm um papel significativo nas questões de inclusão e são de responsabilidade do professor?

- I - O conhecimento do conteúdo.
- II - A definição de tarefas adequadas.
- III - A utilização de currículos específicos.
- IV - As mudanças metodológicas.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BEYER, H. O. A. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 22, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994**. Recomenda a inclusão da disciplina ou inclusão de conteúdos sobre aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais em cursos de graduação, Brasília-DF: Ministério da Educação, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. 62 p. Disponível em: <https://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:1337>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília-DF: Presidência da República, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília-DF: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, 2002a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2002b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**. Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2002c. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PORTARIA_N__2_678__DE_24_DE_SETEMBRO_DE_2002_15247494267694_7091.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília-DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Portaria SEDH nº 142, de 16 de novembro de 2006**. Torna público o Regimento Interno do Comitê de Ajudas Técnicas. Brasília, 2006b.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **ATA: VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Brasília-DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial/MEC. Brasília-DF: Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducpecial.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais – Sala de Recursos Multifuncionais**. [S. l.]: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192. Acesso em: 9 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 9 ago. 2023.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POKER, R. B. *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

SARTORETTO, M. L.; SARTORETTO, R. Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam. **Assistiva: Tecnologia e Educação**, p. 1-5, 2010. Disponível em: http://assistiva.com.br/AEE_Laborat%C3%B3rios.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Salamanca: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GABARITO

1. A adequação dos critérios e dos instrumentos de avaliação para alunos com deficiência é fundamental no contexto da educação inclusiva. Essa adequação envolve a consideração das necessidades e das características específicas dos estudantes, levando em conta a diversidade de habilidades e potencialidades. Ao adaptar os critérios e os instrumentos de avaliação, é possível garantir uma avaliação mais justa e equitativa, que valorize os processos de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência. Isso significa que a avaliação deve ir além da simples mensuração de conhecimentos e habilidades, buscando compreender o progresso e as conquistas dos estudantes ao longo do tempo. Além disso, a adequação dos critérios e dos instrumentos de avaliação contribui para uma avaliação mais inclusiva, permitindo que os alunos com deficiência demonstrem seu conhecimento e suas habilidades de maneiras diferentes e significativas. Dessa forma, a adequação dos critérios e dos instrumentos de avaliação promove uma avaliação mais inclusiva, que valoriza a diversidade e oferece oportunidades iguais de participação e sucesso para todos os estudantes.
2. A avaliação inclusiva e flexível é de extrema importância para alunos com deficiência, pois reconhece suas necessidades individuais e respeita sua diversidade. Ao adotar abordagens inclusivas, a avaliação considera os diferentes ritmos de aprendizagem e potencialidades desses estudantes, permitindo que sejam avaliados de forma justa e adequada. Uma avaliação inclusiva leva em conta os recursos de acessibilidade necessários para que os alunos com deficiência possam participar ativamente do processo avaliativo. Além disso, uma avaliação flexível permite que sejam utilizados diferentes métodos e estratégias de avaliação, adaptados às necessidades dos estudantes. Dessa forma, as abordagens inclusivas e flexíveis de avaliação contribuem para a promoção da aprendizagem dos alunos com deficiência, permitindo que desenvolvam seu potencial e alcancem resultados significativos.

GABARITO

3. Opção E. Conforme discutido no artigo de Maisto *et al.* (2021), o corpo docente desempenha um papel fundamental na educação inclusiva. Para alcançar a inclusão com sucesso, é necessário que os professores realizem mudanças metodológicas e atitudinais, levando em consideração a diversidade dos alunos. Essas mudanças são essenciais para enfrentar os obstáculos e promover uma educação inclusiva.
4. Opção A. Segundo Havel e Kratochvilova (2014 *apud* MAISTO *et al.*, 2021), dois aspectos importantes a serem considerados, em relação à comunicação entre professores e alunos na educação inclusiva, são a motivação e a crença no desempenho dos alunos. A forma como os professores se comunicam, expressam suas propostas pedagógicas e motivam os alunos tem influência nos resultados educacionais. Além disso, a motivação e a crença no desempenho dos alunos ajudam a promover melhores resultados educacionais e contribuem para a qualidade da educação inclusiva.
5. Opção B. Segundo o artigo de Maisto *et al.* (2021), duas atividades que têm um papel significativo nas questões de inclusão e são de responsabilidade do professor são a definição de tarefas adequadas para a aprendizagem dos alunos e o conhecimento do conteúdo. Essas atividades contribuem para promover a inclusão na educação e atender às necessidades individuais dos alunos.



TEMA DE APRENDIZAGEM 9

OS IMPACTOS DA MEDICALIZAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

MINHAS METAS

- Compreender a importância das interações sociais no desenvolvimento humano e no desenvolvimento psíquico.
- Analisar as consequências da sociedade contemporânea, incluindo problemas de saúde mental e uso de substâncias psicoativas.
- Identificar como o individualismo exacerbado, a industrialização e a economia capitalista afetam a saúde mental e o bem-estar emocional.
- Refletir sobre os processos de medicalização na sociedade contemporânea.
- Questionar a medicalização como uma forma predominante de abordar os problemas sociais e de saúde.

INICIE SUA JORNADA

As interações sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano, pois fornecem as bases para a aquisição de habilidades psíquicas e emocionais. Sem a oportunidade de interagir com outros seres humanos, uma criança enfrentaria desafios significativos no seu desenvolvimento, mesmo que seu estado biológico seja saudável.

Um exemplo notável, que ilustra essa ideia, é o caso de Kasper Hauser, **um menino que cresceu em total isolamento social, confinado em um cárcere**. Até os 16 anos de idade, ele não teve nenhum contato verbal ou social com outros seres humanos. Quando, finalmente, teve seu primeiro contato com outras pessoas, começou a experimentar um desenvolvimento psíquico significativo.

Esse caso realça a importância das interações sociais e da linguagem na formação do pensamento e no desenvolvimento psíquico de um indivíduo. A linguagem desempenha um papel crucial na mediação do pensamento e na capacidade de processar informações de forma mais complexa. O contato com outras pessoas proporciona oportunidades para o aprendizado, a troca de ideias e a internalização de conhecimentos compartilhados pela sociedade.

Ao refletirmos sobre o processo descrito, trazendo-o para a nossa realidade atual, é evidente que vivemos em uma sociedade que enfrenta diversos problemas de saúde mental. Esses problemas se manifestam de várias formas, incluindo transtornos de humor e mecanismos de fuga, utilizados para lidar com a angústia. Em nossa sociedade contemporânea, essas fugas, muitas vezes, são facilitadas pelo uso de substâncias psicoativas, como o álcool e as drogas.

Os problemas de saúde mental são considerados psicopatologias e estão diretamente relacionados com as intensas formas de alienação presentes em nossa sociedade. A alienação pode ocorrer de diferentes maneiras, como a falta de conexão emocional e social, a pressão excessiva por sucesso e realização material, a sobrecarga de informações e estímulos constantes, entre outros fatores. Esses elementos contribuem para o sofrimento psíquico das pessoas, podendo levar, até mesmo, ao suicídio.

A **Organização Mundial da Saúde** reconhece a importância de compreender e abordar as causas e as consequências dessas psicopatologias, buscando promover a saúde mental e o bem-estar da população. É fundamental trabalhar na prevenção, na identificação e no tratamento adequado desses problemas, proporcionando apoio psicológico e acesso a serviços de saúde mental, e promovendo mudanças sociais que reduzam os fatores de alienação e estresse na sociedade.

Dessa forma, precisamos compreender os aspectos sociais e históricos envolvidos na formação do ser humano, pois, somente com o conhecimento dos elementos que constituem o problema, poderemos criar estratégias mais eficazes de prevenção, tanto do coletivo quanto do individual, sendo que tudo isso está intrinsecamente ligado à exacerbação do individualismo, à industrialização dos sistemas de produção e ao próprio desenvolvimento da economia capitalista.

Por fim, após tais reflexões e estabelecimentos de relações, é necessário compreender como um medicamento age no corpo humano – ainda que brevemente, este será, também, o objetivo deste tema.

VAMOS RECORDAR?

Para refletir sobre o impacto do uso precoce de medicamentos nas “crianças do movimento”, assista ao vídeo inspirador *Crianças do Movimento e o Uso de Medicamentos Precoce* e mergulhe em uma jornada de questionamentos. Junte-se a nós e descubra como a medicalização pode afetar o desenvolvimento infantil. **Recursos de mídia disponíveis no conteúdo digital do ambiente virtual de aprendizagem.**

DESENVOLVA SEU POTENCIAL

O PAPEL DAS INTERAÇÕES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

As interações sociais não apenas permitem o desenvolvimento cognitivo e linguístico, mas também contribuem para o desenvolvimento emocional e social de um indivíduo. Por meio das interações com seus pares, as crianças

aprendem a regular suas emoções, a compreender as normas sociais e a construir relacionamentos interpessoais saudáveis.

Portanto, é crucial reconhecer a importância das interações sociais desde os estágios iniciais da vida. Garantir que as crianças tenham oportunidades adequadas de interagir com seus pares e receber estímulos sociais e emocionais apropriados é essencial para promover um desenvolvimento humano saudável e completo.

Nas reflexões de Kosik (2002), quando essa realidade concreta é compreendida, de forma parcial, pelo indivíduo, seja devido ao fetichismo, seja devido às naturalizações que retiram seu pensamento do entendimento da prática humana, ocorre a alienação, compreendida, pelo autor, como a incapacidade de superar as aparências e chegar à essência que envolve toda a sua condição social e histórica.

A alienação leva o indivíduo à posse de uma subjetividade fragmentada, que, muitas vezes, se reflete em formas instintivas de agir, pensar e sentir diante das situações cotidianas da realidade social. De igual forma, Marx (2008) pontua que temos formas desumanas de existência, inerentes às relações estabelecidas na sociedade de classes. Estas desenvolvem a alienação, que cria impedimentos para o indivíduo adquirir a percepção de si mesmo no social que o cerca. Logo, na sociedade contemporânea, a consciência dos indivíduos e as determinações para os fatores emocionais deles ocorrem de maneira fragmentada, impedindo que essas pessoas estabeleçam relações com seus sentimentos, sejam estes agradáveis, sejam desagradáveis.



Duarte (2004) debate que a mediação entre o indivíduo e os fatores humanizadores, decorrente da aprendizagem cultural, ocorre por meio das relações sociais. Ao analisarmos a nossa realidade atual, podemos constatar que ela possui o potencial tanto para promover a humanização dos indivíduos quanto para acentuar sua alienação. No entanto, é importante destacar que o sistema capitalista tende a favorecer o esvaziamento das relações sociais humanas, substituindo-as pelos valores de troca e pelo consumo excessivo. Esse fenômeno contribui para a emergência de uma individualidade alienada e fragmentada, característica do período que conhecemos como pós-modernidade.

Os vínculos interpessoais genuínos são substituídos pela busca incessante por bens materiais e pelo acúmulo de riquezas. Esse enfoque, centrado no consumo exacerbado, cria uma cultura que prioriza o individualismo, em que a competição e o sucesso material são valorizados em detrimento do bem-estar coletivo e das conexões humanas significativas.

Esse cenário tem efeitos profundos na forma como nos relacionamos com os outros e com nós mesmos. A individualidade alienada e fragmentada se manifesta quando nos sentimos desconectados dos outros, em uma busca incessante por reconhecimento externo e satisfação material. Nesse contexto, a identidade é frequentemente construída com base em padrões estabelecidos pela sociedade, levando à perda de autonomia e à sensação de vazio existencial.

buscar formas de humanização e resistir à alienação

No entanto, é importante ressaltar que a capacidade humana de resistência e transformação não deve ser subestimada. Mesmo no contexto da pós-modernidade e do capitalismo, é possível buscar formas de humanização e resistir à alienação. Isso envolve questionar os valores predominantes, buscar conexões autênticas com os outros, valorizar a diversidade de experiências e perspectivas, e cultivar uma consciência crítica em relação ao consumismo e à busca incessante por poder e status.

Em consonância, Barroco (2007) acrescenta que o capitalismo contemporâneo dissemina ideias de inclusão, porém faz muitas pessoas serem marginalizadas e excluídas dos fatores essenciais que possibilitam a mediação do seu pleno desenvolvimento humano. O indivíduo fragmentado e sem referencial coletivo é levado pelo oportunismo e se desconhece enquanto membro de uma sociedade.

Em todo esse conjunto de relações que não ocorrem da maneira correta, o sujeito contemporâneo se relaciona com os demais e se mostra como um desafio para a Psicologia, pois apresenta inúmeras queixas decorrentes de sofrimento psíquico e da perda de referências que este proporciona.

Nas contribuições de Barroco (2007), temos a argumentação de que esse sujeito precisa ser mais bem compreendido quando relata suas angústias. De igual forma, Saviani (2004) concorda e corrobora ao dizer que cabe à Psicologia, enquanto ciência, ir além do que é aparente, considerando o indivíduo de forma concreta, ou seja, é necessário considerar o sujeito em suas diversas relações sociais, bem como o que é produzido por intermédio de seu pensamento. Para isso, é preciso ter suporte de uma teoria que explique a realidade humana na contemporaneidade.



[...] desde que adquiriu o status de ciência, a Psicologia permanece presa a formas empíricas de compreender os indivíduos, o que a torna fragmentada e separada dos fatores sociais e psicológicos, e esta ainda continua sendo a forma predominante de considerar o homem e sua subjetividade. Estas práticas continuam presentes e representam uma forma hegemônica e mecanicista de se produzir ciência, ao tentar estabelecer procedimentos empíricos e, muitas vezes, meramente quantitativos, para descrever o psiquismo dos sujeitos (SAVIANI, 2004, p. 56).

Os aspectos mencionados têm impacto significativo na Psicologia, uma vez que estão intrinsecamente ligados aos princípios do atual sistema capitalista, que adota a ideologia neoliberal como base econômica. Além disso, a pós-modernidade, como uma lógica cultural predominante, também desempenha um papel importante, promovendo uma separação entre as intenções subjacentes ao comportamento humano e os resultados dessa ação.



O capitalismo contemporâneo, com sua ênfase no individualismo e na busca por lucro e acumulação de riqueza, influencia diretamente o campo da Psicologia. Os princípios econômicos neoliberais enfatizam a competição, o sucesso individual e o valor de troca, o que pode gerar consequências psicológicas negativas para as pessoas. Essa mentalidade capitalista, muitas vezes, coloca o valor econômico acima do valor humano, resultando em alienação, desigualdade social e pressões intensas para se adequar aos padrões impostos pela sociedade.

Além disso, a pós-modernidade, com sua ênfase na diversidade de perspectivas e narrativas subjetivas, pode levar à separação entre as intenções e os resultados das ações humanas. A ideia de que não há uma verdade universalmente válida ou uma realidade objetiva pode levar à fragmentação das identidades e ao relativismo moral. Isso significa que as intenções individuais podem ser dissociadas dos efeitos destrutivos ou injustos que suas ações possam ter sobre os outros e sobre a sociedade como um todo.



APROFUNDANDO

O neoliberalismo caracteriza-se como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, promovida pelos sindicatos em suas reivindicações trabalhistas, que eram consideradas, pelos idealizadores dessa ideologia, os responsáveis pela queda de lucros das empresas, pelos excessivos gastos do Estado e pela geração do processo inflacionário. Com esse objetivo, foram implantadas, em diversos países, políticas para a privatização de empresas estatais e desmonte de serviços públicos; houve queda do número de empregos e salários, além de serem diminuídos os poderes dos sindicatos como órgãos de representação e mobilização dos trabalhadores (ANDERSON, 1998).

A MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE: DESAFIOS E REFLEXÕES

Nas contribuições de Jameson (2002), a sociedade atual se organiza em decorrência das grandes mudanças que ocorreram nas formas de produção, a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças estão marcadas pelo fim do capitalismo organizado e pelo advento do que o autor chama de capitalismo tardio ou multifuncional. Este fenômeno marca a transição do período moderno para o pós-moderno, tempo histórico no qual vivemos atualmente.

A norma atual propaga, também, as ideias de mudança nos corpos, a busca pela manutenção da saúde e pelo controle das emoções, o que permite a vigilância dos problemas existenciais comuns da vida humana na contemporaneidade. Essa prática, conforme Le Breton (2003), já era utilizada por adultos nos Estados Unidos, na década de 1980, mas começou a ser empregada para dominar o comportamento infantil inadequado. Crianças, avaliadas como ativas, passam a ser consideradas e diagnosticadas como crianças com déficit de atenção. Assim, a partir da prescrição medicamentosa, “a biologização do sintoma da criança naturaliza suas condutas” (LE BRETON, 2003, p. 58). Logo, comportamentos inadequados passam a ter o metilfenidato (mais conhecido como Ritalina) como única alternativa para seu controle, porém, atualmente, seu uso se configura como um problema de saúde pública.



Assim, tanto para as crianças consideradas agitadas como para os adultos que se tornam angustiados diante da realidade – portanto, inadaptados a ela – a busca pelos medicamentos psicoativos constitui uma forma de obter maior segurança e eficácia para combater os efeitos insatisfatórios, decorrentes das situações em que vivem. [...] O indivíduo percorre à vontade a bioquímica das emoções de acordo com a opção mais ou menos esclarecida que faz da molécula adequada para suscitar o estado desejado (LE BRETON, 2003, p. 60).



Por meio do uso de medicamentos, os indivíduos buscam uma forma de lidar com as incertezas e os medos gerados por uma sociedade cada vez mais competitiva e que promove o desamparo coletivo. Essa dinâmica social leva as pessoas a se tornarem dependentes e consumidoras da indústria farmacêutica. No entanto, uma sociedade altamente medicalizada pode apresentar problemas significativos, especialmente devido à imprevisibilidade das interações medicamentosas que esses fármacos podem causar, sobretudo quando se trata do público infantil. Isso ocorre porque, geralmente, os testes realizados para a liberação de medicamentos no mercado são conduzidos apenas em adultos.

A pressão da sociedade contemporânea e a busca por soluções rápidas para problemas emocionais e psicológicos levam muitas pessoas a recorrer a medicamentos como uma forma de aliviar o sofrimento e enfrentar os desafios cotidianos. No entanto, essa abordagem pode ter consequências imprevistas, especialmente quando se trata de crianças. Devido à falta de testes e estudos adequados em populações pediátricas, o uso de medicamentos em crianças pode resultar em efeitos colaterais e interações medicamentosas que não foram devidamente avaliadas.

**medicalização
em larga escala
pode levar a uma
diminuição da
resiliência**

A dependência da indústria farmacêutica e a medicalização excessiva da sociedade podem ter implicações mais amplas. Ao confiar exclusivamente nos medicamentos para lidar com os desafios emocionais e psicológicos, corre-se o risco de negligenciar abordagens terapêuticas mais abrangentes, como a terapia psicológica e a promoção de estilos de vida saudáveis. Além disso, a medicalização em larga escala pode levar a uma diminuição da resiliência e da capacidade de enfrentamento das adversidades, uma vez que as pessoas se tornam dependentes de intervenções farmacológicas para lidar com as dificuldades da vida.



**PENSANDO JUNTOS**

O conto *O Alienista*, escrito por Machado de Assis e publicado em 1894, mantém sua relevância ao estabelecer uma conexão com nossa realidade atual. A história apresenta um protagonista que busca compreender as supostas patologias cerebrais dos moradores da cidade, considerando grande parte deles como doentes, que requerem internação constante. Essa reflexão nos convida a pensar sobre a maneira como categorizamos e rotulamos as pessoas em nossa sociedade, levantando questões importantes sobre diagnóstico, normatividade e poder.

A alta medicalização da sociedade contemporânea, com prescrições exacerbadas de medicamentos, realizadas após diagnósticos em consultas rápidas e únicas, permite-nos questionar:

Afinal, será que ainda não temos doutores Bacamartes, a exemplo do personagem do conto *O Alienista*, que tornam as pessoas doentes com base em diagnósticos indiscriminados? Atualmente, os psicoativos utilizados em crianças, não se constituem, também, uma forma de controle das pessoas, tal como já vimos em outros períodos da história brasileira?

Fazendo uma reflexão com a obra de Machado de Assis, vemos que a prática do doutor Bacamartes ainda é real, pois, tanto nas questões de saúde quanto nas questões de educação e Psicologia, temos a utilização das leis naturais como forma mais imediata de explicar a vida humana.

A partir da segunda metade do século XX, a expansiva influência da medicina sobre problemas sociais e questões morais tem provocado intensas discussões, por diferentes razões que, em geral, determinam as necessidades sociais consideradas necessidades de saúde e, assim, estão sob jurisdição da medicina, ou seja, necessitam de assistência médica.

Para esclarecer, diversos autores nos dão exemplos dessa jurisdição médica e dos processos que levaram a elas. Por exemplo, a Psiquiatria e a saúde pública, os problemas sociais como alcoolismo, hiperatividade e dependência de substâncias psicoativas, as formas de intervenção do Estado no corpo social de sua população e no espaço urbano, visando ao controle de epidemias.

Todos esses aspectos históricos estão intrinsecamente ligados à exacerbação do individualismo, à industrialização dos sistemas de produção e ao próprio desenvolvimento da economia capitalista.



Esses aspectos têm importantes implicações para a interpretação dos processos de medicalização no início do século XXI, mas é necessário distinguir as intervenções em saúde que têm por finalidade a recuperação e a proteção da saúde do indivíduo, das intervenções direcionadas para a melhoria dos níveis de saúde na população (FRAZÃO; MINAKAWA, 2018, p. 409).

Para entendermos a configuração e a força dos processos de medicalização que se apresentam na contemporaneidade, nos amparamos nos estudos de Michel Foucault (1984), dirigidos para a Europa nos séculos XVII e XVIII, que descreveu a medicina social como instrumento científico que assegura o funcionamento da sociedade moderna, por meio de normas de conduta, sobretudo, em questões relacionadas à higiene e à transmissão de doenças. Para Foucault (1984), o movimento de medicalização é uma forma de biopoder.

Ao longo da história, houve um esforço contínuo para manter os corpos humanos em condições adequadas e produtivas, visando a preservar a força de trabalho e evitar custos econômicos significativos para a nação. Esse esforço implicou a identificação e a delimitação dos elementos que poderiam prejudicar a saúde dos trabalhadores, já que qualquer impacto negativo teria consequências em larga escala. Nesse contexto, a medicina social, respaldada pela própria prática médica, desempenhou um papel importante ao fortalecer a relação entre o Estado e o capitalismo.

A medicina, como campo de conhecimento e prática, não pode ser dissociada dos interesses econômicos e das táticas políticas que a permeiam. Ela não se limita apenas a ser um objeto de consumo, mas também se configura como um objeto de reprodução dentro do sistema capitalista. A atuação da medicina é moldada por uma variedade de fatores, incluindo as necessidades da economia, a manutenção da força de trabalho saudável e produtiva, e as demandas políticas de controle social.

Michel Foucault (2004), em suas obras, debate a relação entre poder e instituições sociais, como a medicina e o Estado. Ele argumenta que essas instituições não ocupam necessariamente uma posição central no exercício do poder, mas são conduzidas por regras e princípios que estão intrinsecamente ligados à ordem do mercado capitalista. Isso significa que a prática médica e a estrutura estatal são influenciadas por dinâmicas que priorizam a eficiência econômica, a produtividade e a manutenção da ordem social vigente.

Essa perspectiva levanta questões importantes sobre a influência do capitalismo na forma como a saúde é compreendida, abordada e gerida na sociedade contemporânea. O foco na manutenção da força de trabalho saudável, por exemplo, pode negligenciar aspectos mais amplos da saúde humana, como o bem-estar emocional, social e espiritual. Além disso, a medicalização excessiva e a instrumentalização da medicina para fins políticos podem gerar desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, exacerbando as divisões sociais.



INDICAÇÃO DE FILME

Sicko.

Sinopse: um filme que aborda tematicamente algumas dessas questões é *Sicko*, dirigido por Michael Moore. O documentário explora o sistema de saúde nos Estados Unidos e as influências do capitalismo e dos interesses econômicos na prestação de cuidados médicos, questionando as falhas do sistema atual e propondo alternativas mais humanizadas e acessíveis.



A governamentalidade é retratada em três aspectos: o primeiro seria um conjunto de instituições, procedimentos e táticas que consubstanciariam uma tecnologia disciplinar na forma de biopoder; o segundo corresponderia a um governo com um determinado tipo de poder, a biopolítica, que levou a uma perspectiva disciplinadora exercida sobre a população e, por fim, o terceiro ponto no qual o Estado não é detentor de poder, mas desdobramento de outros poderes: num primeiro momento, guiado pela teoria do Direito, num segundo momento, pela doutrina liberal, e num terceiro momento, pela ordem neoliberal (FOUCAULT, 2004, p. 88).

Cada uma dessas governabilidades engrena diferentes formas de dominação, exploração e sujeição e, de igual modo, diferentes formas de luta e resistência. Em cada diversidade, temos espaço para outras formas e outros mecanismos de poder. O indivíduo é um agente econômico, porém não tem noção dos limites econômicos nem sabe por que os persegue. Age, então, com comportamento egoísta, em prol de seu interesse econômico exclusivo e, assim, potencializar suas capacidades e competências para o trabalho.

Em consonância com os discursos de Foucault sobre o biopoder, Zola (1972) também aponta que o Estado é uma força motriz nos processos de medicalização, não de forma explícita, mas por intermédio de um sistema burocrático, que opera, também, em prol das indústrias, do aumento do consumo de bens materiais e do avanço econômico por meio da tecnologia.



A falta de rigor e a excessiva abrangência conceitual no uso do termo “medicalização” na produção científica, reclamada por alguns pesquisadores, podem estar ligadas à riqueza das reflexões que atravessam diferentes dimensões e planos de interpretação nem sempre levados em consideração nas investigações relativas a processos de medicalização concretos e específicos. Contudo, é importante considerar que as forças motrizes mencionadas não são independentes umas das outras nos processos de (des)medicalização: elas estão em constante movimento entre si, condicionadas pelas transformações por que passam as relações Estado-sociedade (FRAZÃO; MINUKAWA, 2018, p. 417).

O sistema médico e o processo de medicalização são impulsionados por interesses comerciais e de mercado, visto que, conforme pontua Foucault (2004), com o avanço tecnológico, as propagandas de determinado remédio podem, justamente, causar, na sociedade, a doença curada por ele, pois a sociedade dá uma resposta para aquela propaganda disseminada, amplamente, nos meios de comunicação.

Em um contexto de aceleração do capitalismo e sua influência abrangente na vida social, é válido destacar que o processo de medicalização varia de acordo com as diferentes autoridades sociais e culturais, bem como a percepção de eficácia em relação às intervenções médicas. Isso significa que a extensão da

medicalização é moldada por fatores complexos e multifacetados, incluindo a hegemonia cultural, os interesses econômicos e a própria legitimidade atribuída à medicina em determinadas sociedades.

O capitalismo, por sua vez, ultrapassa os limites de uma simples instituição e se estabelece como uma metainstituição, ou seja, uma estrutura que modela um conjunto de valores, procedimentos e regras que caracterizam as demais instituições, incluindo o Estado e a sociedade como um todo. Essa influência abrangente do capitalismo na estrutura social e cultural afeta diretamente a forma como a medicina é praticada, regulada e percebida. O sistema capitalista, muitas vezes, prioriza a lógica do lucro, o individualismo e a eficiência econômica, o que pode resultar na medicalização excessiva e em uma abordagem reducionista da saúde.

Em conclusão, é fundamental uma análise crítica da relação entre o capitalismo e a medicalização, considerando as diferentes autoridades sociais, os contextos culturais e as percepções de eficácia em relação à intervenção médica. Reconhecer o capitalismo como uma metainstituição e compreender sua influência abrangente é essencial para uma abordagem mais holística e humanizada da saúde. Isso envolve promover uma reflexão sobre os valores e os princípios que regem a medicina, bem como buscar alternativas que priorizem o bem-estar das pessoas e a equidade no acesso aos cuidados de saúde, em detrimento de interesses puramente econômicos.



NOVOS DESAFIOS

Considerando todas as reflexões apresentadas, fica evidente que as interações sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano, sendo essenciais para o nosso crescimento psíquico e bem-estar. No entanto, a nossa atualidade é marcada por uma dicotomia entre a possibilidade de promover a humanização dos indivíduos e a tendência de alienação. O capitalismo, como base econômica dominante, tende a enfatizar os valores de troca e o consumo exacerbado, o que resulta em uma sociedade fragmentada e individualizada, característica da pós-modernidade.

Nesse contexto, a medicalização excessiva também se apresenta como um reflexo dessa sociedade doente. Diante das incertezas e dos medos que surgem em uma sociedade cada vez mais competitiva e desamparadora, as pessoas encontram, no consumo de substâncias psicoativas, uma forma de lidar com esses desafios. No entanto, a dependência da indústria farmacêutica



e a busca por soluções rápidas podem acarretar problemas de saúde mental e imprevisibilidade das interações medicamentosas, especialmente no público infantil, devido à falta de testes específicos nessa faixa etária.

A relação entre medicina, Estado e capitalismo também merece atenção. A medicina não se limita apenas a ser um objeto de consumo, mas também se configura como um objeto de reprodução, estando amparada por interesses econômicos e táticas políticas. A medicina social fortalece a conexão entre o Estado e o capitalismo, e tanto a medicina quanto o Estado são influenciados por regras e princípios relacionados à ordem de mercado capitalista. A manutenção dos corpos saudáveis e produtivos dos trabalhadores é fundamental para garantir os custos econômicos em larga escala da nação, tornando a medicina um componente importante nesse processo.

Em conclusão, é crucial analisar criticamente as implicações sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento humano, da medicalização e da relação entre medicina, Estado e capitalismo. Devemos buscar uma abordagem mais humanizada, que priorize a importância das interações sociais, a promoção da saúde mental e a valorização do bem-estar coletivo. É necessário questionar os valores e os princípios que regem a nossa sociedade e buscar alternativas que promovam uma visão holística da saúde, levando em conta não apenas os aspectos biológicos, mas também os sociais, os emocionais e os espirituais.



VAMOS PRATICAR

1. A medicalização na sociedade contemporânea está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista, que busca expandir seu alcance e influência em várias esferas da vida. O interesse econômico, aliado à crença de que a medicina pode resolver todos os problemas, leva à transformação de questões sociais e comportamentais em problemas médicos.

Analise a relação entre o processo de medicalização na sociedade contemporânea e o sistema capitalista e discorra sobre os impactos do sistema econômico vigente.

2. A medicalização na sociedade contemporânea levanta questões importantes sobre a ampliação do poder e a influência da medicina na vida das pessoas. A crescente medicalização de questões que, antes, eram consideradas normais ou parte da experiência humana comum coloca em debate a própria definição de saúde e bem-estar.

Refleta sobre o poder e a influência da medicina no contexto da medicalização na sociedade contemporânea e discorra sobre a definição de saúde nos tempos atuais.

3. A medicalização na sociedade contemporânea tem sido impulsionada por diversos fatores, como o avanço da indústria farmacêutica e a influência de interesses econômicos. O sistema capitalista influencia e gera impactos em nosso cotidiano.

Qual é um dos fatores impulsionadores da medicalização na sociedade contemporânea?

- a) A redução dos custos dos medicamentos.
- b) O aumento da participação do Estado na saúde pública.
- c) A influência das práticas alternativas de cuidados de saúde.
- d) A busca por soluções rápidas para os problemas enfrentados.
- e) A diminuição do papel da indústria farmacêutica.

VAMOS PRATICAR

4. De acordo com o artigo *Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores* (LEONARDO; SUZUKI, 2016), a medicina, no ambiente escolar, é considerada uma solução para lidar com problemas de comportamento dos alunos. Os medicamentos psicotrópicos são apresentados como mercadorias consumíveis na educação, com o objetivo de eliminar tais problemas.

Fonte: LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 46-54, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/FwSgXGSGrSRZb-D8cmdFSsWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Nesse contexto, considere as afirmativas a seguir:

- I - A medicina, no ambiente escolar, é considerada uma solução para eliminar os problemas de comportamento.
- II - Os medicamentos psicotrópicos são ineficazes no tratamento dos problemas de comportamento.
- III - A medicina não tem um papel relevante no ambiente escolar.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

VAMOS PRATICAR

5. De acordo com o artigo *Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores*, Leonardo e Suzuki (2016) identificam a influência do medicamento no comportamento dos alunos em sala de aula. Eles acreditam que o medicamento, como o metilfenidato, promove a concentração do aluno, ajuda a mantê-lo calmo e evita a dispersão, o que é considerado importante para o sucesso acadêmico.

Fonte: LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 46-54, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/FwSgXGSGrSRZb-D8cmdFSsWM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

De acordo com esse artigo, qual é uma das influências atribuídas ao medicamento no comportamento dos alunos em sala de aula?

- I - Melhoria da criatividade dos alunos.
- II - Aumento da interação social dos alunos.
- III - Facilitação do aprendizado de novas habilidades.
- IV - Estimulação do comportamento mais calmo dos alunos.

É correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BARROCO, S. M. S. Psicologia e educação: da inclusão e da exclusão ou da exceção e da regra. *In*: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. (org.). **Psicologia Histórico-Cultural**: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. *In*: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FRAZÃO, P.; MINAKAWA, M. M. Medicalização, Desmedicalização, Políticas Públicas e Democracia sob o Capitalismo. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 407-430, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v16n2/1678-1007-tes-1981-7746-sol00123.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. *In*: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ZOLA, I. K. **Medicine as an institution of social control**. *The Sociological Review*, London, v. 20, n. 4, p. 487-504, 1972.

1. O processo de medicalização na sociedade contemporânea está profundamente conectado ao sistema capitalista. O capitalismo busca expandir sua influência em diversas esferas da vida, incluindo a saúde. A indústria farmacêutica, por exemplo, busca lucros cada vez maiores e enxerga, na ampliação do escopo da medicina, uma oportunidade de crescimento. Isso leva à transformação de questões sociais e comportamentais em problemas médicos, permitindo a criação de demanda por medicamentos e tratamentos.

Essa relação entre a medicalização e o sistema capitalista tem implicações importantes. A busca por soluções rápidas e consumíveis pode levar à negligência de abordagens mais amplas e contextualizadas para questões de saúde e bem-estar. Além disso, a medicalização pode ampliar desigualdades sociais, uma vez que o acesso a medicamentos e tratamentos está diretamente ligado à capacidade de pagamento. Portanto, é essencial uma reflexão crítica sobre a influência do sistema capitalista na medicalização e suas consequências para a sociedade.

2. A medicalização na sociedade contemporânea está intimamente ligada ao poder e à influência da medicina. A ampliação do domínio médico sobre questões sociais e comportamentais implica uma redefinição dos limites entre o normal e o patológico, levando à medicalização de experiências consideradas parte da condição humana comum. Isso confere à medicina um poder normativo, no qual suas definições e intervenções passam a moldar a percepção e a experiência da saúde e do bem-estar.

Essa influência da medicina no contexto da medicalização gera debates importantes sobre a própria definição de saúde e o impacto nas experiências humanas. A medicalização excessiva pode reforçar visões reducionistas da saúde, focando exclusivamente na ausência de doença e ignorando a complexidade do bem-estar psicossocial. Além disso, a ampliação do domínio médico também pode criar uma dependência em relação à intervenção médica, minando a autonomia individual e a capacidade das pessoas de lidar com desafios e incertezas.

GABARITO

3. Opção D. A busca por soluções rápidas para os problemas enfrentados é um dos fatores impulsionadores da medicalização na sociedade contemporânea. Isso ocorre devido à expectativa de encontrar respostas rápidas e eficazes para os desafios da vida moderna.
4. Opção A. De acordo com o artigo de Leonardo e Suzuki (2016), a medicina no ambiente escolar é apresentada como uma solução para lidar com problemas de comportamento dos alunos. Os medicamentos psicotrópicos são vistos como mercadorias consumíveis na educação, com a finalidade de eliminar tais problemas. Essa perspectiva levanta questões importantes sobre o papel da medicina e seus impactos no contexto escolar.
5. Opção C. Segundo as falas de Leonardo e Suzuki (2016), uma das influências atribuídas ao medicamento é a promoção da concentração dos alunos em sala de aula. Eles acreditam que o medicamento, como o metilfenidato, ajuda os alunos a se concentrarem melhor e a realizarem as atividades de forma satisfatória. Essa compreensão reflete a perspectiva de que o uso do medicamento pode contribuir para o desempenho acadêmico dos alunos. Além disso, os autores notaram que os alunos permanecem mais calmos durante a atividade.

